



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

EDILSON RANIERE GONÇALVES PEREIRA

**PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Salgueiro/PE

2024

EDILSON RANIERE GONÇALVES PEREIRA

**PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador (a): Prof^a Dra. Cristiane Ayala de Oliveira.

Salgueiro/PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436 Pereira, Edilson Raniere Gonçalves.

Percurso formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE : desafios e perspectivas / Edilson Raniere Gonçalves Pereira. - Salgueiro, 2024. 126 f. : il.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2024.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Cristiane Ayala de Oliveira.

1. Educação Profissional. 2. Educação profissional. 3. Estudante com deficiência. 4. Formação. 5. Núcleo de apoio. I. Título.

CDD 370.113

EDILSON RANIERE GONÇALVES PEREIRA

**PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 03 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo de Andrade Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano/
ProfEPT

Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano/
ProfEPT

Prof. Dr. George Henrique Camelo Guimarães

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

EDILSON RANIERE GONÇALVES PEREIRA

**PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 03 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dr. Ricardo de Andrade Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano/
ProfEPT

Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano/
ProfEPT

Prof. Dr. George Henrique Camelo Guimarães
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

À minha mãe que, num ato de puro amor e dedicação aos seus filhos, em meio ao caos financeiro que passava, retirou do pouco que tinha para pagar parte da faculdade do seu filho, este que estava em meio à colheita para conseguir custear os seus estudos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço imensamente a Deus pela oportunidade de vivenciar este momento da minha carreira acadêmica, pois, através da fé espiritual, acredito que foi ele quem me guiou em cada momento dessa jornada desafiante;

Agradeço ainda à minha orientadora Cristiane Ayala, que, mesmo em meio a uma perda tão impactante, se manteve firme a ajudar, contribuir e dialogar sobre a construção de todo o objeto do trabalho. Através da sua contribuição e das suas sugestões, muitas ideias e perspectivas foram construídas e modificadas ao longo de toda a produção;

Aos meus ex-companheiros de trabalho e amigos, João Batista e Talita Mirella, que sempre estiveram juntos, escutando as angústias, compartilhando sentimentos e estendendo a mão quando o trabalho “apertava”;

Aos meus atuais companheiros de setor, Maria das Dores, Gercivânia e Julyvan, que, desde o momento que cheguei ao Campus Salgueiro, me apoiaram neste meu percurso formativo enquanto discente do mestrado;

Às minhas amigas Gerúnia Moraes, Maria Rosimary, Eliane Lavor, Sevirina Anjos, e ao amigo Mauricio Fernandes, que sempre estiveram me apoiando, incentivando e ajudando com palavras, ações e bastante incentivo. Escutando-me nos momentos mais desconfortáveis e comemorando nos momentos de alegria;

Aos sujeitos da pesquisa que aceitaram o desafio de contribuir com esta, coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE e estudantes com deficiências de todos os Campi da instituição. Sem esses, todo o processo de levantamento de dados não poderia acontecer.

RESUMO

Este trabalho tem como tema central o Percurso Formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas e traz como objetivo principal a análise dos fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, as vulnerabilidades existentes no processo de inclusão dentro da instituição. Para a obtenção dos achados, utilizou-se uma pesquisa de campo, o que caracteriza o recurso da documentação direta. Esta pesquisa utilizou, como instrumentos, um questionário *online* direcionado aos estudantes com deficiências e uma entrevista semiestruturada realizada com os coordenadores dos Núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas (Napne) do IFSertãoPE. Além disso, a análise bibliográfica foi um importante instrumento utilizado, especialmente quando da análise dos resultados da pesquisa. Através dos resultados encontrados, demonstrados pela análise de conteúdo temática de Bardin(1977), verifica-se a necessidade de uma maior adaptação física e curricular da instituição e de adaptações de metodologias em sala de aula. Também, torna-se necessária a intensificação dos serviços especializados e do trabalho do Napne com esses estudantes, no sentido de estimular a permanência e o êxito dentro da educação profissional e tecnológica. Constatou-se, ainda, que há necessidade de recursos, de orçamento, de estrutura física, de profissionais especializados e de ações que coloquem o Napne como um setor estratégico e importante dentro dessa modalidade de educação, pois, só assim, é possível contribuir positivamente com o processo de formação dos estudantes com deficiências na educação profissional e tecnológica (EPT). Além desses achados, destacam-se as oportunidades que contribuem com o percurso formativo desse público de alunos, neste sentido, constata-se, nos achados da pesquisa, a quebra de muitas barreiras atitudinais, avanços promovidos pela atuação do Napne e do atendimento educacional especializado (AEE), a interação entre o núcleo de inclusão e os professores das salas regulares, o acolhimento e o acompanhamento desses alunos e a promoção de eventos direcionados à temática. Todos esses benefícios geram efeitos positivos para a continuidade da formação dos estudantes atípicos dentro dessas instituições de ensino. Em função desta pesquisa, gerou-se um produto educacional materializado através de um guia de orientações direcionado ao

assessoramento do trabalho do Napne, o núcleo que possui a gênese dos processos de inclusão dentro da EPT. Através dessa ferramenta de orientação, é possível que o Napne tenha maiores recursos para trabalhar junto aos professores e demais profissionais da instituição, gerando, para o estudante com deficiência, um estado de inclusão e de bem-estar que contribui efetivamente com o seu percurso de formação dentro da instituição.

Palavras-Chave: Educação profissional e tecnológica. Estudante com deficiência. Formação. Núcleo de apoio.

ABSTRACT

This work has as its central theme the Formative Path of students with disabilities in integrated high school within IFSertãoPE: challenges and perspectives and its main objective is to analyze the factors that impact students with disabilities in integrated high school to remain in their formative path within IFSertãoPE, consequently diagnosing the vulnerabilities existing in the process of inclusion within the institution. To obtain the findings, a field research was used, which characterizes the refusal of direct documentation. This research used, as instruments, an online questionnaire directed to students with disabilities and a semi-structured interview conducted with the coordinators of the Centers for Assistance to People with Specific Educational Needs (Napne) of IFSertãoPE. In addition, the bibliographic analysis was an important instrument used, especially when analyzing the research results. Through the results found, demonstrated by the thematic content analysis of Bardin (1977), it is verified the need for greater physical and curricular adaptation of the institution and adaptations of methodologies in the classroom. It is also necessary to intensify specialized services and the work of Napne with these students, in order to encourage their permanence and success in professional and technological education. It was also found that there is a need for resources, budget, physical structure, specialized professionals and actions that position Napne as a strategic and important sector within this type of education, since only in this way is it possible to contribute positively to the process of training students with disabilities in professional and technological education (EPT). In addition to these findings, the opportunities that contribute to the educational path of this group of students stand out. In this sense, the research findings show the breaking down of many attitudinal barriers, advances promoted by the work of Napne and specialized educational services (AEE), the interaction between the inclusion center and teachers in regular classrooms, the welcoming and monitoring of these students and the promotion of events focused on the theme. All these benefits generate positive effects for the continuity of the training of atypical students within these educational institutions. Based on this research, an educational product was created in the form of a guidance guide aimed at advising the work of Napne, the center that is responsible for the inclusion processes within EPT. Through this guidance tool, Napne can have more resources to work with teachers and other professionals at the institution,

creating a state of inclusion and well-being for students with disabilities that effectively contributes to their educational path within the institution.

Palavras-Chave: Professional and technological education. Students with disabilities. Training. Support center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Percentual de participantes por curso	45
Figura 2	Mapa da análise de conteúdo da pesquisa com os coordenadores	49
Figura 3	Mapa da análise de conteúdo da pesquisa com os estudantes	50
Figura 4-	Porcentagem de cada código dentre os 20 códigos observados	69
Figura 5-	Capa do guia de orientações	83
Figura 6-	Disposição dos textos e imagens no guia de orientações	84
Figura 7-	Nota registrada pelos avaliadores	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Opinião dos sujeitos sobre a assistência dos professores	58
Quadro 2- Frequência de aparição dos códigos relacionados à metodologia docente	62
Quadro 3- Frequência de aparição dos códigos relacionados ao acolhimento e ao acompanhamento de alunos com atipicidades	67
Quadro 4- Comparação entre respostas de estudantes e coordenadores	75
Quadro 5- Códigos com frequência elevada na categoria de necessidades e problemas	77
Quadro 6- Opinião dos entrevistados sobre barreiras atitudinais	80
Quadro 7- Quantidades de códigos e seus percentuais em cada categoria	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

Consup- Conselho Superior

EPT- Educação Profissional e Tecnológica

IF's- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSertãoPE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

IFSP- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras- Língua Brasileira de Sinais

LOA- Lei Orçamentária Anual

Napne- Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PAEE- Público Alvo da Educação Especial

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAIC- Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RFEPCT- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Suap- Sistema Unificado de Administração Pública

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA- Transtorno do Espectro Autista

TECNEP- Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	22
2.1 Geral	22
2.2 Específicos	22
3 REVISÃO DE LITERATURA	23
3.1 Educação profissional e tecnológica e sua relação com as pessoas com deficiências	23
3.2 Possíveis fatores que impactam no percurso formativo de estudantes com deficiências	28
3.3 Barreiras subjetivas intrínsecas ao percurso formativo	37
4 PERCURSO METODOLÓGICO	41
4.1 Análise de dados	47
4.2 Produto educacional	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
5.1 Legislações que embasam a educação inclusiva no IFSertãoPE	52
5.2 Análise de conteúdo da pesquisa de campo	54
5.2.1 Análise das contribuições dos estudantes à pesquisa	55
5.2.2 Coordenação do Napne: uma visão apurada sobre o percurso formativo dos estudantes com deficiências	65
6 PRODUTO EDUCACIONAL	82
6.1 Detalhamento do produto educacional	82
6.2 Avaliação do produto educacional	85
7 CONSIDERAÇÃO FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A-ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS ESTUDANTES	102
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS COORDENADORES	104
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES COMPLETAS DA PESQUISA DE CAMPO	105
ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES	106

ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS SERVIDORES E ALUNOS MAIORES DE IDADE	110
ANEXO C- REGISTRO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
ANEXO D- TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO DO(S) PESQUISADOR (ES)	118
ANEXO E- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA	119

APRESENTAÇÃO

Numa perspectiva introdutória, traz-se como abertura deste trabalho um excerto pessoal que justifica o grande interesse pela pesquisa voltada ao percurso formativo dos estudantes com deficiências. Deste modo, inicia-se uma trajetória pessoal enquanto profissional da educação no ano de 2009, como estagiário na rede municipal de educação da cidade de Salgueiro-PE, atuando como professor de turmas das séries iniciais do ensino fundamental até o ano de 2010. Em 2013, com a conclusão da graduação em pedagogia, novas perspectivas e projetos surgiram, voltando para a rede municipal de educação de Salgueiro-PE em 2014 enquanto professor contratado, o que mais tarde, em 2017, fez com que, com a aprovação em concurso público, integrasse o quadro de professores efetivos das séries iniciais do ensino fundamental na mesma rede.

Já na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ingressei no ano de 2019 na função de pedagogo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco (IFSertãoPE), Campus Ouricuri. Ainda recente no cargo de pedagogo, fui nomeado para a função de coordenador do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE- do Campus Ouricuri. Em maio de 2024, em meio à greve, fui removido para o IFSertãoPE Campus Salgueiro, local onde atuo no Núcleo Pedagógico, também como pedagogo.

Foi, portanto, no trabalho com alunos deficientes que despertou, em mim, a motivação para a análise do processo formativo do público de estudantes que apresentam especificidades. Na convivência diária com inúmeros desafios que a coordenação propõe, aprendi bastante e, ao mesmo tempo, me senti motivado a entender e pesquisar mais sobre este público de alunos que a cada ano cresce dentro da EPT.

1 INTRODUÇÃO

A discussão deste trabalho se inicia com a reflexão do contexto histórico das pessoas com deficiências dentro do espaço social, ambiente em que a escola está inserida.

Desde a organização da sociedade civil que as pessoas com deficiências estão implicadas nas relações humanas estabelecidas no seu meio, ora vistas como empecilhos à ordem social, ora como incapazes que merecem cuidados assistencialistas. O fato é que a pessoa com deficiência sempre teve lugar de inferioridade dentro do ambiente social e, até hoje, luta pela conquista de um espaço que seja respeitada e, de fato, inclusa.

A história em si não é algo linear e nem progressivo, mas um ciclo em que a pessoa com deficiência é colocada em situações diferentes, porém nunca em condições de igualdade e equidade perante as demais pessoas ditas normais.

De acordo com Santos e Barbosa (2016), na antiguidade, os egípcios respeitavam as pessoas com deficiências e, por vezes, tratavam como seres divinos, que tinham habilidades sobrenaturais.

Ainda para Corrent (2015), os egípcios não excluía, julgavam e condenavam as pessoas com deficiências, mas, pelo contrário, tentavam incluir ao máximo esses indivíduos no ambiente social. Por outro lado, Santos e Barbosa (2016) revelam que os gregos tinham aversão às pessoas com deficiências, pois a cultura desse povo determinava o extermínio desses indivíduos, uma vez que o pensamento predominante era o do culto ao corpo perfeito e a preparação para a guerra, algo que os deficientes não tinham. Além disso, Neres e Correa (2008) exemplificam que, em Esparta, aqueles que apresentavam alguma deficiência e, por isso, não tinham características que a sociedade da época precisava, eram exterminados.

Santos e Barbosa (2016) destacam, porém, que, com a evolução da sociedade, durante a idade média, a igreja proibiu o extermínio das pessoas com deficiências, no entanto deu a elas um caráter assistencialista.

Por outro lado, com a ascensão burguesa e a Revolução Industrial, o pensamento racionalista, baseado nos preceitos científicos, abriu um novo espaço para as pessoas com deficiência, pois Santos e Barbosa (2016) dizem que as deficiências passaram a ser vistas como causa natural e não algo divino. Porém, Barbosa, Fialho e Machado (2018) denunciam que, nesse período, no contexto

escolar, os alunos eram rotulados como excepcionais e havia uma visão patológica sobre as deficiências, o que ocasionava uma espécie de segregação e marginalização desses estudantes.

Partindo para uma análise da legislação, destaca-se que dentre os documentos internacionais construídos na década de 90 estão a Declaração de Jomtien (1990), que garante o acesso à educação a todos, a Declaração de Salamanca (1994), que promove atenção educacional a pessoas com deficiências, e a Convenção de Guatemala (1999), que tinha a intenção de eliminar a desigualdade e a discriminação às quais a pessoa com deficiência está submetida.

No cenário nacional, destaca-se o momento histórico pós-ditadura, em que foi promulgada uma nova constituição em 1988. Nela, André e Teixeira (2018) salientam que a educação recebeu um tratamento minucioso que serve de base para a construção de um sistema educacional apto para o desenvolvimento integral da pessoa.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e que o atendimento educacional especializado (AEE) será ofertado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Isso mostra que a nova constituição não só abriu espaço para a pessoa com deficiência ter direito à educação, mas garantiu que essa educação fosse efetiva ao assegurar o direito do AEE a pessoas com deficiências.

Além da Constituição Federal 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) reforça o direito das pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades e superdotação à educação e ao atendimento educacional especializado.

Com os avanços da legislação brasileira na garantia do acesso à educação de pessoas com deficiências, Mariussi, Gisi e Eyng (2016) trazem que, em 2008, o Ministério da Educação construiu um documento que serviu como base para orientar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. O documento objetivou a organização dos sistemas de ensino de maneira que garantisse a inclusão de pessoas com deficiências dentro do espaço escolar, através de recursos pedagógicos, eliminação de barreiras arquitetônicas, instalações e mobiliários e etc.

Além disso, Guinart (2017) traz a lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão-LBI) como um importante marco legal, que reuniu diversos direitos da pessoa com deficiência em um único documento e, dentre eles, está o direito à educação.

Neste sentido, com a quantidade de leis que surgiram, principalmente com a redemocratização do país, assegurando às pessoas com deficiências o direito de inclusão como sujeitos sociais dotados de direitos e deveres, a escola, como instituição social, também está incluída entre os grupos que precisam se adequar para, efetivamente, incluir a pessoa com deficiência.

O processo de inserção de estudantes com deficiências tem se intensificado na última década, justamente por conta de um maior rigor na legislação. Estados, municípios e a rede federal de educação precisam garantir o direito à educação dos alunos deficientes e, para isso, é necessária uma organização física, administrativa e pedagógica dentro do espaço escolar.

Porém, para Báfica (2012), os alunos com deficiências não têm seus direitos assegurados pelas escolas, pois a autora acredita que essas instituições estão muito aquém de se tornarem efetivamente inclusas. Complementando o pensamento da autora, é possível entender que se trata de todas as escolas a nível municipal, estadual e federal.

Segundo Oliveira e Ferrão (2021), na rede federal de ensino, especialmente na educação profissional e tecnológica, representada pelos institutos federais de educação criados pela lei 11.892/2008, o processo de inclusão tem sido colocado em primeiro lugar, trazendo uma política de inserção, que proporcionou a organização de núcleos específicos que tratam sobre inclusão.

Porém, Silva e Dore (2016) afirmam que só nos últimos anos é que as escolas técnicas ampliaram o acesso para pessoas com deficiências à sua educação. Isso mostra que os institutos federais ainda têm uma jornada grande para que garantam o direito à educação da pessoa com deficiência.

Diante disso, este trabalho tem como ponto central a análise do percurso formativo dos estudantes com deficiências que estão matriculados no IFSertãoPE, na busca de investigar os aspectos que potencializam sua permanência dentro da instituição bem como identificar as fragilidades encontradas dentro do IFSertãoPE que causam evasão e desinteresse pela vida acadêmica desse público de estudantes.

Esta proposta é motivada por conta do baixo histórico de alunos com deficiências que conseguiram concluir algum curso na instituição, uma consequência ocasionada pela evasão.

Segundo os últimos dados apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2021, 2022 e 2023, no IFSertãoPE, a quantidade de estudantes concluintes foi

de 1400, 1387 e 2208, respectivamente. Se já é espantosa uma taxa de conclusão tão baixa, uma vez que a quantidade de matrículas a cada ano gira em torno de 10.000, é mais espantoso ainda perceber os percentuais de alunos com deficiências que concluíram algum curso nesses anos. Em 2021, de acordo com o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), apenas 6 estudantes com deficiências, em todo o IFSertãoPE, conseguiram concluir algum curso, sendo que, destes alunos, apenas 1 estava matriculado no ensino médio integrado. Já em 2022, apenas 10 alunos com deficiências conseguiram concluir algum curso na instituição. Destes alunos, apenas 3 estavam matriculados no ensino médio integrado.

Em 2023, o número foi um pouco maior, pois 28 estudantes com deficiências conseguiram concluir algum curso no IFSertãoPE. Porém, se considerar que apenas 8 destes estudantes estavam matriculados no ensino médio integrado, infere-se que os percentuais ainda estão muito aquém daquilo que se almeja.

Ao fazer uma nova busca no Suap, considerando apenas alunos do ensino médio integrado, percebeu-se que entre 2017 e 2023, no Campus Ouricuri, apenas 01 estudante com deficiência conseguiu concluir o curso que estava matriculado, no Campus Floresta apenas 01 estudante, no Campus Salgueiro 04 estudantes, no Campus Petrolina 03 estudantes, no Campus Santa Maria da Boa Vista 01 aluno, no Campus Serra Talhada apenas 01 estudante e no Campus Petrolina Zona Rural não houve nenhum aluno do ensino médio integrado que tenha concluído algum curso durante o período destacado. Como exemplo, no Campus Ouricuri, dos 15 alunos informados como pessoas com deficiências de 2017 a 2023, apenas 01 estudante conseguiu integralizar/concluir o curso.

Em todo o IFSertãoPE, em 2023, apenas 28 estudantes com deficiências, considerando todas as modalidades, conseguiram concluir algum curso, representando uma taxa aproximada de apenas 1,2% do total de concluintes e 26,4% do total de alunos com deficiências, sendo que o total de alunos que possuíam deficiências com matrícula ativa, em 2023, era de 106 estudantes.

Diante então desses dados, esta proposta tem como objetivo analisar os fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, as vulnerabilidades existentes no processo de inclusão dentro da instituição.

Cabe então, diante desse objetivo, levantar alguns questionamentos que

norteiam a pesquisa: quais fatores encontrados dentro do IFSertãoPE contribuem para a permanência do estudante que possui alguma atipicidade? Em quais aspectos o IFSertãoPE ainda apresenta fragilidades no trato com esse público e que podem ser melhorados? Qual impacto que o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas tem no percurso formativo desses alunos?

Diante das colocações, é possível destacar pontos como a falta de estrutura física da instituição, a falta de profissionais de AEE, que passou a existir na instituição apenas no ano de 2023 e, mesmo assim, através de um serviço terceirizado que, muitas vezes, não há continuidade, a deficiência que muitos docentes têm para o trabalho com estudantes atípicos, pois, a grande maioria, não teve essa preparação na sua formação inicial e também não tem formação continuada em serviço direcionada ao tema. Também, é possível levantar que o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas não possui recursos suficientes para promover e ajudar efetivamente no processo formativo de estudantes que possuem necessidades específicas. Esses são alguns dos pontos que serão abordados durante esta produção.

A inclusão escolar pode ser estudada em várias vertentes, porém, optou-se, neste trabalho, buscar respostas aos questionamentos levantados, assim como analisar o problema em questão a partir da visão dos principais interessados, que são os estudantes público-alvo da educação inclusiva. Neste sentido, a pesquisa torna-se de fundamental importância, pois fez inferências dentro do espaço real da instituição e do ambiente de aprendizagem de estudantes com deficiências. Através da análise da pesquisa, foi possível verificar as variáveis que estão intrínsecas no processo de ensino de estudantes com deficiências dentro do IFSertãoPE, sejam elas positivas para o percurso formativo, sejam impeditivas para o sucesso desse percurso.

Ainda, foi possível entender a visão dos servidores que estão à frente das coordenações dos Napne's do IFSertãoPE, isso permitiu um diagnóstico de como a instituição está incluindo e o quanto os alunos- aqueles que possuem deficiências- se sentem parte desse processo de inclusão.

Diante, pois, da pesquisa, o IFSertãoPE, bem como toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- RFEPCT podem pensar em ações que potencializem a permanência e o êxito de estudantes com deficiências dentro dessas instituições que preparam não apenas para o mundo do trabalho, mas, também, para as relações sociais.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar os fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, as vulnerabilidades existentes no processo de inclusão dentro da instituição.

2.2 Específicos

- Investigar documentos e normativos internos e externos ao IFSertãoPE que garantem o direito à educação de modo equânime, com metodologias, currículo e estratégias pedagógicas específicas para pessoas com deficiências;
- Desenvolver pesquisa de campo com alunos com deficiências e coordenadores dos núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas do IFSertãoPE de cursos/turmas do ensino médio integrado do IFSertãoPE que possuem estudantes com deficiências;
- Descrever, através dos achados, a relação entre os fatores/fragilidades que impactam na permanência no percurso formativo do estudante com deficiência;
- Propor a construção de produto educacional, materializado através de um guia de orientações, que possa mediar a relação do estudante com deficiência e o IFSertãoPE.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Educação profissional e tecnológica e sua relação com as pessoas com deficiências

A educação profissional e tecnológica se originou na perspectiva de ofertar um ensino voltado à formação de um ofício àqueles que eram denominados de “pouca sorte”. Desde a sua institucionalização até então, é possível perceber que pouco se tem feito para transformar o caráter meramente técnico, que qualifica unicamente para atuação nos setores produtivos da sociedade. Neste sentido, vários aspectos que estão presentes no contexto das instituições de EPT são negligenciados no dia a dia da escola, como é o caso dos estudantes que possuem deficiências.

De acordo com Tillmann e Almeida (2020), a educação profissional e tecnológica (EPT), que pauta-se na formação integral do sujeito, ultrapassa a formação meramente profissional do estudante, em que estão imbricadas ciência e técnica, mas vai além, despertando a consciência política nos trabalhadores, trazendo para essa modalidade de educação o princípio de uma educação integral e politécnica. É, então, neste pensar que os autores trazem à luz a educação inclusiva, externando que a lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008) não possui nenhum dispositivo legal que aborda sobre educação inclusiva. Porém, como contraponto, Tillmann e Almeida (2020) afirmam que a educação inclusiva é transversal ao ensino e que, na educação profissional e tecnológica, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser garantido de forma complementar à formação do estudante com deficiência.

Apesar da educação profissional e tecnológica ter um percurso que ultrapassa séculos na história da educação brasileira, foi somente a partir de 2008, com a lei de criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia- Lei 11.892/2008- que ela ganhou destaque e notoriedade. Mesmo a Lei 9.394/96 (LDB), que é uma lei anterior, já garantir a oferta de educação profissional e tecnológica no seu Art.39, foi somente a partir de 2008 que essa modalidade pôde receber o destaque que merece. Coincidentemente, no mesmo ano, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que trouxe uma série de novidades para a educação nacional ao incluir, de fato, as pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades e superdotação dentro das escolas regulares e conseqüentemente da educação profissional e tecnológica, esta que foi fortificada

como uma política pública através dos institutos federais.

Pois bem, direcionando o discurso para a existência de estudantes atípicos dentro da EPT ou dentro de qualquer outra modalidade de ensino, volta-se novamente à LDB, que é a precursora de todos os fatos da educação brasileira pós-constituição da república de 1988. Destaca-se que esta lei traz, assim como a Carta Magna, a obrigação da garantia, pelo poder público, do direito à educação para todos, porém, de acordo com Plácido e Jerônimo (2020), ao trazer o termo “preferencialmente na rede regular de ensino”, abre-se um enorme precedente para a existência de um sistema paralelo de ensino que tem a função de segregar os estudantes público-alvo da educação especial.

Para Ingir (2021) a inclusão, dentro das escolas, de alunos atípicos é algo recente na história da educação brasileira. Inúmeras legislações surgiram desde a década de 90 do século passado na tentativa de trazer equidade a este público, que devem garantir não apenas a inserção desses estudantes, mas a garantia de permanência e de conclusão. Porém, apenas os dispositivos legais não garantem, por si só, a inclusão sócio-política e educacional das pessoas com deficiências. Ingir (2021) ainda traz uma importante informação ao revelar que são poucos os estudantes atípicos que conseguem concluir a educação básica, fato que atravessa, também, a educação profissional e tecnológica, que não consegue mostrar efetividade nos dados de formação de pessoas com deficiências.

O autor, após relato sobre estudantes com deficiências que participaram de processo seletivo para entrar num curso de uma instituição pública, revela que a pós-graduação ainda não está preparada para receber estudantes com deficiências. Nesta perspectiva, é possível relacionar a realidade apresentada àquela vivenciada nas escolas de educação profissional e tecnológica, que possuem estudantes com maior dependência de professores e demais profissionais. Não é difícil pensar que a inclusão se torna mais deficiente ainda.

Bezerra e Pantoni (2022) também relatam sobre a inclusão de estudantes com deficiências dentro da EPT, voltando suas análises para a inclusão de alunos autistas. Eles dizem que a quantidade de trabalhos relacionados ao tema autismo em modalidades de educação, como no caso da EPT e na educação superior, ainda é muito tímida. A maioria dessas pesquisas são direcionadas à educação infantil e ao ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Neste sentido, é possível destacar que o baixo quantitativo de pesquisas relacionadas à educação inclusiva na EPT, no caso

específico citado pelos autores ao tema autismo, gera uma espécie de negligência para com esse público em modalidades de educação que têm o dever de ser uma política pública de inclusão.

Indo a fundo na pesquisa de Bezerra e Pantoni (2022), os autores relatam a pouca bibliografia que fala sobre autismo dentro da educação profissional e tecnológica. Trazem que a maioria dos estudos levantados é da educação infantil e do ensino fundamental. Isso mostra que existe uma negligência quanto à inclusão dentro da EPT e em etapas posteriores ao ensino fundamental.

Proporcionar a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na EPT, numa visão de educação integral e omnilateral, apresenta-se como uma proposta promissora não apenas para a inserção no mercado de trabalho, mas também como um elemento importante para emancipação humana destes indivíduos (Bezerra; Pantoni, 2022).

Na mesma pesquisa, os autores ainda trazem a visão de professores da EPT sobre a inclusão desses estudantes dentro do espaço escolar, o que foi comprovado que a opinião docente é harmônica ao afirmar que a inserção desse estudante deve se dar através da capacitação dos professores, da parceria entre escola e família e da atuação constante da equipe multiprofissional. Segundo os professores, sujeitos da pesquisa, esses pontos são fundamentais quando a proposta é trazer o público autista para a EPT.

Pelo contexto apresentado, não é difícil enxergar que, assim como acontece o pouco interesse em realizar pesquisas e discussões a respeito do autismo dentro de outras modalidades de ensino se não a educação infantil e o ensino fundamental, igualmente acontece quando se fala das demais deficiências, em que, percebe-se nitidamente um menor destaque e interesse em discutir a temática dentro da EPT. Isso gera uma espécie de exclusão dos estudantes que apresentam deficiências, autismo e altas habilidades e superdotação dos espaços da educação profissional e tecnológica.

Avançando nas análises sobre a inclusão de pessoas com deficiências na EPT, Mattje e Santos (2018) trazem dados referentes à quantidade de pessoas com deficiências dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/ Viver sem limites), uma política pública que visa à inserção de profissionais preparados no mercado de trabalho.

Como política pública, Mattje e Santos (2018) lembram que, no que tange à

proteção das pessoas com deficiências, este programa tem como função a promoção de condições de igualdade e o pleno exercício de direitos pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiências, visando à inclusão social e à cidadania, o que se materializa na inserção desse público dentro do mundo do trabalho.

Concordando com Bezerra e Pantoni (2022), os autores Mattje e Santos (2018), ao adentrarem no tema, ressaltam que a falta de acessibilidade de grande parte das instituições de ensino dificulta a qualidade e a autonomia de vida de pessoas com deficiências. Nestas condições, a pesquisa enfatiza que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/Viver sem Limite) é uma política pública que veio para qualificar as pessoas com deficiências, através da educação profissional e tecnológica, de modo que as barreiras encontradas no ambiente educativo possam ser eliminadas, proporcionando não somente a educação dessas pessoas, mas a sua efetiva inserção na atividade produtiva.

Na pesquisa, os autores perceberam uma quantidade maior de estudantes, com deficiência física, matriculados nos cursos- 55,2% de um total de 100%-seguidos, respectivamente, encontram-se os percentuais de 20,7% para deficiência visual, 10,3% para deficiência mental e 3,5% para deficiência intelectual. Isso diz muito da educação profissional e tecnológica que está sendo ofertada nas escolas brasileiras, uma vez que, pela pesquisa, quanto maior é a dificuldade cognitiva do estudante com deficiência, menor é a quantidade presente nas salas de aula. Fato que denuncia claramente a dificuldade dessas pessoas estarem em salas de aula sem uma preparação adequada das instituições de ensino. Porém, mesmo o percentual expressivo demonstrado em relação aos estudantes com deficiência física, quando se analisa os números, a quantidade de estudantes com este tipo de deficiência matriculados ainda é irrisória.

Mas, ao voltar à comparação entre os percentuais de deficientes físicos e às demais deficiências, os autores trazem outro importante fato ao demonstrarem os dados trabalhistas. Dos entrevistados, 52,2 % dos que trabalham ou já trabalharam com carteira assinada são deficientes físicos, ou seja, mais da metade dos entrevistados. Isso mostra, segundo Mattje e Santos (2018), que os empregadores preferem contratar pessoas com deficiência física por estas necessitarem de menores adaptações. Portanto, fica claro que a EPT, mais que nunca, precisa cumprir seu papel enquanto formadora de profissionais com deficiências, cada vez mais qualificados, mas que, ao mesmo tempo, essa formação seja crítica e omnilateral, para que essas

pessoas possam, de fato, ser incluídas dentro do ambiente social.

Neste sentido, é claro que é papel das escolas de educação profissional e tecnológica cumprir seu dever de cuidar da inclusão não só no espaço escolar, mas no mundo do trabalho, porém, essa tarefa não é simples, uma vez que, para que o ambiente escolar seja acolhedor para esses estudantes, é preciso que se repense esse contexto, principalmente percebendo a visão que esses estudantes têm da escola.

Sobre isso, Boff, Rosa e Regiani (2022) trazem uma pesquisa muito significativa, em que pontos cruciais são levantados por estudantes da EPT, especialmente no que diz respeito a metodologias adotadas por docentes dessa modalidade de ensino. Pelo trabalho dos autores, verifica-se a visão de estudantes que possuem deficiências sobre as metodologias adotadas por muitos professores em sala de aula. Constatou-se, segundo os entrevistados, que os docentes fazem uso de muitos textos e de aula expositiva com abordagem auditiva. Nestas condições, é possível identificar deficiências nas metodologias dos professores, uma vez que excluem totalmente da aula aqueles estudantes que possuem atipicidades.

Pelo exposto, Boff, Rosa e Regiani (2022) culpam essa postura dos professores às suas concepções pedagógicas que estão atreladas a uma visão patológica da deficiência, e que, somente através de uma mudança de concepção, é possível mudar o fazer pedagógico que é empregado cotidianamente na sala de aula.

A formação integral e a participação plena de todos os estudantes dentro do espaço da escola, em especial da EPT, é o atual desafio dessa modalidade de educação. No que diz respeito à formação integral, o trabalho pedagógico deve ser estruturado a partir do modelo social de deficiência, assim, é possível alcançar um projeto de educação verdadeiramente equânime (Boff; Rosa; Regiani, 2022).

Indo a fundo nas pesquisas sobre a inclusão de estudantes com deficiências dentro da EPT, é possível visualizar na proposta de Plácido e Jerônimo (2020) algo inédito dentro das pesquisas da área educacional que dizem respeito ao tema. O trabalho se propõe a investigar a opinião de servidores do Instituto Federal de Santa Catarina, em diferentes Campi, sobre o acolhimento inicial de estudantes com deficiência, ou seja, o momento de acolhida, e propõe avaliar um produto educacional direcionado a esse fim.

A acolhida é a primeira etapa de um longo processo de acolhimento que se desenvolve de modo processual, portanto, propor uma EPT única e para todos, não é

apenas seguir o que está exposto nas legislações, mas promover uma cultura escolar inclusiva (Plácido; Jerônimo, 2020).

Por esse pensamento, percebe-se que a inclusão não se dá apenas em sala de aula, mas começa desde os primeiros momentos de contato do estudante com deficiência e a escola. Algo que, ao que parece, de acordo com a pesquisa, não ocorreu, uma vez que, segundo os autores, 80% dos participantes afirmaram que no seu Campus não há material específico para acolher os estudantes. O fato é que, a pesquisa apresentada por Plácido e Jerônimo (2020), que afirmam a importância de um produto educacional para a acolhida de estudantes com deficiências, mostra que os profissionais em geral não têm preparo para receber esses estudantes desde o seu primeiro contato com a instituição. A pesquisa mostra que, além de materiais para a acolhida, é possível e necessária a construção de instrumentos e recursos para que o professor tenha suporte ao fazer os primeiros contatos com esses estudantes.

Finalizando esta abordagem, fica evidente que o desenvolvimento da educação, segundo uma perspectiva inclusiva, é, hoje em dia, uma política internacional. No entanto, este conceito de educação inclusiva, quando aplicado a países com modelos diferentes e em diferentes estágios de desenvolvimento dos seus sistemas educativos, assume significados muito diversos. Diferentes do âmbito e no conceito.

3.2 Possíveis fatores que impactam no percurso formativo de estudantes com deficiências

Muitos são os fatores que impactam na permanência e êxito de estudantes com deficiências dentro da rede federal de educação profissional e tecnológica, principalmente quando se fala dos institutos federais, que são instituições de características e estruturas singulares, ou seja, possuem sua própria organização e forma.

Neste sentido, faz-se importante analisar algumas produções que trazem à luz fatores que implicam diretamente no acesso à EPT do estudante com deficiência e tem papel fundamental no seu percurso formativo dentro das instituições que oferecem essa modalidade de ensino.

Pensando nisso, Lopes *et al.* (2016) analisam a realidade de uma escola de educação profissional e tecnológica no seu aspecto físico, colocando como ponto de investigação a acessibilidade arquitetônica da escola. Pelas análises, é possível

compreender, na visão de alunos e docentes, que houve avanços quanto às adaptações físicas dentro da escola, mas que há muito a se fazer ainda, pois, na maioria dos espaços, não há sinalização, rampas de acesso, piso tátil, dentre outros instrumentos necessários e legalmente assegurados ao estudante que possui deficiência.

Para os autores, todo o espaço da escola deve ser inclusivo e permitir o acesso físico e a plena participação de todos nos ambientes escolares, considerando que as características destes espaços e do mobiliário podem ser um impeditivo à acessibilidade do estudante com deficiência.

Lopes *et al.* (2016) ainda acrescentam que não faltam instrumentos legais que garantem essa acessibilidade arquitetônica dentro das instituições, porém o que falta são atitudes e ações que possam concretizar aquilo que é trazido pela legislação.

Outro ponto que pode ser levantado que tem ligação intrínseca com o percurso formativo é abordado por Haas e Moro (2020) ao relatarem a importância dos núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas – Napne's dentro dos institutos federais de educação. As autoras comparam dados do processo de inclusão antes e após a criação do núcleo em um Campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o que demonstra que, após a implantação do setor, a quantidade de estudantes com deficiências também aumentou consideravelmente.

Com todos os desafios enfrentados, o Napne cumpre um papel muito importante dentro das instituições federais da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. O núcleo deve buscar formas criativas de atuar de modo colaborativo com sua comunidade acadêmica (Haas; Moro, 2020, p.11).

Porém, Haas e Moro (2020) apresentam como contraponto uma vulnerabilidade bastante aparente na composição de núcleos de acessibilidade. As autoras trazem que é comum a nomeação de servidores que integram a equipe dos Napne's sem que esses tenham nenhuma formação específica na área de educação inclusiva. Muitas vezes isso acontece pela falta de profissionais preparados dentro da instituição. Nestas condições, o serviço do setor fica comprometido, daí vem a importância de pensar, além da designação de pessoas para compor o núcleo, a preparação desses servidores para a atuação.

Numa perspectiva histórica, Lisboa, Mendes e Lima (2019) argumentam que o Napne, dentro das instituições federais de educação, foi criado no ano 2000 através do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com

Necessidades Educacionais Específicas (TECNEP). Este programa tinha o intuito de oferecer educação profissional e tecnológica às pessoas consideradas atípicas. Com a criação dos institutos federais de educação em 2008, o núcleo foi adotado como estratégia para promoção da inclusão dentro dessas instituições.

Para Lisboa, Mendes e Lima (2019), em pesquisa realizada, constatou-se que, dentro dos institutos federais, a maioria dos núcleos não são ligados a uma pró-reitoria, cerca de 41,38%. Nos Campi, normalmente o setor é ligado à direção de ensino, um total de 34,48%, e um percentual de 17,24% são ligados à direção geral.

Ainda, de acordo com a pesquisa realizada pelos autores, quanto à escolha de coordenador para o núcleo, pelos institutos analisados, constatou-se que, em 9 (nove) institutos, a escolha da coordenação acontece entre os membros que compõem o Napne; em 6 (seis) institutos, quem escolhe a coordenação é o diretor geral; em 5 (cinco), os coordenadores são eleitos pela comunidade escolar (servidores, pais e alunos); em um instituto, a eleição acontece pela comunidade escolar, mas o resultado deve ter a anuência da direção geral. Dos institutos investigados, 8 (oito) não informaram o mecanismo de escolha de coordenadores dos Napne's.

Na visão de Vilaronga *et al.* (2021), com a criação dos núcleos de apoio a pessoas com necessidades específicas, no Instituto Federal de São Paulo- IFSP, as ações de inclusão se intensificaram em todos os Campi, de modo que, através da pesquisa realizada pelos autores, foram elencadas inúmeras ações de promoção da inclusão do estudante com deficiência, que trouxeram impactos bastante positivos para a comunidade acadêmica como um todo. As autoras traçam um panorama de ações propostas pelo núcleo dentro do IFSP que, mesmo sem uma situação ideal de inclusão escolar dentro dos Campi, fica evidente a percepção de que o movimento de inclusão não está estagnado desde a criação dos núcleos.

Porém, concordando com Hass e Moro (2020), Vilaronga *et al.* (2021) retratam o mesmo problema de falta de formação, na área de educação inclusiva, dos profissionais que compõem o Napne. Muitas das vezes, o profissional é capacitado em sua área específica como psicologia, pedagogia, enfermagem, mas não possui nenhuma formação que seja ligada à inclusão de pessoas com deficiência dentro do espaço da escola. As autoras vão mais a fundo quando entendem que, dentro dos IF's, as coordenações dos Napne's precisam realizar inúmeras atividades inerentes ao seu cargo de origem, o que acaba, muitas vezes, deixando lacunas no trabalho frente ao Napne.

A ampliação do quadro de profissionais que tenham formação específica para acessibilidade do aluno público-alvo da educação especial- PAEE é uma das principais estratégias de garantia dos direitos desses estudantes em contexto dos institutos federais- IF's. (Vilaronga *et al.*, 2021, p. 303).

Na visão de Sonza, Vilaronga e Mendes (2020) é inegável que os Napne's têm feito um trabalho de grande importância dentro da rede federal de educação profissional e tecnológica, especialmente na promoção de ações que contribuem com o tripé ensino-pesquisa-extensão, beneficiando alunos com deficiências, com TEA e com altas habilidades e superdotação. Porém, os autores esclarecem que a atuação dos Napne's não pode invisibilizar os inúmeros direitos legais que os estudantes com necessidades específicas têm, como por exemplo, o direito ao atendimento educacional especializado, ao tradutor e intérprete da língua de sinais, ao auxílio leitor, à equipe multidisciplinar e etc.

A luta por esses serviços não enfraquece a atuação dos núcleos, mas, ao contrário, fortalece os seus objetivos que é a promoção da inclusão e do direito à educação de forma equânime aos estudantes considerados atípicos.

É importante esta análise, pois não coloca os núcleos de acessibilidade como único responsável por essa demanda dentro das instituições que ofertam a EPT, mas traz aos Napne's a responsabilidade pela articulação de diferentes serviços que devem existir dentro da rede de educação profissional e tecnológica. Portanto, a deficiência apresentada na oferta desses serviços dentro dos institutos federais, especialmente a falta de salas, de recursos e de profissional de atendimento educacional especializado, é algo que deve ser objeto de luta por parte dos núcleos de inclusão, de modo constante e ininterrupto.

Já Mendes (2017) traz uma visão bem peculiar em relação aos núcleos que se formam dentro das instituições federais de educação profissional e tecnológica e que se destinam à defesa dos direitos das minorias, a exemplo dos Napne's. Segundo o autor, a setorização não é vista como algo positivo, uma vez que as instituições estão formando departamentos, comissões e setores específicos para tratar de assuntos que são de responsabilidade de todo o coletivo da instituição.

Para Mendes (2017), essa incumbência que é delegada a um setor gera uma espécie de “desresponsabilização” para os demais sujeitos que compõem a instituição. O autor defende a concentração das causas relacionadas à inclusão e à diversidade em único núcleo, de modo que o Napne possa ser um veículo de

articulação entre alunos, profissionais, familiares e comunidade, buscando a responsabilização coletiva pelo processo de inclusão dentro da rede de EPT.

Essa “setorização” pode ser prejudicial, pois traz a ideia de que a responsabilidade pela promoção da educação inclusiva dentro da rede federal de educação profissional e tecnológica é de um grupo de profissionais e não da totalidade da instituição. (Mendes, 2017, p. 92).

Partindo-se para uma visão mais quantitativa de atuação dos Napne’s, é verificada-se os dados trazidos pela pesquisa de Dall’Alba e Guerreiro (2019) realizada no Instituto Federal do Amazonas Campus Zona Leste. De acordo com os dados coletados entre docentes do Campus, foi constatado, segundo os entrevistados, que os Napne’s devem focar seus esforços, para promoção da inclusão, nos professores e no aluno.

Portanto, a pesquisa mostra que a atuação do núcleo não deve se desviar dos principais sujeitos que estão em constante contato no espaço educativo, dando suporte e assessorando à relação entre estudantes e professores. Destarte, esses dados ratificam aquilo que é proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo governo federal em 2008. Política esta que, segundo Dall’Alba e Guerreiro (2019), possibilita aos núcleos de acessibilidade oferecer suporte aos estudantes da EPT e aos professores do ensino básico, técnico e tecnológico, no que diz respeito à promoção da inclusão de alunos com necessidades específicas.

Outro fator muito discutido na literatura e que é um aspecto crucial para permanência dos estudantes que possuem especificidades dentro da educação profissional e tecnológica é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Apesar de ser algo ainda considerado escasso dentro da rede federal, especialmente nos institutos federais de educação, é um instrumento de inclusão que vem sendo posto na literatura como de fundamental importância no processo formativo do aluno que possui deficiência. Este atraso na oferta desse serviço dentro dessas instituições se dá por diversos motivos como, por exemplo, a falta de recursos, de salas apropriadas, de profissionais preparados e pela falta de conhecimento da importância deste serviço para a EPT.

De acordo com Passian, Mendes e Cia (2017), a atual política de inclusão escolar prevê o AEE como uma estratégia de atendimento a estudantes que possuem necessidades específicas. Este atendimento deve ser realizado em sala de recursos

multifuncionais e no contraturno do horário regular de aulas do estudante. Os autores ainda especificam, de acordo com a legislação brasileira, o público que deve receber esse serviço: os estudantes com deficiências, com transtorno do espectro autista e os estudantes com altas habilidades e superdotação.

Desse modo, Pertili e Moro (2018) relatam a necessidade dos estudantes com deficiência ingressarem no mundo do trabalho e que isso é uma tarefa, também, da educação profissional e tecnológica. Para que isso aconteça, é inegável que o atendimento educacional especializado seja expandido para toda a rede federal de educação profissional e tecnológica, até mesmo para garantir a esses estudantes, caso seja necessário, a terminalidade específica.

Frente à realidade que se apresenta, mesmo com o AEE, são grandes os desafios, mas sem esse apoio, o risco de que os estudantes com deficiência abandonem seu percurso formativo dentro da EPT é bem maior. Além disso, sem a intervenção do AEE, o uso da terminalidade específica pode fragilizar o processo educacional e abreviar a formação do aluno (Pertini; Moro, 2018, p.93).

Como outro ponto a se discutir dentro do percurso formativo do estudante com deficiência na educação profissional e tecnológica, que é um fator que impacta diretamente no tipo de ensino oferecido, suas metodologias e estratégias didáticas, vem à discussão a formação dos professores que atuam na EPT, tanto a inicial quanto a continuada.

Discutindo, ainda, sobre o Napne dentro dos IF's e sua atuação expansiva, Ferreira (2018) afirma que o Núcleo deve contribuir na formação docente para o trabalho em sala de aula com estudantes público-alvo da educação inclusiva. Na sua pesquisa, Ferreira (2018) relata a experiência de atuação do NAPNE do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em que os espaços de reuniões pedagógicas foram utilizados na promoção de atividades de formação docente para a inclusão. Nesta perspectiva, este setor se mostra de essencial importância quando deseja sensibilizar os docentes para a causa da inclusão.

Ferreira (2018) ainda lembra que a inclusão é um desafio permanente, que desafia práticas pedagógicas, que na sua maioria vêm de uma educação tradicional e bancária. Educação essa que é formada de práticas excludentes e que, por mais que o aluno esteja no espaço escolar, abraçando esse modo de ensinar, este não será incluído. Essa consequência não é direcionada exclusivamente aos estudantes que possuem deficiências, mas, numa educação bancária, a exclusão desses estudantes

fica mais visível.

Numa outra proposta trazida por Aranha, Nogueira e Santos (2022) é possível visualizar uma pesquisa direcionada à investigação sobre a formação docente. Apesar do trabalho das autoras não ter relação direta com a educação inclusiva, ele parte da formação docente na EPT, o que impacta conseqüentemente no ensino de estudantes que possuem atipicidades.

Nos dados apresentados por Aranha, Nogueira e Santos (2022), percebe-se que há uma clara deficiência na formação docente dentro da EPT. Há uma quantidade expressiva de profissionais que não possuem uma formação pedagógica ou uma formação inicial direcionada à docência. Normalmente há muitos professores bacharéis que não possuem a formação didático-pedagógica e que não tiveram, na formação inicial, a preparação para a docência. Esses profissionais advêm do mercado, que ao receberem uma oportunidade na indústria ou no comércio, acabam abandonando o posto de docente. Os autores ainda percebem, através da pesquisa, que esses profissionais não possuem complementação pedagógica que, em tese, prepara para a docência.

Nas condições elencadas, Aranha, Nogueira e Santos (2022) trazem a preocupação com a educação que os estudantes da EPT estão recebendo. Uma educação compartimentada e que não está preparando de forma integral, uma vez que há muitas deficiências que advêm da formação inicial docente. Esses profissionais, estando em espaços das escolas de EPT, não são estimulados nesses ambientes para uma atitude docente mais didática e voltada para a educação omnilateral e politécnica. Neste sentido, é notório que, para os estudantes, de modo geral, haverá um prejuízo de formação enquanto profissionais e cidadãos e isso é potencializado quando se fala de estudantes com deficiências que necessitam de ferramentas e instrumentos pedagógicos diferenciados e adaptados a sua especificidade.

Freitas e Cavalcante (2022) endossam a discussão ao trazerem alguns trabalhos relacionados à inclusão de deficientes dentro da educação profissional e tecnológica. Essas produções elencadas pelos autores trazem pontos importantes que merecem destaque na EPT, como as políticas públicas para profissionalização das pessoas com deficiências, adaptações para acessibilidade e instituições que ofertam EPT para pessoas com deficiências.

Segundo os autores, o estudo de políticas públicas para pessoas deficientes

dentro da EPT é importante, pois mostra se essas políticas estão sendo efetivas e se estão causando impacto na vida desses estudantes. Porém, a parte da pesquisa que mais chama a atenção é o recorte que traz os trabalhos relacionados a adaptações curriculares dentro da EPT, fato que está diretamente relacionado à prática docente em sala de aula, uma vez que os autores trazem como destaque as tecnologias assistivas como ferramentas de apoio essencial dentro das instituições de educação profissional e tecnológica e que possuem estudantes com deficiências. Daí vem, através dos achados de Freitas e Cavalcante (2022), a importância de proporcionar, dentro das instituições da EPT, formação continuada que coloque em destaque as tecnologias assistivas e possa despertar, no fazer docente, as diversas possibilidades de adaptações que esses recursos proporcionam.

As tecnologias assistivas são essenciais na formação de estudantes com deficiências na EPT, portanto, é preciso visualizar, nesses espaços, discussões para proposição de novas tecnologias baseadas nas necessidades dos alunos. Isso deve ser oportunizado no interior das escolas que ofertam EPT. (Freitas; Cavalcante, 2022).

Na visão de Rodrigues (2022), a educação inclusiva vem ganhando espaço, principalmente após a Constituição Federal. Porém, para o autor, a escola e, em especial, os docentes não estão preparados e aptos para o trabalho com os estudantes que possuem deficiências. Essa inaptidão é potencializada quando se fala da EPT, que demonstra carência de alunos atípicos.

O grande desafio do professor dentro da EPT é garantir o protagonismo do aluno com deficiência, de modo que este esteja incluído em todos os percursos formativos oferecidos, em que seja contemplado tanto pelo aporte teórico quanto prático, que são bastante característicos do ensino da EPT (Rodrigues, 2022).

Neste sentido, o autor traz para sua pesquisa a importância da formação docente para o trabalho com estudantes com deficiências, mas faz isso de modo singular, pois foca na utilização de tecnologias que possam contribuir com essa formação. Conforme Pletsch e Leite (2017), a utilização de novas tecnologias de ensino na formação de professores contribui significativamente na inclusão escolar, pois permite a abertura de novos espaços de diálogos, como também favorece a construção de novos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem.

Rodrigues (2022) ainda acrescenta que cursos de formação ofertados aos docentes, que têm como foco uma prática pedagógica inclusiva, devem se dar numa perspectiva de não sobrecarregar os professores durante o processo formativo. Este

feito pode ser alcançado quando faz uso de tecnologias digitais que utilizam metodologias inovadoras como, por exemplo, o ensino híbrido.

A pesquisa de Silva Neto (2020) também discute sobre formação de professores para docência na EPT, sem trazer em destaque a inclusão de estudantes com deficiências, apenas abordando a formação continuada. Porém, mesmo a pesquisa não tratando a temática inclusão, merece destaque uma vez que aborda profundamente a formação de docentes. Nos seus achados, o autor retrata bem a visão de docentes da EPT sobre o ensino e traz a necessidade de uma formação em serviço que proporcione um processo de ensino mais humano dentro da educação profissional e tecnológica, uma vez que a preocupação de muitos docentes está em apenas transmitir, de modo mecanizado, as informações e conhecimentos epistemológicos acumulados durante a história da humanidade. Silva Neto (2020) frisa que isso acontece principalmente em docentes da área técnica que não possuem formação para a docência. O autor ainda salienta que a EPT está sempre relegada quando se fala de formação continuada de professores enquanto política pública.

A partir dos anos 2000, foram muitas as propostas de formação de professores criadas por meio de políticas públicas, mas sempre direcionadas à educação básica. Dentre elas é possível destacar a Rede Nacional de Formação Continuada em 2004, Universidade Aberta do Brasil em 2005, o Programa de Consolidação das Licenciaturas em 2006, o Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2007, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica em 2012, o Pró-letramento – mobilização pela qualidade da educação em 2010, a formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012, o Programa Novos Talentos em 2014 e o Programa Residência Pedagógica em 2018. Dentre essas ações, nenhuma delas foi direcionada à EPT, que fica isolada dentro do sistema educacional brasileiro (Silva Neto, 2020). Essa afirmativa deixa claro que a EPT continua carente de formação continuada, e, se é possível imaginar este cenário quando se trata da formação continuada de modo geral, não é difícil concluir que são praticamente inexistentes ações dessa natureza voltadas para o ensino de estudantes com deficiências.

Reforçando a visão apresentada, Godoy, Silva e Allain (2022), nas suas pesquisas, tratam sobre a formação dos professores para o ensino dos estudantes deficientes dentro da EPT. Interessante o retrato dos autores, pois percebem tanto a visão de professores quanto de alunos cegos sobre o assunto. Os autores retratam,

através da pesquisa, que os docentes alegam não ter preparo para o trabalho didático-pedagógico com os alunos cegos e trazem como desafio as salas de aula numerosas que, muitas vezes, impede que seja dada a atenção que o estudante deficiente visual precisa. Os professores trazem ainda a falta de acessibilidade física e de materiais didáticos para o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

Por outro lado, Godoy, Silva e Allain (2022) ainda percebem a visão de estudantes cegos matriculados na EPT, que reconhecem os esforços dos professores na tentativa de incluir, mas percebem que esses professores não são preparados ou não possuem recursos suficientes e necessários à promoção de estudantes com deficiência visual nas suas aulas.

Já para Capeletti e Carvalho (2022), através de pesquisa realizada dentro de uma escola de EPT, o processo de inclusão de estudantes público-alvo da educação especial dentro dos institutos federais é bastante tímido e as políticas institucionais para a promoção da inclusão são escassas, além de que os recursos financeiros e humanos direcionados aos núcleos de inclusão presentes nestes ambientes são mínimos e insuficientes para, de fato, trazer estudantes com deficiências para essas instituições. Os autores ainda destacam a visão de professores da EPT a respeito da inclusão desses estudantes e trazem dados importantes e até impactantes, uma vez que os achados revelam que a maioria dos professores não se sente preparada plenamente para o trabalho com estudantes atípicos.

Abordados sobre os temas que sentem necessidades de formação, os professores elencaram as técnicas para auxiliar alunos com baixa visão; como criar legendas adequadas; aplicação de estratégias pedagógicas e avaliações para ajudar os alunos especiais; atendimento e diagnóstico pedagógico; adaptações curriculares; conhecimento sobre as diferentes deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação; relações interpessoais; tecnologias assistivas disponíveis no Campus; como organizar atividade que incluam pessoas com características comportamentais próprias de algumas deficiências; Língua brasileira de sinais (Libras) e *braille*; metodologias inclusivas. (Capeletti; Carvalho, 2022).

3.3 Barreiras subjetivas intrínsecas ao percurso formativo

Elencadas todas essas questões relacionadas ao processo formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro da rede de EPT, faz-

se necessário acrescentar à discussão um tema que é de grande importância e relevância quando se fala sobre a inclusão de estudantes com deficiências dentro dessa modalidade de educação: a polidez no discurso sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola.

Santos (2016) diz que a polidez era concebida tradicionalmente como um conjunto de formas de conduta ou procedimentos exigidos pelo organismo social de acordo com o status das partes envolvidas numa interação, isso equivale à etiqueta, às normas de boas maneiras que realmente devem prevalecer no atendimento e na formação do aluno com deficiência, para que este se sinta bem acolhido e respeitado em suas necessidades, evitando assim, possível desestímulo ou mesmo evasão escolar.

Neste sentido, as atitudes de gentileza em relação à pessoa com deficiência, por exemplo, como oferecer-se para suspender a cadeira de rodas de um cadeirante a fim de transpor alguma barreira arquitetônica ou oferecer o braço ao cego para conduzi-lo ao outro lado da rua podem ser incluídas entre manifestações da polidez. Além do aspecto político apontado acima, pressupõe-se que haja riscos para os interlocutores em qualquer interação social, o que motiva o uso de estratégias linguísticas que tentam compensá-los ou minimizá-los, para manter a harmonia da interação. No caso da pessoa com deficiência, devido ao estigma que pesa sobre sua imagem social, é comum que os falantes recorram a estratégias linguísticas que incluam seu comportamento nas expectativas do que é tido como adequado ou apropriado e que evitem possíveis conflitos (Santos, 2016).

Ainda, há que se falar de barreiras atitudinais no que diz respeito ao processo de inclusão dentro da educação profissional e tecnológica. Sobre isso Rodrigues e França (2020) esclarecem, através de pesquisa realizada sobre as contribuições dos Napne's para o processo de formação dos profissionais que fazem a educação inclusiva, que o público de alunos com deficiência que chegam aos IF's sinaliza para a pouca ou nenhuma referência pedagógica dos profissionais que fazem essas instituições para o trabalho com os estudantes da educação inclusiva. Essa deficiência recai nos aspectos pedagógicos vivenciados cotidianamente dentro do espaço educativo e isso, em muitas das vezes, é causado pela falta de empatia para com o público de estudantes, ou seja, as famosas barreiras atitudinais, que impedem a aceitação desse público atípico e gera a falta de proatividade nas adaptações necessárias.

Os autores trazem dados do Censo Escolar 2019, estes revelam que apenas 1,97% dos docentes que lecionam na educação básica da rede federal de educação profissional e tecnológica, profissionais que atendem aos IF's, têm formação continuada voltada para a educação inclusiva. Este é um fator alarmante, uma vez que a cada ano a demanda cresce dentro dessas instituições, chegando estudantes com os mais variados tipos de deficiências e neuroatipicidades.

Na pesquisa de Rodrigues e França (2020), os autores destacam que os sujeitos entrevistados consideram como competência primordial para a inclusão dentro do espaço da escola, especialmente da EPT, a atitude e a empatia, o que demonstra a necessidade do desenvolvimento dessas competências nos profissionais. Porém, acrescentam que não basta apenas conhecer essas competências atitudinais, é necessário criar vínculo com o estudante, transmitindo a este a sensação de segurança, de afetividade e de confiança. Desse modo, é possível que o educador vá além de uma relação mecanicista de conceitos teóricos e práticos e crie uma relação próxima com o estudante que possui deficiência. Este que, por sua vez, se sentirá mais acolhido.

Porém, segundo os autores, apesar dos inúmeros normativos que existem garantindo a inclusão do público de estudantes com necessidades específicas, a principal barreira encontrada dentro dos IF's são aquelas de caráter atitudinal. Ribeiro e Gomes (2017) reforçam este argumento ao trazerem que existem resistências originadas no preconceito, na falta de informação e na intolerância a modelos educacionais mais flexíveis que impedem uma ação mais empática dos profissionais que estão imersos no ambiente da escola, especialmente dentro da rede de educação profissional e tecnológica.

Já Rodrigues, Bernardino e Moreira (2022), através de pesquisa com estudantes com deficiências da rede pública, identificaram que esse público enfatiza bastante a questão da acessibilidade atitudinal dentro do contexto escolar, pois, apesar dos alunos revelarem que os professores demonstram muito carinho e afeto, não há um trabalho dirigido às necessidades específicas desses estudantes e também não existe a promoção de ações e atividades favoráveis à aproximação dentro desse espaço. Normalmente não há convites, por parte dos professores, para participação em ações e atividades dentro e fora da escola.

Os autores acrescentam que muitas atitudes impedoras da acessibilidade atitudinal fazem parte de um processo longo de exclusão, de desconhecimento e de

falta de empatia, o que gera uma exclusão automática das pessoas com deficiências do contexto social.

Segundo Rodrigues, Bernardino e Moreira (2022) há uma parcela de pais e profissionais da educação que questionam a presença do estudante com deficiência em salas de aula regulares, defendendo a segregação desses estudantes em estabelecimentos e salas de aulas especiais. Isso é ainda uma enorme barreira atitudinal, uma vez que vai de encontro a todo arcabouço legal e contra as inúmeras conquistas dos últimos anos das pessoas com deficiências. Além de haver uma separação dos estudantes do convívio com os demais e com a diversidade.

É notório que a inclusão de estudantes com deficiências dentro da rede federal é um desafio constante, mas é importante ter consciência de que é um direito do estudante atípico à sua permanência dentro da educação profissional e tecnológica, de modo que possa alcançar êxito no seu processo formativo. Desse modo, é necessário que essa rede de educação saiba o que é preciso para a garantia da permanência e do êxito dentro do percurso formativo dos estudantes que possuem necessidades específicas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Como exposto ao longo deste projeto, este trabalho analisa variáveis que estão intrínsecas dentro do contexto escolar que contribuem com o percurso formativo de estudantes com deficiências no espaço da escola, em especial, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, identificando, também, possíveis vulnerabilidades. Pois bem, diante disso, esta pesquisa tem como campo de estudos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano-IFSertãoPE.

O IFSertãoPE está localizado no Sertão Pernambucano- Sertão do São Francisco, Sertão Central, Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe- e, atualmente, apresenta 7 Campi e uma reitoria. Os Campi estão espalhados pelas cidades de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Floresta, Salgueiro, Serra Talhada e Ouricuri. Em cada cidade a instituição possui um Campus, a exceção da cidade de Petrolina que possui dois Campi e onde fica localizada a reitoria. Há a proposta de expansão da instituição, com a criação de dois novos Campi localizados nas cidades de Águas Belas-PE e Araripina-PE.

A instituição oferece cursos em diversos níveis e modalidades, desde o ensino médio integrado, perpassando a graduação, até chegar à pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Oferece também cursos subsequentes, de educação de jovens e adultos e cursos de educação a distância. Funciona nos três turnos- manhã, tarde e noite- atendendo às diferentes modalidades e níveis de ensino, a exceção do Campus Petrolina Zona Rural, que funciona apenas nos turnos matutino e vespertino.

Atualmente, segundo dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública, há um total aproximado de pouco mais de 1000 servidores ativos trabalhando na instituição, divididos nas categorias de professores e de técnicos administrativos em educação, sendo, destes, uma média de 470 na função de docente e 540 na função de técnico administrativo em educação.

Por outro lado, de acordo com informações extraídas da Plataforma Nilo Peçanha do ano de 2023, a instituição teve um total de 11.604 matrículas de estudantes, tendo, neste mesmo ano, um total de 2.208 concluintes. Quanto às matrículas de estudantes com deficiências, declarados no SUAP, no ano de 2024, estão matriculados, aproximadamente, 142 estudantes que apresentam alguma atipicidade, desses, 38 são do ensino médio integrado.

Com os sete Campi que existem na instituição e a reitoria, o IFSertãoPE possui o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas que possui uma unidade em cada Campus, com a presença de um coordenador em cada um deles, que, por sua vez, são orientados por uma coordenação geral localizada na reitoria da instituição.

Diante então da contextualização da instituição, para concretização da pesquisa, foi utilizada como recurso a documentação direta, por meio de uma pesquisa de campo. Para Marconi e Lakatos (2017), a documentação direta constitui-se no levantamento de dados no próprio local onde acontecem os fenômenos. Foi exatamente assim que a pesquisa foi realizada, uma vez que investigou, junto aos estudantes com deficiências e coordenadores dos Napne's, o processo formativo dos estudantes que têm necessidades específicas dentro do IFSertãoPE.

Este estudo, baseado na documentação direta, como citado anteriormente, tem como recurso a pesquisa de campo ou estudo de campo, que “constitui um modelo clássico de investigação no campo da antropologia, onde se originou.” (Gil, 2002, p.53).

É possível ver que a pesquisa de campo teve sua origem na antropologia, porém “nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios, como no da sociologia da educação, da saúde pública e da administração.” (Gil, 2002, p.54).

Neste sentido, é válido especificar que a “pesquisa de campo é utilizada como objeto de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta para a hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.” (Marconi; Lakatos, 2017, p.75).

Percebe-se, pois, a pesquisa de campo como algo que também se aplica à educação e como instrumento capaz de trazer à luz não somente informações como também conhecimentos que são extremamente significativos quando se quer entender os fatores que impactam na permanência, no seu processo formativo, de estudantes com deficiências.

Dentro dessa pesquisa de campo, revela-se a essência da pesquisa exploratória situada na proposta, uma vez que para Marcone e Lakatos (2017, p.76), neste tipo de pesquisa, “obtem-se descrições tanto qualitativas quanto quantitativas no objeto de estudo. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada como a entrevista, a observação participante, a análise de conteúdo, e etc.”.

Daí a caracterização desta pesquisa, quanto à abordagem, como qualitativa.

Para Gil (2022), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias e também a descoberta de suposições e/ou intuições. O autor ainda complementa revelando os três aspectos presentes neste tipo de pesquisa: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas e análise de exemplos. São características que se encaixam adequadamente à pesquisa realizada, uma vez que a mera pesquisa de campo, que, por vezes, está cheia de subjetividades do pesquisador, não garante, por si só, a concretude dos achados, por isso, conjugada à pesquisa de campo, também foi analisado o levantamento bibliográfico trazido na pesquisa exploratória para reforçar ou desmistificar os dados encontrados em campo.

Como citado anteriormente, a pesquisa exploratória traz ao pesquisador uma série de instrumentos de coleta de dados e informações que o deixam bastante à vontade. Como se trata de uma pesquisa que tem como sujeitos pesquisados alunos com deficiências e coordenadores dos núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas, optou-se pelo uso de dois instrumentos de coleta de dados: o questionário que foi direcionado aos alunos com deficiências, de modo *online*, e a entrevista, realizada com os coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE.

No que diz respeito à utilização de questionário *online*, este foi direcionado aos estudantes com deficiências, dividido nas seguintes categorias de perguntas: dados pessoais e acadêmicos, estrutura física, Napne e AEE, atuação docente e instituição e recursos. Todas tiveram o propósito de investigar os fatores que impactam positivamente e negativamente na permanência e êxito de estudantes com deficiências dentro do IFSertãoPE.

Ainda, na aplicação do questionário, um aluno com deficiência auditiva teve a necessidade de apoio especializado, o que foi fornecido no momento da entrevista. No caso de outras deficiências específicas, o apoio foi através do profissional de atendimento educacional especializado e do coordenador do núcleo de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o questionário pode ser definido como um instrumento de coleta de dados formado por uma série de perguntas, sem a presença do pesquisador. Desse modo, escolheu-se o questionário remoto e *online*, evitando, assim, qualquer interferência subjetiva nas respostas dos entrevistados.

Para obter o consentimento dos entrevistados, foram enviados, através de e-

mail, termos de consentimento, tanto para os alunos e coordenadores dos Napnes, sujeitos da pesquisa, quanto para os pais/responsáveis dos estudantes que são menores de idade.

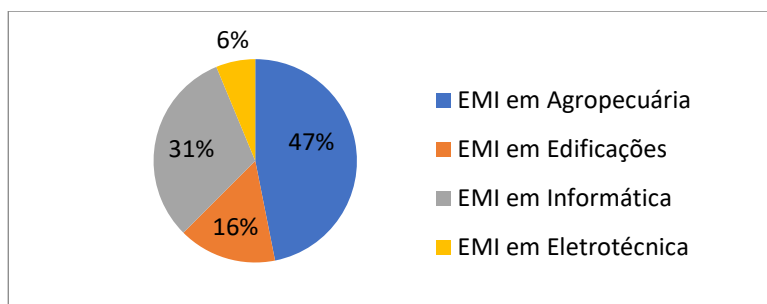
O termo de assentamento para os estudantes e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os responsáveis, este último que permitiu aos pais autorizarem a participação do seu/sua filho (a) na pesquisa, foi enviado pelo e-mail dos estudantes. Neste e-mail havia um *link* que direcionava para o aplicativo *Google Forms*. No aplicativo, encontravam-se os dois termos (termo de assentamento e o TCLE para os pais). Após a autorização dos pais e o aceite dos estudantes, no mesmo *link*, permitia-se abrir o questionário. Antes de enviar o e-mail, os pais foram contactados por meio de chamadas de celular e mensagens de textos enviadas através do aplicativo de mensagens *WattsApp*, para serem informados sobre o conteúdo do e-mail que o estudante receberia e a data em que este e-mail seria enviado. Para alunos maiores de idade, foi enviado um e-mail separado com um *link* contendo o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário, uma vez que eles não precisavam da autorização dos responsáveis.

No total, foram obtidas respostas de 19 participantes discentes, dentre os 38 alunos com necessidades específicas matriculados no semestre 2024.1 no IFSertãoPE. Esses estudantes se dividiram entre alunos maiores e menores de idade, obtendo 6 respostas de estudantes maiores de idade e 13 respostas de estudantes menores de idade. Dentro desse público, observa-se uma faixa etária entre 15 e 37 anos, todos matriculados em algum curso do ensino médio integrado do IFSertãoPE.

Todos os Campi foram representados nas respostas dos estudantes. Houve a participação de 02 alunos do Campus Petrolina Zona Rural, 05 do Campus Petrolina, 03 do Campus Santa Maria da Boa Vista, 04 do Campus Floresta, 03 do Campus Ouricuri, 01 do Campus Serra Talhada e 01 do Campus Salgueiro.

Dentre as atipicidades apresentadas pelos participantes da pesquisa, é possível destacar as seguintes: deficiência física, baixa visão, transtorno de atenção e hiperatividade, deficiência intelectual, autismo, cegueira, surdez e dislexia. Sendo que alguns estudantes apresentam mais de uma necessidade específica.

Já com relação aos cursos em que os participantes estão matriculados no IFSertãoPE, é possível observar a figura abaixo para melhor visualização.

Figura 1- Percentual de participantes por curso

Fonte: Pesquisa direta

Ainda, com relação ao ano de ingresso dos estudantes pesquisados, houve participantes ingressantes entre os anos de 2019 e 2024. E, com relação ao tipo de escola que os alunos são oriundos, 95% responderam que vêm da escola pública e apenas 5% é egresso de escolas privadas.

Já no que diz respeito à entrevista com os coordenadores, ela foi realizada de modo individual com cada coordenador e o objetivo desse momento foi a busca de informações a respeito de como a instituição percebe a inclusão dos alunos com deficiências e quais as contribuições do núcleo para o percurso formativo dos estudantes atípicos. Optou-se por esta ferramenta, pois, como o público de coordenadores é reduzido, ficou viável e pertinente um encontro de modo individualizado.

Minayo (2010) define a entrevista como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores. Essa conversa tem o entrevistado como mediador e todo o discurso parte, inicialmente, dele.

Minayo (2010) classifica a entrevista em vários tipos, para esta pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada com os coordenadores dos Napne's. A escolha justifica-se por conta que este tipo proporciona maior liberdade ao entrevistador e ao entrevistado, combina perguntas fechadas e abertas, de modo que o entrevistado pode discorrer sobre o assunto de modo mais autônomo, sem se prender ao questionamento inicialmente feito.

Portanto, as perguntas realizadas deixaram espaço suficiente para o entrevistado acrescentar o máximo possível de informações, fato que deu maior liberdade de expressão e capacidade expositiva e argumentativa aos entrevistados.

A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em seus mais diversos usos das Ciências Humanas, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-

relacionamento humano. (Miguel, 2010, p. 2).

Nestas condições, a motivação pela entrevista se deu pelo objetivo de obter muito mais que apenas respostas prontas, mas permitir que o entrevistado pudesse fazer uma reflexão do contexto e revelar os dados de modo integral, na sua plenitude.

Esta ferramenta foi fundamental para entender o percurso formativo de estudantes com deficiências na visão de profissionais que estão implicados diretamente com a questão da inclusão dentro da instituição, proporcionando o entendimento de como se dá esse processo dentro do IFSertãoPE e as vulnerabilidades existentes nos Campi.

Para a entrevista com os coordenadores dos Napne's, a logística para consentimento aconteceu da mesma forma que ocorreu com os estudantes que são maiores de idade, foi enviado o TCLE via e-mail, juntamente com o *link* da sala virtual onde houve a entrevista.

Com relação ao público de coordenadores, a previsão era a realização de 6 entrevistas com os coordenadores dos Campi Petrolina, Petrolina Zona Rural, Santa Maria Da Boa Vista, Floresta, Salgueiro e Serra Talhada. O Campus Ouricuri não pôde ser pesquisado por conta que a coordenação do Napne estava sob a direção do pesquisador e, no percurso metodológico, não foi projetada a observação participante na tentativa de evitar subjetividades do pesquisador dentro da pesquisa.

No entanto, não foi possível a realização da pesquisa em um dos Campi, apesar das inúmeras tentativas de contato com a coordenação do Napne daquele Campus. Portanto, foram realizadas entrevistas, de modo síncrono, através do aplicativo *Google Meet*, com as coordenações de 5 Campi do IFSertãoPE.

Quando se fala da quantidade de tempo dentro da instituição, observa-se que um dos entrevistados tem 11 anos de atuação, outro tem 10 anos, dois entrevistados têm pouco mais de 4 anos e mais um entrevistado tem cerca de 2 anos de atuação dentro da instituição. Já no que se refere ao tempo em que os entrevistados estão à frente da coordenação, quatro deles estão há cerca de 3 anos à frente da função e um deles está há 4 anos na coordenação do núcleo.

Para suas funções de origem, é possível encontrar diferentes profissionais à frente do núcleo: um enfermeiro, três tradutores e intérpretes de Libras e um técnico em assuntos educacionais.

No intuito de resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa, foram criados pseudônimos tanto para os estudantes quanto para os servidores entrevistados. Para

os alunos, adotou-se a nomenclatura “aluno” juntamente com o número de ordem que foram respondendo o questionário: Aluno 1, Aluno 2, Aluno 3, Aluno 4, Aluno 5... Aluno 19. Já para os coordenadores, foi adotada a nomenclatura de “entrevistado” junto com uma letra do alfabeto, considerando a ordem de execução das entrevistas: Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C, Entrevistado D, Entrevistado E. Essas medidas são necessárias para cumprir os acordos estabelecidos nos termos assinados por alunos, pais de alunos e servidores entrevistados.

4.1 Análise de dados

Diante dos instrumentos de pesquisa elencados- questionário e entrevista- escolheu-se, para análise dos dados da pesquisa, a técnica da análise de conteúdo temática, uma vez que ela melhor se adequou para o processamento das informações coletadas, caracterizando-se como um instrumento bastante adequado para análise de dados que envolvem textos.

Embora a análise de conteúdo, como método e técnica de pesquisa, venha de uma abordagem quantitativa, nesta pesquisa qualitativa, ela foi utilizada porque deu totais condições de analisar os resultados de modo geral, a partir das categorias e unidades que surgiram através do discurso dos pesquisados.

Quando os dados e as informações que se têm, ao invés de números, apresenta-se na forma de textos, a análise adequada assume o nome de análise de conteúdo (Freitas; Janissek, 2000, p. 38).

Desse modo, segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo se divide em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados- inferência e interpretação. A primeira fase é identificada “como a fase de organização, nela se estabelece um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis.” (Câmara, 2013, p. 183).

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. (Bardin, 1977, p. 95)

Pois bem, na fase de pré-análise foi avaliado todo o material, tanto da entrevista quanto do questionário, no intuito de fazer um filtro dos dados coletados, além da seleção do material bibliográfico. Esta etapa é de grande importância, pois, a partir dela, foi possível selecionar as informações que foram codificadas e categorizadas

em outra etapa do processo. A leitura e a análise de todo o material foram bastante necessárias, pois, diante das respostas das entrevistas e do questionário, foi possível fazer a elaboração de hipóteses e de indicadores que ajudaram na interpretação final. Para Bardin (1977), essa leitura inicial também pode ser chamada de leitura flutuante.

Na fase de exploração do material, adotaram-se procedimentos de codificação de dados, em que esses foram ordenados em categorias, considerando a similaridade observada entre eles. Além disso, a partir dos códigos, que são denominados unidades de contexto, foram sistematizadas as unidades de significação. Para a entrevista, foi construído um quadro matricial que permitiu comparar as variáveis observadas, do mesmo modo, foi feito com o questionário.

Para a análise do conteúdo do questionário aplicado com os estudantes, construíram-se três categorias, a categoria de análise da estrutura física e arquitetônica da instituição, que agrupou unidades de contexto referentes à opinião dos alunos atípicos sobre a acessibilidade física dos Campi, a categoria de contribuições do Napne, AEE e equipe multiprofissional, que trouxe a visão dos estudantes sobre a contribuição desses serviços e profissionais para o seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, e uma terceira categoria denominada de contribuições do corpo docente. Nesta última categoria foram analisados dados que permitiram obter informações sobre a metodologia, as adaptações e como os professores desenvolvem o trabalho frente às inúmeras atipicidades presentes nos Campi.

Na mesma direção, as entrevistas realizadas com os coordenadores dos Napne's geraram unidades de contexto e de significação que se agruparam em duas categorias: a categoria de impactos da atuação do Napne, em que foi possível observar as contribuições do núcleo para o processo de inclusão e o seu comprometimento com o percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências, e a categoria de necessidades e problemas que dificultam a inclusão. Esta última categoria desencadeou muitas necessidades que requerem intervenções cirúrgicas.

Para Freitas e Janissek (2000), a categorização significa determinar as dimensões que serão analisadas, estas que definem a teia da grande análise e são o coração da análise de conteúdo, por isso foi tão importante realizar o tratamento dos dados da entrevista e do questionário de forma cuidadosa e obedecendo à fase de codificação, sistematizada por Bardin (1977) de modo rigoroso.

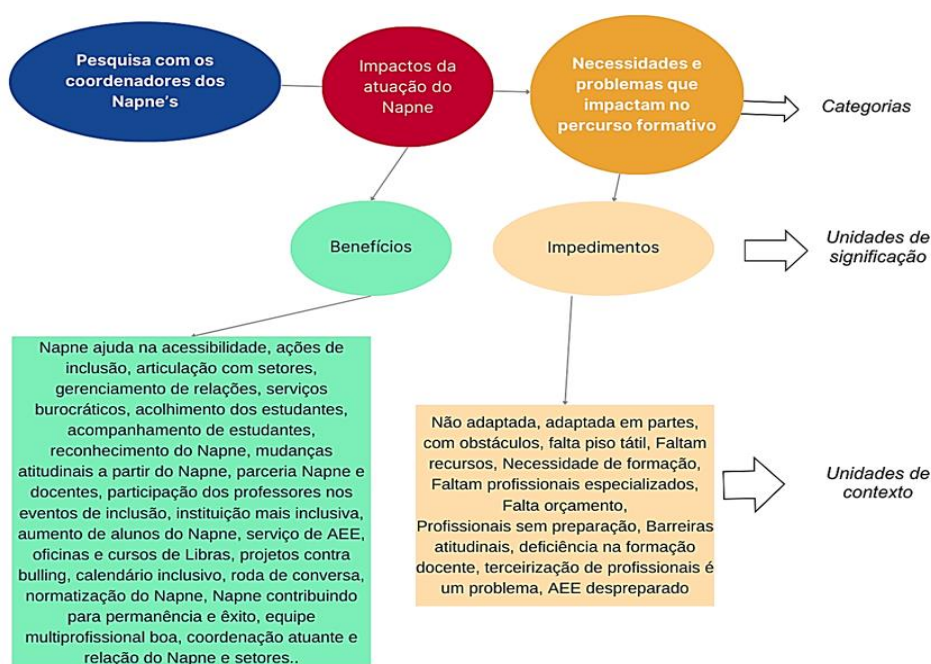
Sampaio e Lycarião (2021) consideram a codificação como aquilo que dá origem às categorias. Esta fase, segundo os autores, resume, filtra e condensa dados de acordo com os interesses de pesquisa. Deste modo, a codificação é uma etiqueta que é usada para classificar, qualificar, registrar partes do conteúdo de acordo com os objetivos da pesquisa, gerando, assim, as categorias.

Na terceira fase, denominada por Bardin (1977) de inferência e interpretação, ocorreu a reflexão do material coletado na entrevista e no questionário, através do embasamento de materiais empíricos, estabelecendo, assim, relações. Nesta etapa, houve uma comparação dos achados da pesquisa ao material bibliográfico selecionado, pois “durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo”. (Câmara, 2013, p. 189)

A análise de conteúdo é uma técnica que ajudou de modo significativo em todo o processo de análise de dados. A rigorosidade técnica com que são tratados os dados subjetivos de uma pesquisa faz com que essa técnica seja mais prudente e aconselhável para o tratamento das informações da pesquisa aqui realizada.

Para melhor entendimento, surgem duas figuras que ilustram todo o processo de codificação, em que estão inseridas as categorias, as unidades de significação e as unidades de contexto.

Figura 2- Mapa da análise de conteúdo da pesquisa com os coordenadores



Fonte: Pesquisa direta

Figura 3- Mapa da análise de conteúdo da pesquisa com os estudantes



Fonte: Pesquisa direta

4.2 Produto educacional

No mestrado profissional em educação profissional e tecnológica ofertado pela RFEPCT há a exigência da confecção de um produto educacional, este que deve servir como recurso para essa modalidade de educação, ainda muito carente de instrumentos pedagógicos.

Neste sentido, o produto educacional idealizado dentro da pesquisa apresentada neste trabalho se materializou através de um guia de orientações para os núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

A motivação para produção desse material vem de dois fatores: inicialmente vem a motivação do pesquisador enquanto profissional da EPT ligado à coordenação do Napne do IFSertãoPE Campus Ouricuri. Este que esteve à frente do núcleo durante quatro anos e pôde sentir a necessidade de um instrumento que direcionasse o trabalho do núcleo, que fosse específico e que auxiliasse no assessoramento e apoio direto ao professor. Outro aspecto motivacional foi a pesquisa realizada em campo, especialmente com os coordenadores dos Napne's dos cinco Campi do IFSertãoPE, que demonstrou a dificuldade com a falta de recursos para execução do trabalho de

inclusão dentro da instituição, o que justifica, ainda mais, a produção deste material, que é um recurso não apenas para os profissionais do IFSertãoPE, mas que é extensivo a toda a rede de educação profissional e tecnológica.

Com a materialização do produto educacional, este foi enviado, através de e-mail, para todos os coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE, para que eles pudessem fazer a avaliação e demonstrassem as suas impressões a respeito do material produzido.

A avaliação era composta por seis (6) perguntas, sendo cinco (5) perguntas abertas e apenas uma (1) pergunta fechada, pois o intuito foi que os participantes tivessem liberdade textual para escreverem as suas percepções sobre o material.

Para análise de dados dessa avaliação, foi utilizado o mesmo método de análise de dados usado para as entrevistas com os estudantes e coordenadores dos Napne's, a análise de conteúdo temática de Bardin (1977), descrita na seção anterior.

Desse modo, a construção do produto foi essencial para a potencialização da pesquisa realizada. Apesar do trabalho de pesquisa e do produto educacional se apresentarem como produções independentes, há uma relação clara entre eles que materializa a essencialidade da confecção deste produto educacional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como objetivo realizar a análise dos resultados obtidos ao longo dos procedimentos que compuseram a pesquisa, quer sejam os questionários com os estudantes com deficiências do ensino médio integrado, quer sejam as entrevistas com coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE, objetivando entender e explicitar o processo formativo dos estudantes foco de análise da presente dissertação.

A pesquisa é um instrumento para a abertura ao diálogo sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência dentro do IFSertãoPE, porém, espera-se que o impacto deste estudo possa abranger outros espaços e instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Considerando, pois, essa importância que a pesquisa traz, destaca-se que seja necessário, para uma avaliação dos resultados esperados, apresentar, inicialmente, os normativos presentes no IFSertãoPE que são garantidores dos direitos do estudante com deficiência ou com alguma atipicidade.

5.1 Legislações que embasam a educação inclusiva no IFSertãoPE

Há que se considerar a base jurídica, um conjunto de documentos que estabelecem o IFSertãoPE, nomeadamente: o estatuto, o regimento geral, o regimento interno de cada uma das oito unidades institucionais (reitoria e 7 Campi), as resoluções do Conselho Superior (Consup), o relatório de gestão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a organização acadêmica, o acordo de metas e compromissos, a concepção e diretrizes dos institutos federais, e as medidas de suporte ao processo de implantação da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Como o tema deste trabalho aborda o percurso formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE, foi fundamental analisar a Resolução 10/2022 que trata sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Nesta normativa, percebe-se que o AEE é equiparado a um componente curricular semestral que deve ser ofertado em todos os cursos que possuem estudantes com necessidades educacionais específicas, através de atividades e recursos diversificados e organizados institucionalmente.

Segundo o normativo, o AEE deve, juntamente com os docentes, organizar

materiais e recursos de acessibilidade e pedagógicos que possam eliminar barreiras de qualquer natureza que possam prejudicar o estudante que possui deficiência.

Pela análise deste instrumento, verifica-se que este serviço já está legalmente organizado dentro do IFSertãoPE, por isso, cabe não apenas ao Napne providenciar que este direito seja acessado pelos estudantes, mas precisa dos esforços da gestão central e dos Campi para que, de fato, o AEE não fique apenas normatizado.

Por outro lado, observam-se vulnerabilidades na normativa quando esta traz que o AEE é realizado em sala de recursos multifuncionais, porém, na ausência desta, pode ser realizado em outros ambientes como a sala da coordenação do Napne ou outro espaço destinado. Este é um risco que se corre ao presumir, através de um documento institucional tão importante, que um serviço essencial para o estudante com deficiência possa ser feito em espaços alheios à sala de recursos multifuncionais.

Desse modo, entende-se que é fundamental que a sala de recursos seja colocada como o único espaço adequado a fazer atendimentos aos alunos público-alvo da educação inclusiva, pois, dessa forma, é possível garantir o direito desses estudantes na sua integralidade, sem adaptações que não contemplam a necessidade do serviço.

Outra Resolução a ser analisada é a 45/2022, que aprovou o Regulamento dos intérpretes de Libras do IFSertãoPE. Apesar de a resolução normatizar a atuação dos profissionais que trabalham com a tradução e interpretação da Libras dentro da instituição, ela é um importante instrumento jurídico que garante aos estudantes surdos o direito de ter a comunicação garantida na sua vida acadêmica dentro do IFSertãoPE.

A resolução traz a importância de o intérprete de Libras receber o material que vai traduzir ou interpretar antecipadamente. Isso é um fator bastante positivo tanto para o intérprete, que pode fazer uma preparação adequada antes do trabalho, quanto para o estudante que receberá um serviço com maior qualidade. Pode parecer algo distante, mas a relação entre o serviço ofertado de tradução e interpretação pode impactar consideravelmente no percurso formativo do estudante surdo que chega ao IFSertãoPE. Na ausência de um serviço de qualidade, o aluno, que tem sua comunicação comprometida, fica desestimulado, o que causa baixo rendimento e, possivelmente, uma evasão. Para que isso não ocorra, o normativo em questão traz alguns requisitos necessários para atuar nessa função dentro da instituição.

Destaca-se que, é de fundamental importância a garantia do intérprete de

Libras desde o primeiro dia de aula do estudante, caso isso não ocorra, além do Campus ir de encontro às normativas internas, desobedecerá às legislações externas ao IFSertãoPE.

E, finalizando os normativos internos que garantem a educação inclusiva dentro do IFSertãoPE, há de se mencionar a Resolução 33/2016 que aprovou o regimento interno do Napne. Neste documento, é possível encontrar a organização, as atribuições, a definição do público atendido pelo núcleo e dos profissionais que o compõem.

Encontra-se, nesta normativa, mais uma garantia dos estudantes atípicos, pois o instrumento legal traz a responsabilidade do núcleo enquanto provedor de uma cultura de educação para a convivência, a diversidade e para a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais dentro do espaço educativo. Desse modo, a constituição do Napne por si só já traz maior conforto para os estudantes que possuem deficiências, uma vez que, sem o núcleo, esses estudantes ficam sem apoio direto dentro do IFSertãoPE, vulneráveis a uma política generalista de formação de profissionais, apenas, para o mercado de trabalho.

Pois bem, diante da observação deste normativo, é salutar que este carece de uma atualização, uma vez que foi construído em 2016 e, com o passar dos anos, houve diversas alterações e conquistas legais dentro da educação inclusiva em âmbito nacional.

Diante da apresentação dos principais instrumentos legais que garantem a educação inclusiva dentro do IFSertãoPE, faz-se necessário apresentar os resultados da pesquisa de campo, que, de algum modo, é resultado dessa normatização implantada dentro da instituição.

5.2 Análise de conteúdo da pesquisa de campo

A análise dos achados desta pesquisa teve como método, como citado anteriormente, a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), que, de fato, é uma referência mundial no quesito proposto nesta pesquisa. Realizou-se a análise por meio de conteúdo temático (generalização analítica), fazendo uma interlocução entre as entrevistas realizadas, seja com os estudantes, seja com os coordenadores do NAPNE, e a produção textual do referencial teórico.

Nos próximos tópicos é possível apreciar todos os resultados encontrados na pesquisa de campo e sua relação com outras produções.

5.2.1 Análise das contribuições dos estudantes à pesquisa

A primeira categoria analisada dentro da pesquisa proposta aos estudantes foi a categoria denominada de análise da estrutura física e arquitetônica da instituição. Nesta categoria, observou-se, como resultado, que a maioria dos pesquisados consideram a estrutura física e arquitetônica da instituição adequada, observadas algumas ressalvas dentre os entrevistados.

Dentro dessa categoria, observa-se a presença de duas unidades de significação, segundo a análise de conteúdo temática de Laurence Bardin: aspectos positivos e aspectos negativos. Desse modo, percebe-se a opinião de estudantes com atipicidades através de dois viés. Sendo um deles com a expressiva recorrência de unidades de contexto que trazem uma conformidade com o ambiente físico oferecido pela instituição e outro que descortina unidades de contexto que trazem uma carga de descontentamento desses alunos com a atual estrutura física do IFSertãoPE.

Inferindo na categoria apresentada, foi possível constatar a presença significativa das seguintes unidades de contexto que estão dentro da unidade de significação intitulada aspectos positivos: acessível, sem obstáculos e adaptada em alguns lugares. Essa opinião foi compartilhada pela maioria dos estudantes. Porém, houve uma quantidade de participantes que se expressou de modo contrário, possibilitando gerar, através da unidade de significação denominada de aspectos negativos, as seguintes unidades de contexto: falta adaptação, com obstáculos, atrapalha a locomoção e altura atrapalha.

Diante dessa categoria, fica claro que a estrutura física e arquitetônica dentro do IFSertãoPE teve grandes avanços quanto à adaptação para pessoas com necessidades específicas, uma vez que os entrevistados manifestaram muitos pontos positivos e revelaram não haver barreiras dessa natureza que atrapalhem a sua permanência dentro da instituição. Porém, é necessário considerar que, mesmo havendo uma estrutura que não atrapalhe a maioria dos alunos com deficiências, ainda é necessário fazer maiores investimentos e adaptações físicas visando atender em plenitude as necessidades de todos os estudantes, uma vez que se identificaram vulnerabilidades nessa estrutura através dos participantes da pesquisa. Claro que isso em menor quantidade, mas é algo que deve ser considerado.

No referencial teórico, autores como Bezerra e Pantoni (2022) e Mattje e Santos (2022) trazem que a falta de acessibilidade é um fator impactante na qualidade e na

autonomia na vida das pessoas com deficiências. Portanto, se há deficiências na acessibilidade dentro do IFSertãoPE, isso é, certamente, como bem frisado pelos autores, um problema que atrapalha a permanência de estudantes que apresentam atipicidades, especialmente aqueles que possuem mobilidade reduzida.

Diante disso, para que a estrutura fique adequada para todos os estudantes sem distinção, compete à gestão fazer o devido investimento orçamentário, aferindo o que é prioridade no intuito de viabilizar e manter os estudantes dentro da instituição. Não é certo negligenciar um fator decisivo para que estudantes com deficiências permaneçam dentro da instituição. O fato de muitos estudantes com deficiências relatarem que não sentem impedimentos quanto à essa estrutura não é um pretexto para desconsiderar a opinião daqueles que ainda se sentem desconfortáveis. Não há em nenhuma legislação o texto que limita a responsabilidade da escola quando se fala de adaptações, pelo contrário, em todas as legislações postas, sejam elas internas, sejam externas ao IFSertãoPE, trazem a obrigatoriedade da promoção da inclusão para todos os estudantes, na sua integridade.

Não se pode cair no equívoco de achar que o pouco que já se tem feito é suficiente para que a demanda crescente de alunos atípicos seja contemplada. Os atores desse processo precisam aparecer de modo mais eficaz e comprometido, trazendo não apenas falas politicamente corretas extraídas da literatura, mas precisam aparecer com ações concretas e que causem impactos positivos.

Ainda no referencial teórico, Lopes *et al.* (2016) acrescentam que a acessibilidade arquitetônica já é um direito garantido legalmente, porém faltam atitudes e ações que possam concretizar aquilo que é trazido pela legislação, no sentido de romper todas as barreiras físicas para que os estudantes com necessidades específicas, no seu percurso formativo, obtenham sucesso pleno.

Cabe, portanto, à administração escolar priorizar as demandas relacionadas à acessibilidade para alunos com necessidades específicas. Essa é uma responsabilidade que a gestão não pode se eximir pelo fato da instituição já apresentar algumas adaptações na sua estrutura, a exemplo de piso tátil, rampas, corrimões e algumas placas de sinalização existentes em alguns locais da escola. Esses recursos podem ser observados em alguns Campi da instituição, o que contribuiu para os resultados observados nesta categoria, que, na sua grande maioria, considerou a estrutura acessível. Porém, a ampliação desses recursos garante não só a permanência dos estudantes que hoje estão matriculados, mas assegura o

crescimento deste público de estudantes dentro da escola, e, obviamente, contribui de maneira positiva para o sucesso no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE.

Quando foi questionado se eles acham que os espaços como laboratórios, sala de aula, biblioteca, refeitório, quadra, banheiros e etc são acessíveis e por que são acessíveis, algumas respostas podem ser destacadas do aluno 1 e do aluno 12, respectivamente:

“Sim, são acessíveis. Porém deixa a desejar em alguns pontos, por exemplo: nas aulas de educação física não possui uma interação para que o portador de deficiência física possa participar das modalidades de esportes oferecidas no Campus.” (Aluno1)

“Não, pois em alguns lugares tenho que subir escadas ou rampas sem auxílio, com risco de cair.” (Aluno 12)

Os trechos corroboram com a necessidade de mais investimentos na estrutura física, tornando o espaço plenamente acessível a todo tipo de deficiência, o que contribuiu significativamente para a mobilidade, adaptação e a independência desse estudante dentro do espaço escolar.

Novamente, retomando-se os achados de Lopes *et al.* (2016), através da pesquisa realizada numa escola de educação profissional e tecnológica, encontra-se a mesma realidade descrita na categoria de análise da estrutura física e arquitetônica da instituição. Na pesquisa descrita pelo autor, os professores e alunos reconhecem que houve avanços na estrutura física da escola, mas que há ainda muito a se fazer, trazendo vários aspectos a serem melhorados que se assemelham aos aspectos levantados, nesta pesquisa, pelos estudantes pesquisados.

Estando, portanto, numa estrutura plenamente adaptada e acessível, o estudante se sente confortável dentro da instituição o que ajuda significativamente no seu percurso formativo, evitando evasão ou desestímulo.

Já na segunda categoria nomeada de contribuições do Napne, AEE e equipe multiprofissional, abordou-se sobre o apoio dos profissionais que compõem esses núcleos e dos setores para o percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências.

Como resultado da categoria, observam-se duas unidades de significação denominadas de melhorias e falhas. Na unidade de melhorias, é possível encontrar as unidades de contexto que trazem os principais apontamentos identificados pelos estudantes que mostram as melhorias no processo de inclusão com a atuação dos

profissionais envolvidos na categoria contribuições do Napne, AEE e equipe multiprofissional, quais sejam: apoio positivo, ajuda, AEE traz apoio psicológico, torna o ambiente inclusivo, segurança, protagonismo do aluno, aprendizado melhor. Já na unidade de significação denominada de falhas, identificam-se as seguintes unidades de contexto: desconhece o serviço, não ajuda, não atua, não faz eventos, não participa, sem apoio, carência de psicólogo e psicopedagogo.

Analisando os resultados da unidade de significação melhorias, verificam-se algumas opiniões que trazem aspectos positivos em relação à atuação dos profissionais citados no questionamento, que, de forma significativa, ajudam no percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências. Porém, é possível observar uma quantidade significativa de opiniões dos estudantes que deixa clara a ausência de suporte do Napne, do AEE e da equipe multiprofissional na unidade de significação denominada falhas. Para verificar isso com maior precisão, basta observar o quadro abaixo que mostra a porcentagem de recorrência das opiniões positivas e negativas em relação à contribuição dos sujeitos expressos nesta categoria.

Quadro 1- Opinião dos sujeitos sobre a assistência dos profissionais

Tipos de aspectos	Recorrência	Porcentagem
Comentários positivos	41	51,25%
Comentários negativos	39	48,75%

Fonte: Pesquisa direta

Pelo quadro, é possível inferir que, quando se fala das contribuições dos profissionais, do Napne e do AEE, há uma paridade de resposta, sendo que aquelas que trazem que essas equipes contribuem para o percurso formativo se sobressaem minimamente àquelas em que revelam que não há contribuição. Sendo que nestas últimas, os estudantes expressam que desconhecem os serviços ou nunca frequentaram ou que nunca foram a um evento realizado pelos profissionais. Neste sentido, é necessário atentar-se à necessidade de uma fortificação da visibilidade e da atuação desses setores e núcleos, uma vez que praticamente metade dos entrevistados destacaram a não contribuição desses segmentos no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE.

Ainda na revisão de literatura, Vilaronga et al. (2021) trazem um importante fator estratégico que pode intensificar a atuação desses profissionais dentro da EPT que é a ampliação de profissionais que tenham formação específica para a garantia

da acessibilidade do aluno público-alvo da educação inclusiva. Isso gera uma atuação mais intensa por parte do Napne, do AEE e da equipe multiprofissional.

É importante destacar que a atuação desses profissionais é extremamente necessária para a permanência e êxito dos estudantes dentro da instituição. Sem a ajuda efetiva, os estudantes tendem a ficar desestimulados, com baixa autoestima, sem acolhimento e com grande possibilidade de evasão.

É inegável perceber que há deficiências na oferta desses serviços de inclusão dentro do IFSertãoPE, o que pode acontecer por vários fatores, um desses fatores recai naquilo que Haas e Moro (2020) trazem como vulnerabilidade. As autoras relatam que é comum a nomeação de servidores, que integram a equipe dos Napne's, sem que esses tenham alguma formação específica na área da educação inclusiva. Na mesma visão, Vilaronga *et al.* (2021) traz como problema essa falta de formação específica dos profissionais que compõem o núcleo. Portanto, é salutar que a gênese do Napne tenha como critérios profissionais preparados e com formação para atuar numa área tão específica, especialmente dentro do IFSertãoPE.

Um dos aspectos retratados com grande incidência na pesquisa foi em relação à falta de apoio psicológico dentro dos Campi. Em muitas das respostas, foi possível constatar que os estudantes não possuem esse suporte e declararam que necessitam muito do serviço. Em algumas das falas, foi possível detectar que uma ajuda psicológica, que pode ser chamada de paliativa, vem da coordenação do Napne e do profissional de AEE.

A urgência da ampliação do serviço de psicologia para estudantes com deficiência é bem destacada na opinião do aluno 1 e do aluno 14, respectivamente:

“Quem me ajuda muito lá é a coordenadora do Napne e a professora do AEE, psicopedagogo e psicólogo não tenho ajuda, eu preciso de muita ajuda desses profissionais dentro da instituição.” (Aluno 1)

“Nunca interagi com nenhum deles.”(Aluno 14)

Em contraponto, as unidades de contexto que formam a unidade de significação denominada de melhorias, encontradas na pesquisa, trazem a contribuição significativa do Napne, do AEE e da equipe multiprofissional. Esse é um fator de relevância, pois contribui para a permanência dos estudantes dentro do IFSertãoPE, uma vez que funciona como apoio e suporte em várias necessidades dos estudantes que possuem atipicidades.

Segundo Vilaronga *et al.* (2021), com a criação dos Napne's, as ações de

inclusão se intensificaram em todos os Campi, fortalecendo positivamente a inclusão do estudante com deficiência, trazendo impactos bastante positivos para a comunidade acadêmica.

Essa visão trazida por Vilaronga *et al.* (2021) é plenamente verificada através da pesquisa quando se observa a unidade de significação “melhorias” presente na categoria de contribuições do Napne, AEE e da equipe multiprofissional. Destaca-se que, na opinião de muitos dos entrevistados, há relatos de que esses setores trazem um protagonismo para os estudantes dentro da instituição ao longo da sua formação, promovem ações que fortalecem a inclusão no ambiente escolar e trazem conforto e segurança para esses estudantes. Tudo isso ajuda consideravelmente no processo de formação desse estudante, o que promove a permanência do aluno até o final do seu curso, impactando, conseqüentemente, no seu êxito.

Ainda refletindo sobre o papel dos Napne's, Sonza, Vilaronga e Mendes (2020) trouxeram que o núcleo tem feito um trabalho de grande representatividade dentro da EPT, mas que este trabalho não pode cair no equívoco de tentar invisibilizar os outros serviços como o AEE, o serviço de tradução e interpretação da Libras, apoio em *braille* e diversos outros recursos. São esses os fatores, trabalhando em conjunto, que garantem o sucesso do percurso formativo dos estudantes com deficiências, e não apenas a comissão que forma o Napne.

Outra categoria analisada na pesquisa com os estudantes foi a categoria denominada contribuições do corpo docente. Nesta categoria, verifica-se a visão dos estudantes com deficiências sobre a aplicação da prática pedagógica em sala de aula, suas metodologias e as possíveis adaptações de atividades para este público de alunos.

Nesta categoria percebe-se a presença de duas unidades de significação denominadas de adaptações e apontamentos. Na unidade de adaptações, foram agrupadas as unidades de contexto encontradas na pesquisa com os estudantes que afirmam haver um esforço docente para promover a inclusão dos estudantes atípicos nas suas aulas, quais sejam: adapta materiais, ajuda docente, com adaptação, confortável, flexibilidade, professores compreensíveis, não há relação com a metodologia.

Já na unidade de significação denominada de apontamentos, encontram-se as seguintes unidades de contexto que retratam a insatisfação dos alunos atípicos quanto à metodologia docente: não consegue entender, precisa melhorar, sem

adaptação, sem proatividade, igual para todos, professor indiferente, sem atenção diferenciada, dificuldade de aprender, há relação com a metodologia.

Através dessas unidades de contexto, que estão dentro da unidade de significação chamada de apontamentos, foi possível perceber uma dificuldade dos estudantes com deficiência, na sua grande maioria, aos processos pedagógicos adotados pelos professores em sala de aula. Constata-se que não há adaptações em relação à metodologia utilizada pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem de estudantes que possuem atipicidades.

Retrata-se isso através dos achados quando a maioria dos entrevistados revelam não haver adaptações de caráter pedagógico que venham contemplar as suas necessidades e quando revelam ter dificuldade de entender e aprender os conteúdos da forma como são apresentados.

Portanto, quando se fala em metodologia docente, é possível retomar ideias do referencial teórico que corroboram com os achados da pesquisa, uma vez que Boff, Rosa e Regiani (2022) constataram que os docentes usam processos metodológicos tradicionais, através de aula expositiva, com muitos textos escritos e uma abordagem auditiva, excluindo das aulas os estudantes que possuem atipicidades. Ressaltam ainda, estes autores, que a formação integral e a participação plena de todos os estudantes dentro da EPT são o atual desafio dessa modalidade de educação.

Neste sentido, é possível constatar uma falha dentro do processo pedagógico de inclusão no IFSertãoPE, considerando a opinião do público pesquisado. Esta falha acontece por inúmeros fatores, dentre eles é possível destacar a falta de preparação de muitos professores durante a graduação, uma vez que parte do corpo docente é constituída por profissionais formados em cursos de bacharelados e tecnólogos, cursos que não preparam para a docência e que não há, na grade curricular, componentes direcionados à prática da inclusão em sala de aula. Desse modo, há a tendência de se repetir práticas conteudistas e de aulas expositivas vivenciadas em sala de aula, o que prejudica demasiadamente não apenas os estudantes que possuem deficiências, mas todos os alunos em geral, que se encontram no ensino médio, uma fase ainda em maturação e sem autonomia para administrar sua vida acadêmica.

Na perspectiva de Chagas e Tavares (2022), na pesquisa que realizaram sobre formação de professores na EPT, eles relatam que grande parte dos docentes que entram nesta modalidade são bacharéis e que não possuem formação para a

docência. Este fator impacta muito no processo de ensino-aprendizagem, pois os saberes da docência aparecem como uma deficiência para esses professores, o que contribui para uma prática de trazer para a sala de aula um ensino bastante rudimentar.

Nas condições elencadas, retoma-se o que foi explicitado por Aranha, Nogueira e Santos (2022) quando revelam que há uma educação compartimentada dentro da EPT, que advém da formação inicial docente. Os autores acrescentam que esses profissionais, já como docentes, não são preparados de forma contínua dentro dos espaços da EPT, ou seja, há carência de formação continuada em serviço que direcione à prática de inclusão de estudantes que possuem deficiências, faltando-lhes ainda recursos, ferramentas e instrumentos pedagógicos que lhes permitam fazer adaptações no contexto da sala de aula.

Considerando os achados, é importante destacar que o sucesso do percurso formativo dos estudantes depende fundamentalmente de práticas exitosas e adaptadas vivenciadas em sala de aula. Este é um fator crucial para que esses estudantes, de fato, permaneçam e concluam com êxito a sua trajetória dentro do IFSertãoPE.

Observando a frequência das unidades de contexto dos estudantes quanto à metodologia docente adotada em sala de aula, é possível identificar alguns dados importantes, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2- Recorrência de aparição das unidades de contexto relacionados à metodologia docente

Unidades de significação	Unidades de contexto	Recorrência (Quantas vezes aparece)	Trechos relevantes
Adaptações	Adapta materiais	3	
Apontamentos	Não consegue entender	2	
Apontamentos	Precisa melhorar	1	
Apontamentos	Sem adaptação	11	<i>“Não, as atividades são as mesmas para todos os alunos.” (Aluno 5)</i>
Adaptações	Com adaptação	2	

Adaptações	Ajuda docente	1	
Adaptações	Confortável	1	
Adaptações	Flexibilidade	1	
Apontamentos	Sem proatividade	1	
Apontamentos	Igual para todos	1	
Apontamentos	Professor indiferente	1	
Adaptações	Não há relação com a metodologia	11	<i>“Não, eu consigo absorver tudo de boa, mas o meu problema mesmo é que eu não estudo antes da prova” (Aluno 3)</i>
Apontamentos	Há relação com a metodologia	6	<i>“Não. O método de ensino é bom e consigo aprender normalmente. Se caso tirar nota baixa em alguma disciplina, foi por causa do meu próprio rendimento naquele conteúdo, mas não desestimula a continuar no IFSertãoPE.”(Aluno 9)</i>
Apontamentos	Sem atenção diferenciada	1	
Apontamentos	Dificuldade de aprender	13	<i>“Sim, devido às dificuldades de compreensão dos assuntos ensinados em sala de aula.” (Aluno 4)</i>
Adaptações	Professores compreensíveis	1	

Fonte: Pesquisa direta

Pela frequência de aparição das unidades de contexto, de acordo com a análise

de conteúdo temática, é possível perceber o salto na quantidade de aparições das unidades denominadas de “sem adaptação” e “dificuldade de aprender”, que tiveram frequência de aparição, respectivamente, de 11 e 13 vezes. Neste sentido, tanto a dificuldade em aprender quanto a falta de adaptação foram aspectos que ficaram bastante evidenciados durante toda a pesquisa. É possível ainda destacar trechos que evidenciam esses achados:

“Minha deficiência não precisa, só o de educação física que nunca me ajudou a adaptar o vôlei, por exemplo. Só falava: dá um jeito e jogue.” (Aluno 18)

Diante, pois, desses achados, é visível que essa dificuldade encontrada na relação entre a atividade docente e os estudantes com deficiências é um fator preocupante e que impacta diretamente na permanência desse aluno dentro da instituição, ocasionando sequelas no seu percurso formativo. Neste sentido, é possível retomar as ideias de Freitas e Cavalcanti (2022) que trazem a importância das tecnologias assistivas como recursos para o trabalho em sala de aula da EPT. Recursos esses direcionados para os estudantes que possuem alguma atipicidade. Por outro lado, é preciso a preparação docente adequada para o trabalho com essas tecnologias em sala de aula. Não se pode cobrar adaptações dos professores se a instituição não fornecer a preparação e os recursos necessários para que os docentes possam contribuir com o percurso formativo desses estudantes.

Em contraponto, também foram constatadas na pesquisa muitas respostas positivas em relação ao modo como os professores estão lidando em sala de aula com os estudantes atípicos. Foi possível encontrar a frequência de 11 recorrências na unidade de contexto “não há relação com a metodologia” quando os alunos são indagados sobre o fato de obterem notas baixas ou se estão tendo dificuldades por conta da metodologia docente. Esse dado revela que grande parte dos estudantes não atribui as suas dificuldades ao fazer pedagógico. Neste sentido, é possível entender que, mesmo diante de todas as adversidades e dificuldades encontradas pelos docentes dentro da EPT, é possível vislumbrar, de certo modo, que há um esforço do corpo docente em tentar fazer as adaptações necessárias. Aqui, portanto, entra a figura do Napne como um reforçador docente e como um parceiro da atividade pedagógica, estimulando as práticas de inclusão em sala de aula, o que concorda com Haas e Moro (2020) ao destacarem que o Napne cumpre um papel essencial, pois busca uma interação com a comunidade acadêmica e, dentro dessa comunidade, está o professor.

Neste sentido, o fato de os professores executarem, dentro de suas limitações, algumas adaptações, reforçadas pelo Napne, favorece o percurso formativo dos estudantes com deficiências e demais atipicidades. Falta, portanto, maiores investimentos por parte da gestão para não apenas estimular essas práticas de inclusão dos docentes, mas, sobretudo, para fornecer recursos pedagógicos e formação adequada e contínua para esses profissionais, o que impactará no sucesso acadêmico dos estudantes público-alvo da educação inclusiva, objetivo maior do processo pedagógico.

5.2.2 Coordenação do Napne: uma visão apurada sobre o percurso formativo dos estudantes com deficiências

Outra parte importante desta pesquisa centra-se na análise da investigação realizada junto aos coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE.

Uma vez que o Napne é a raiz de todo o processo de inclusão que acontece dentro da instituição, é fundamental analisar as ações e políticas do núcleo, que estão diretamente ligadas ao percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências.

Neste sentido, a análise da pesquisa realizada com esses sujeitos acontece da mesma forma daquela realizada com os estudantes, através da análise de conteúdo. Portanto, foram encontradas, através dos achados, duas categorias, sendo a primeira denominada impactos da atuação do Napne e a segunda denominada de necessidades e problemas que impactam no percurso formativo.

Na primeira categoria, impactos da atuação do Napne, a análise se dá de modo a considerar as variáveis que advêm do trabalho desenvolvido pelo núcleo e que são fundamentais para a contribuição no percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências. Nesta categoria, observou-se apenas uma unidade de significação denominada de benefícios, esta apresenta as seguintes unidades de contexto obtidas através das respostas dos entrevistados: Napne ajuda na acessibilidade, ações de inclusão, articulação com setores, gerenciamento de relações, serviços burocráticos, acolhimento dos estudantes, acompanhamento de estudantes, reconhecimento do Napne, mudanças atitudinais a partir do Napne, parceria Napne e docentes, participação dos professores nos eventos de inclusão, instituição mais inclusiva, aumento de alunos do Napne, serviço de AEE, oficinas e cursos de Libras, projetos contra *bullying*, calendário inclusivo, roda de conversa, normatização do Napne, Napne contribuindo para permanência e êxito, equipe multiprofissional boa, coordenação

atuante e relação do Napne e setores.

Através dessa unidade de significação, destacam-se importantes contribuições do setor para o processo formativo dos estudantes público-alvo da educação inclusiva. Os entrevistados revelaram questões que parecem óbvias, a exemplo do fato do Napne promover ações inclusivas nos Campi e fazer as articulações com os setores, porém, foram reveladas questões que são cruciais, dentro da atuação do Napne, para garantir a permanência e êxito do estudante durante todo o seu percurso formativo dentro da instituição. Percebeu-se, através dessa categoria, que, a partir do Napne, o estudante recebe todo o acompanhamento e acolhimento dentro da instituição, desde a sua chegada até a sua saída. Os coordenadores dos Napne's, bem como os profissionais que fazem o núcleo, estão empenhados neste processo que é decisivo para a permanência dentro de qualquer estabelecimento de ensino.

A acolhida do estudante é algo que mostra a preocupação da escola com ele, o seu bem-estar e o seu conforto, além de transmitir uma imagem positiva para este aluno. Este processo é, sem dúvidas, um condicionante para que o educando se sinta motivado a continuar dentro do seu percurso formativo.

Sobre isso, Plácido e Jerônimo (2020) são incisivos ao afirmarem que o acolhimento é a primeira etapa dentro do processo formativo dos estudantes atípicos dentro da EPT. Por outro lado, os autores mostram que a maioria dos profissionais não têm preparação para receber esses alunos. Nestas circunstâncias, surge a importância dos Napne's executarem ações que proporcionem espaços de acolhimento antes e durante a passagem desses estudantes pela instituição.

Faz-se necessário refletir sobre a importância do acolhimento aos estudantes com deficiências no IFSertãoPE, pois, um atendimento humanizado, que respeite a atipicidade do estudante, fará uma grande diferença na permanência ou evasão deste no âmbito escolar.

Algumas unidades dos institutos federais já possuem um programa de acolhimento que capacita os profissionais para executarem atividades de acolhimento aos ingressos, o que é um importante avanço no processo da educação inclusiva, pois viabiliza espaços de sociabilidade e interação, assegurando a participação e a acomodação das pessoas com deficiências, promovendo laços de afetos dos estudantes com deficiências com os demais estudantes na instituição.

Para Souza e Oliveira (2021), o não acolhimento dos estudantes público-alvo da educação inclusiva provoca várias dificuldades no processo de inserção desses

sujeitos no ambiente escolar.

Mais que acolher, a pesquisa revela que o Napne faz um trabalho de conscientização docente, para que estes também realizem esse acolhimento junto aos estudantes que possuem atipicidades. Este fator é de extrema importância, pois sensibiliza aquele profissional que está cotidianamente com o aluno em sala de aula.

Para, além disso, o acompanhamento contínuo é algo que transmite segurança para o aluno e potencializa as chances do educando continuar seus estudos, pois ele sente que existem pessoas e profissionais preocupados com o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Porém, como contraponto, é importante trazer à transparência que questões relacionadas ao acolhimento e ao acompanhamento pouco foram levantadas durante as respostas dos entrevistados. A repetição dessas unidades de contexto é baixa considerando um fator tão importante dentro do processo formativo do estudante que possui deficiência. Por isso, faz-se importante observar o quadro abaixo que traz um resumo das respostas dos entrevistados.

Quadro 3- Frequência de unidades de contexto relacionadas ao acolhimento e ao acompanhamento de estudantes com atipicidades

Unidade de contexto	Frequência de repetição	Trechos relevantes
Acolhimento dos estudantes	3	<i>“Desenvolver um trabalho com os professores no sentido do acolhimento adequado para a manutenção da permanência dos mesmos[os alunos] até a conclusão de cursos” (Entrevistado A)</i>
Acompanhamento dos estudantes	2	<i>“Atividades operacionais, acompanhamento dos estudantes, fazer o levantamento de todos os estudantes, às vezes não consta o aluno com deficiência no Suap” (Entrevistado E)</i>

Fonte: Pesquisa direta

Pelo quadro, percebe-se que tanto o acolhimento quanto o acompanhamento são citados pelos entrevistados apenas 3 e 2 vezes, respectivamente. Isso não significa necessariamente que os coordenadores não fazem este trabalho, uma vez que seria impossível estar à frente de um núcleo tão necessário e importante e não executar esses serviços constantemente. Mas é claro perceber que o atendimento aos

estudantes pode estar sendo prejudicado por outras demandas de natureza administrativa, a exemplo do que foi citado por alguns entrevistados, em que é possível observar a unidade de contexto “demandas burocráticas”, que teve recorrência de 3 vezes, cada uma das vezes por entrevistados diferentes.

Demandas administrativas, como a fiscalização de contratos, faz com que a coordenação não tenha tempo o suficiente para promover projetos e ações que contribuam diretamente para o percurso formativo do estudante com deficiência.

“A coordenação do Napne acaba assumindo a fiscalização do contrato dessa empresa terceirizada.”(Entrevistado C.)

Dias e Silva (2020), através de um trabalho desenvolvido no Instituto Federal do Espírito Santo Campus Viana, dizem que os servidores técnicos administrativos e docentes já têm uma série de atribuições, muitas delas de caráter administrativo e, neste cenário, o Napne é colocado como uma atribuição adicional, o que deixa, muitas vezes, o servidor responsável com uma carga de serviços de natureza burocrática excessiva e sem espaço e tempo para desenvolver um trabalho efetivamente pedagógico dentro do Napne. Esta visão trazida pelos autores corrobora com o que foi exposto pelos coordenadores entrevistados.

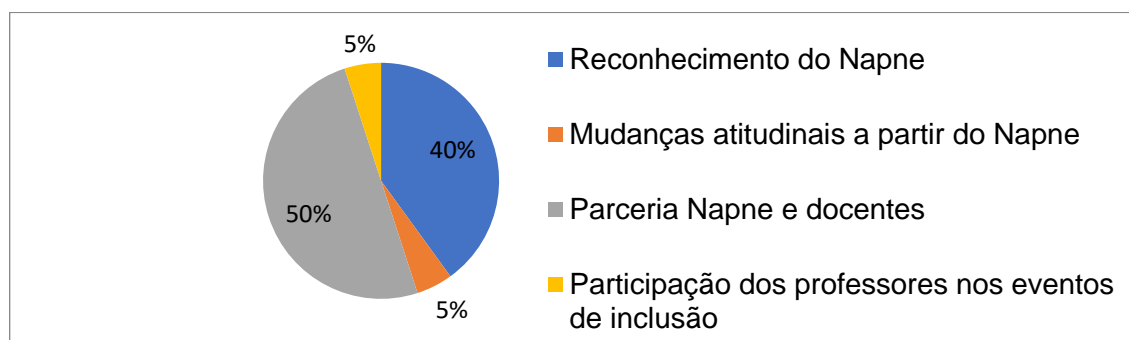
A categoria de impactos da atuação do Napne também trouxe dados importantes sobre a mudança de atuação docente frente à influência do Napne. Através dos achados, verifica-se que houve um expressivo reconhecimento do Napne dentro da comunidade acadêmica- alunos, pais, docentes e servidores em geral- mas a representatividade do Napne entre os professores foi destaque entre os entrevistados. Unidades de contexto como “reconhecimento do Napne”, “mudanças atitudinais a partir da atuação do Napne”, “parceria entre Napne e professores” e “participação dos professores em eventos de inclusão” deixam nítido que, atualmente, o núcleo tem grande influência e representatividade para a maior parte dos professores.

Contextualizando essa relação, Imbernón (2011) fala sobre o papel do assessor de formação, que deve atuar a partir das demandas dos docentes, auxiliando nos processos de resolução de problemas ou situações problemáticas. Por isso, essa relação parceira entre o Napne e os professores se aproxima desse aspecto enfatizado pelo autor, uma vez que a proximidade entre os profissionais gera uma assessoria atuante baseada nas dificuldades que os professores têm na atuação com estudantes com deficiências. Esse fator é o que gera a representatividade positiva do

Napne perante os professores dentro do IFSertãoPE.

Dentre as 58 unidades de contexto geradas a partir da unidade de significação denominada benefícios e da categoria de impactos da atuação do Napne, 20 dessas unidades de contexto se referem a citações dos entrevistados sobre o envolvimento positivo dos docentes com o núcleo. Com isso, observa-se a figura abaixo.

Figura 4- Porcentagem de cada unidade de contexto dentre as 20 unidades observadas



Fonte: Pesquisa direta

Essa confiança dos professores frente às ações desenvolvidas pelo Napne é um fator bastante positivo, pois fortifica a importância e representatividade do setor dentro da comunidade acadêmica, fazendo com que novos recursos sejam conquistados pelo núcleo. Além disso, e não menos importante, o trabalho do professor é mais bem assessorado e, conseqüentemente, gera resultados bastante positivos no percurso formativo do estudante que possui deficiência.

Em se tratando da relação entre os professores, na perspectiva da educação profissional inclusiva, e os integrantes do Napne, há que se destacar a permanente busca de uma relação próspera e íntima, no intuito de garantir a permanência e, conseqüentemente, o êxito do estudante com atipicidades em seu percurso formativo dentro IFSertãoPE.

Para Manica e Calimam (2015), a preparação para o mundo trabalho dos estudantes com atipicidades deve atuar num contexto de conhecimentos gerais, somente assim, pode-se entender uma relação salutar entre os professores e a equipe do Napne.

A questão de práticas pedagógicas, que possuam compatibilidade com as diversas atipicidades dos alunos, facilita, para estes, a compreensão dos conteúdos. Souza e Oliveira (2021) salientam que a EPT precisa ter o objetivo de executar uma transformação social, mas precisa, antes, mudar a sua estrutura, optando por um novo

parâmetro para formação. Os docentes, por sua vez, devem compreender esses novos paradigmas, que são baseados na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Caso os professores, dentro do IFSertãoPE, estejam atentos a esta questão, a capacidade docente de fornecer práticas pedagógicas adaptadas é potencializada através da relação desses profissionais e o Napne.

Porém, é importante destacar que, para que o Napne seja cada vez mais potencializado dentro do IFSertãoPE, é necessário conquistar a confiança e a parceria de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional do estudante com deficiência, desde os professores, passando pelas famílias, até chegar naqueles servidores que realizam atividades terceirizadas não ligadas diretamente ao Napne, a exemplo dos porteiros, copeiras e auxiliares de limpeza. Essa magnitude do Napne é possível através de uma gestão parceira, que coloque o Napne e suas funções como prioridades dentro da instituição. Uma evidência dessa necessidade de fortificação do Napne dentro de toda a comunidade acadêmica é o fato da unidade de contexto denominada de “relação do Napne e setores” ter recorrência de apenas uma vez, o que significa que, apesar do Napne já construir certa relação com os setores, essa mesma relação precisa ser intensificada. O núcleo não deve apenas construir relações mais fortes com os professores, mas é urgente criar vínculos mais próximos com demais setores que formam a instituição.

Essa relação de representatividade dentro da comunidade acadêmica é construída com o apoio fundamental da gestão de cada Campus, que deve, assim como todo o conjunto, estar implicada no percurso formativo do estudante que possui deficiência. Portanto, conforme Perinni (2017), os Napne's devem criar espaços, ambientes, ações e processos dentro das unidades que visem articular o apoio da gestão às suas ações. Dentro do IFSertãoPE, é possível criar essa parceria através de normativos internos, pois, assim, os coordenadores podem ter maior respaldo quanto às suas reivindicações, especialmente quando se fala de representatividade, recursos e orçamento.

Ainda falando do apoio da gestão, Fernandes (2009) retrata que uma das atribuições das gestões dos institutos federais é garantir a eficácia organizacional. Desse modo, passa por essa eficácia o apoio às atividades do Napne, setor decisivo para o processo de inclusão dentro da instituição. Por outro lado, sem o apoio efetivo da gestão, o Napne não pode realizar um trabalho que realmente tenha contribuição para o percurso formativo do estudante com deficiência.

Outro achado da pesquisa importante foi quanto ao atendimento educacional especializado, serviço ofertado pelo Napne. Através da pesquisa, constatou-se que a instituição trabalha o AEE através de um profissional com formação específica na área, por meio de uma empresa terceirizada.

Apesar de ser um serviço incipiente, como observado na pesquisa, o AEE, segundo os entrevistados, tem um impacto bastante positivo no percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências, pois acontece no contraturno, por meio de atividades e jogos de atenção, concentração, motricidade e demais habilidades, a depender da necessidade do estudante. Pela pesquisa, observou-se que os entrevistados trouxeram falas relacionadas ao AEE bastante positivas e que permitiram formular a unidade de contexto “serviço de AEE”.

De acordo com Araújo, Santos e Lacerda (2019), é um dever dos núcleos de acessibilidade das instituições garantir adaptações e flexibilizações pedagógicas para o desenvolvimento pessoal, social e profissional, considerando as necessidades educacionais específicas. Tudo isso, deve ser realizado através da institucionalização do AEE, que deve funcionar num espaço apropriado.

Batista e Freire (2015) trazem que é preciso garantir o acesso e a permanência dos estudantes nos cursos da EPT, garantir a qualidade de formação, a necessária certificação e a inserção dos técnicos e tecnólogos no mundo do trabalho, de modo a transformar os indicadores sociais e econômicos.

Quando se fala de estudantes com deficiências, as garantias trazidas pelos autores só conseguem se concretizar quando se tem, nas instituições de EPT, um serviço de AEE que seja eficiente e trabalhe de modo harmônico com os demais sujeitos que fazem parte do processo de ensino, pois, apesar dos autores trazerem uma visão generalista dos alunos da EPT, os estudantes com deficiências estão inclusos entre esses sujeitos que possuem essas garantias.

No caso da pesquisa em questão, no que se refere à participação efetiva dos profissionais de AEE dentro das escolas de EPT, pelas falas tanto dos estudantes com necessidades específicas quanto dos coordenadores dos Napne's do IFSertãoPE, o *déficit* desses profissionais é um grande problema na instituição.

A presença do professor de AEE nas escolas modelo EPT é de fundamental importância para que os estudantes com deficiências possam concluir com sucesso o seu percurso formativo, havendo ausência ou carência do profissional de AEE, os demais professores ficam sobrecarregados e o processo de ensino-aprendizagem,

obviamente, fica comprometido.

Com a ausência do AEE, os professores das salas de aula comuns se sentem desmotivados e sem o apoio necessário para fazer um trabalho diferenciado. Na ausência deste suporte, os docentes sentem que há pouco impacto das suas ações e não têm certeza se as adaptações que arriscam fazer surtem efeitos positivos, daí gera a negação do processo de inclusão, pois, segundo Imbernón (2011), os professores só conseguem mudar suas crenças e suas atitudes quando percebem que os novos métodos de ensino têm impacto positivo na aprendizagem dos estudantes. Desse modo, o AEE é um serviço que impulsiona estas novas formas de trabalho dos professores.

Analisando a recorrência da unidade de contexto intitulada de serviço de AEE, observa-se a frequência de 13 vezes entre o discurso dos entrevistados, isso significa que, na visão dos coordenadores, o AEE tem uma grande representatividade dentro da instituição, e, mais que isso, tem grande impacto para a aprendizagem do estudante, o que gera, conseqüentemente, a permanência e o êxito deste dentro da escola.

Os coordenadores trazem, nas suas falas, aspectos reforçadores da necessidade do AEE dentro do percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências, apesar de ser um serviço que é principiante no IFSertãoPE, percebe-se, através dos entrevistados, a grande representatividade que tem para a inclusão dentro da escola, gerando uma espécie de divulgação externa à instituição. Um exemplo disso são as falas dos entrevistados ao serem questionados sobre a essencialidade do AEE dentro do IFSertãoPE.

Com certeza, principalmente quando o profissional faz o trabalho que tem que ser feito. Entrar em contato com a família, estar junto do professor, isso tudo faz diferença. O AEE faz a ligação entre o aluno, que está na adolescência, fase mais difícil da vida do ser humano, com a sua família. (Entrevistado B)

“É notório que foi um avanço ter este tipo de serviço, não contribui só para o Campus, mas pra divulgação do Campus na cidade, para formação de professores. A gente ter um profissional especializado no Campus dá maior visibilidade, consegue tirar a inclusão do papel, fazer a teoria funcionar na prática. É um serviço certamente essencial, é preocupante não ter esse tipo de serviço numa instituição.” (Entrevistado C)

Pelos relatos acima, nota-se que o serviço virou uma prioridade, pois, uma vez

implantado, não é possível retroceder sem causar prejuízos ao Campus e à instituição. Isso foi observado nas respostas de alguns entrevistados que também trouxeram problemáticas relacionadas à rescisão do IFSertãoPE com as empresas terceirizadas que prestavam o serviço de AEE. Segundo os entrevistados, isso causa um prejuízo considerável aos estudantes que são atendidos pelo serviço.

Através dessa unidade de contexto, foi possível identificar que, mesmo a maioria dos entrevistados afirmando que possui o serviço de AEE no Campus no momento da realização das entrevistas, aqueles coordenadores que não mais possuem o serviço repetem insistentemente, durante toda a entrevista, sempre que cabível, a necessidade de se ter este recurso.

Diante, pois, desses resultados, é importante destacar que o AEE não é um serviço de natureza facultativa, mas um direito garantido pela LDB nº 9.394/1996. Portanto, pelos dados obtidos, é urgente e necessária a regularização desse serviço dentro da rede de educação profissional e tecnológica, seja por meio de terceirização, seja por meios próprios de contratação.

Um aspecto importante levantado por Zerbatto, Vilaronga e Santos (2021) é o fato de que, nos IF's, por predominar o ensino médio técnico, há a presença de muitos docentes bacharéis que não tiveram, na sua formação, aspectos pedagógicos direcionados à prática da educação inclusiva. Os autores relatam que esse é um elemento fortalecedor da necessidade da presença do profissional de AEE dentro dessas instituições.

Ainda, na categoria de impactos da atuação do Napne e da unidade de significação "benefícios", verifica-se a presença de unidades de contexto que dizem respeito à promoção de eventos e a formações desenvolvidas pelo Napne. Há uma predominância significativa no discurso dos entrevistados sobre a execução de eventos referentes à educação inclusiva, a exemplo da semana da pessoa com deficiência, e a cursos ou formações ofertadas pelos Napne's dentro dos Campi, predominando, significativamente, os cursos e formações em Libras.

É necessário, para fortalecer a atuação do Napne, criar uma política de formações do núcleo, a importância disso recai nos achados da pesquisa de Gama *et al.* (2021), quando os sujeitos docentes pesquisados relatam que não receberam nenhuma formação em Libras dentro da instituição que atuam antes de lecionarem para estudantes surdos.

Como citado anteriormente, dentre as unidades de contexto observadas que

dizem respeito a eventos e formações para inclusão (um total de 8), destas, 5 unidades fazem referência à Libras. Isso significa que há um empenho maior do Napne em multiplicar, dentro dos Campi, o conhecimento da Libras, até mesmo pela procura de docentes e técnicos administrativos por esses saberes. Isso é bem significativo para o percurso formativo da pessoa surda dentro do Campus, pois traz a sensação de estar, de fato, inclusa no ambiente, gerando um sentimento de pertencimento, uma vez que mais pessoas e profissionais conhecem, pelo menos, conceitos básicos de comunicação em Libras.

Segundo Michels (2006) há necessidade de modificação da escola, para que esta possa ser considerada inclusiva. Para ela, o novo modelo de escola requer uma verdadeira política de inclusão. Flexibilização curricular, utilização de técnicas e recursos apropriados, estratégias que recebam os estudantes com atipicidades, que os façam permanecer na escola e tenham êxito em seu percurso formativo. Nesta direção, fica evidenciada a necessidade de ações e atividades- em que os eventos tenham espaço para acontecer- de formação de profissionais especializados, para que se concretizem, efetivamente, os aspectos acima citados pela autora.

De acordo com Vilaronga *et al.* (2021) urge que haja uma preparação continuada para os professores que atuam em escola modelo EPT, em especial aqueles profissionais da educação inclusiva, já que, em sua maioria, esses profissionais não possuem nenhuma formação que seja ligada à inclusão de pessoas com deficiências dentro do espaço da escola.

Por fim, é possível citar unidades de contexto que apareceram de modo mais tímido na categoria de impactos da atuação do Napne, como: normatização do Napne, Napne contribui para permanência, equipe multiprofissional boa, coordenação atuante. Essas são características apresentadas pelos entrevistados como reforçadores da importância e contribuição que o Napne tem para a comunidade acadêmica e especialmente para o público que atende.

Portanto, entende-se que o Napne tem desempenhado um trabalho cirúrgico no que diz respeito à inclusão de pessoas atípicas dentro do IFSertãoPE e é nítido que as variáveis que favorecem a continuidade do percurso formativo desses estudantes estão necessariamente ligadas a esse núcleo.

Já na categoria de necessidades e problemas que impactam no percurso formativo, obteve-se uma série de achados que podem atrapalhar significativamente a permanência e êxito do estudante atípico dentro da instituição. Dentro desta

categoria, encontra-se apenas uma unidade de significação intitulada de impedimentos.

Observa-se, inicialmente, um ponto conflitante encontrado dentro dessa categoria com os dados extraídos na categoria de análise da estrutura física e arquitetônica da instituição, construída através das respostas dos estudantes.

Quando questionados sobre a infraestrutura física e arquitetônica da instituição, a maior quantidade de alunos entrevistados manifestou opinião de contentamento com a atual estrutura, afirmando que as condições e adaptações físicas estão adequadas e que não apresentam nenhuma dificuldade de locomoção, com exceção de unidades de contexto como “não adaptada”, “adaptada em partes” e “com obstáculos”, que apareceram de forma tímida, com poucas repetições. Já quando analisados os dados da categoria necessidades e problemas que impactam no percurso formativo, obtidos através da entrevista com os coordenadores, observou-se a predominância unânime, entre os entrevistados, de que precisa melhorar a infraestrutura. Através do quadro abaixo é possível perceber essa discrepância.

Quadro 4- Comparação entre respostas de estudantes e coordenadores

Quantidades de unidades de contexto positivas citadas pelos alunos sobre a infraestrutura	Quantidade de unidades de contexto citadas pelos coordenadores de que a infraestrutura precisa de melhorias
46 recorrências	16 recorrências
<i>“Sim. Todos são bem espaçosos e não possuem nenhum obstáculo com a cadeira de rodas” (Aluno 9)</i>	<i>“A primeira coisa é outro projeto estrutural. A planta baixa não contempla a acessibilidade. Precisa fazer uma nova infraestrutura predial. Para fazer isso tem que ter orçamento, tem que ter uma política própria para isso.”(Entrevistado C)</i>

Fonte: Pesquisa direta

Comparando-se o número de alunos entrevistados (19) com a quantidade de coordenadores entrevistados (5), é possível concluir que a frequência de repetição de ambas as unidades de contexto se assemelha. Neste sentido, entende-se, através dos dados, que a infraestrutura, na visão da maioria dos estudantes, está adequada, não necessitando de ajustes. Já para os coordenadores, a infraestrutura ainda deixa bastante a desejar quando se fala de acessibilidade.

Presume-se que, mesmo com os dados conflitantes, a estrutura da instituição apresenta, em alguns espaços e locais, adaptações que permitem a locomoção dos estudantes sem maiores dificuldades. Além de que, é preciso considerar aqueles estudantes que possuem deficiências que não são aparentes e que, na maioria das vezes, a estrutura arquitetônica, que não está adaptada, não atrapalha a sua permanência dentro da instituição. Porém, é importante considerar o que foi trazido pelos coordenadores, pois, mesmo validando a opinião positiva dos estudantes, a visão dos coordenadores é relevante, pois eles trazem algumas necessidades de adaptações na estrutura física e arquitetônica, por vezes, oculta à visão dos estudantes, a exemplo da citação sobre piso tátil, que não existe em alguns Campi ou, se existe, não contempla todos os espaços necessários. Ainda, questões estruturais como salas específicas para o AEE, pois não existe este espaço específico nos Campi do IFSertãoPE.

Outro ponto que pode ser destacado é que, durante toda a história da organização da sociedade civil, pouco foi ofertado às pessoas com deficiências, que tiveram que conviver com as “migalhas” distribuídas pelo ambiente social durante séculos de história. Pois bem, neste mesmo pensamento, é possível dizer que os sujeitos da pesquisa visualizam apenas aquilo que lhes é oferecido, como algo que já basta e que já é completo. Isso porque ainda não tiveram a oportunidade de experienciar aquilo que realmente têm direito. Por isso, acreditam que o pouco que a instituição oferece já é suficiente.

Ficou patente durante as entrevistas com os estudantes e com os coordenadores que a acessibilidade é fundamental para a inclusão de pessoas com deficiências. Considera-se acessibilidade física a ampliação de calçadas, a implantação de pisos táteis, a inserção estratégica de rampas, elevadores e escadas.

Com a implantação dos Napne's, observa-se, nas respostas dos estudantes e dos coordenadores, que houve avanços, mas ainda é necessária uma melhoria significativa na acessibilidade arquitetônica.

Rocha (2022) traz que a inclusão defende que a sociedade se adapte para incluir todos os indivíduos. Uma sociedade inclusiva é capaz de atender a seus membros através da quebra de barreiras, de modo que os atributos pessoais sejam recebidos como condições normais dos cidadãos. Isso corrobora com o que os coordenadores trouxeram nas suas respostas sobre a necessidade de melhorias na estrutura física e arquitetônica, uma vez que este é um fator crucial para o sucesso do

percurso formativo dos estudantes com deficiência que dependem desses aspectos para a continuidade dos seus estudos. A unidade de contexto denominada “falta piso tátil” teve uma frequência de 4 repetições, isso significa que, se a instituição receber um estudante com cegueira, provavelmente não estará preparada. Portanto, é necessário que essas barreiras físicas e arquitetônicas sejam quebradas de modo que o ambiente escolar se torne adaptável e não aconteça um processo reverso, em que o estudante precisa se adaptar às condições pré-existentes na escola.

Não é observada também, nos dados trazidos pelos coordenadores, a presença de sinalização em Libras nos espaços e setores da instituição, bem como a sinalização horizontal e vertical para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda, na unidade de significação “ impedimentos”, associada à categoria de necessidades e problemas que impactam no percurso formativo, é possível observar algumas unidades de contexto que estão em evidência e que merecem certo destaque.

Dentre as 85 unidades de contexto (com repetições) que compõem esta unidade de significação, observam-se as seguintes unidades de contexto que aparecem com maior frequência:

Quadro 5- Unidades de contexto que aparecem com frequência elevada na categoria de necessidades e problemas que impactam no percurso formativo

Unidades de contexto	Frequência (Quantidade de vezes que aparece)
Faltam recursos	10
Necessidade de formação	7
Faltam profissionais especializados	7
Falta orçamento	8
Profissionais sem preparação	5
Barreiras atitudinais	4

Fonte: pesquisa direta

Através da frequência dessas unidades de contexto apresentadas na categoria de necessidades e problemas que impactam no percurso formativo, infere-se que, mediante as respostas dos coordenadores, há aspectos que visivelmente atrapalham os estudantes que possuem atipicidades em todo o seu percurso formativo dentro do

IFSertãoPE, além disso, são fatores que provocam a evasão e o fracasso escolar desses alunos.

Os entrevistados demonstraram um grande descontentamento com a falta de recursos e de orçamento do Napne, o que dificulta a sua atuação e o impacto positivo do setor dentro dos Campi. O que foi apresentado é que não existem recursos de acessibilidade para desenvolver um trabalho de adaptação com os estudantes. Não há, nos Campi, materiais básicos para o profissional de AEE executar o seu trabalho e também não há recursos que possam ser fornecidos aos professores em eventuais necessidades. Também não há recursos no próprio Napne para fazer atendimento e acompanhamento dos estudantes, bem como, foi observado nas respostas, a falta, até mesmo, de mobiliário para o setor.

“Outro ponto é os materiais, tem hora que a gente precisa de alguns materiais que no Campus não tem. Por exemplo, teve alguns tipos de materiais que a professora de AEE teve que buscar em outras escolas para desenvolver com os nossos estudantes porque não tinha materiais, jogos educativos, para desenvolver as atividades. Materiais que a gente já tinha pedido também e nunca chegou ao Campus.” (Entrevistado E)

Ingir (2021) reflete sobre a necessidade da escola não apenas inserir o estudante com deficiência, mas é preciso fazer a inclusão, garantindo a permanência e o êxito deste aluno. Isso reflete o fato de que, para realmente incluir como bem sugere o autor, é preciso haver recursos materiais, tanto pedagógicos quanto de mobiliário e de acessibilidade para que esta inclusão possa acontecer efetivamente.

De modo expressivo, também foi observado nos dados da pesquisa uma carência de orçamento para o Napne. Segundo os entrevistados, o Napne não conta com uma fatia orçamentária específica e que seja dedicada exclusivamente para as atividades e ações do núcleo. É necessário depender do orçamento geral do *Campus* ou contar com o apoio de colegas servidores ou parcerias com outros órgãos e instituições.

“Não tem dinheiro, não tem uma verba específica.” (Entrevistado B)

“Fraqueza de orçamento, de pessoal, de infraestrutura, de vulnerabilidade de serviço, não consegue ter essa segurança jurídica de pessoal, fica à mercê da LOA (Lei Orçamentária anual). De material didático e de um espaço, de uma sala de recursos multifuncional.” (Entrevistado C)

Nota-se que não se faz inclusão sem o apoio de recursos, e esses recursos

demandam, conseqüentemente, disponibilidade orçamentária. São aspectos que estão intrinsecamente ligados. Portanto, a gestão, tanto a nível de *Campus* quanto a nível de reitoria, possui a obrigatoriedade de pensar estratégias e planos orçamentários que garantam fatias para o Napne. Isso deve ter uma garantia legal através da construção de normativos, sejam internos, sejam externos à instituição, desde que garantam legalmente este benefício.

De acordo com Pertili e Moro (2018), há necessidade de ingresso dos estudantes com deficiências dentro do mundo do trabalho e que essa responsabilidade recai, especialmente, sobre a EPT. Desse modo, para que haja essa preparação dos estudantes com deficiências para a sua atuação no mercado de trabalho, é fundamental ter uma formação sólida e isso só é possível através de recursos de acessibilidade e de tecnologias assistivas que dependem fundamentalmente de orçamento específico.

Nesta mesma unidade de significação, aparecem as unidades de contexto intituladas de “faltam profissionais especializados” e de “profissionais sem preparação”, que, de algum modo, estão interligadas. Segundo os entrevistados, faltam profissionais de apoio especializado como intérpretes de Libras- demanda superior à oferta- profissionais de AEE, *brailista*, profissionais de apoio e, principalmente, profissionais da psicologia e da psicopedagogia.

Existem intenções, mas poucas ações concretas quando se constata a falta de profissionais para atuar de forma efetiva com esse público, quando se verificam contratações pontuais de profissionais temporários e substitutos para esse serviço. Este tipo de contratação manifesta o tratamento da questão dado pela gestão como uma eventualidade, “trabalhando por demanda, ou seja, a partir da chegada de um estudante é que há a mobilização para abrir uma seleção, quase sempre de caráter provisório”. (Mendes, 2017, p. 105).

Do mesmo modo, observou-se que os entrevistados revelaram que os profissionais- professores, técnicos administrativos, servidores terceirizados e, até mesmo, aqueles da educação inclusiva, não têm preparação para lidar com os estudantes que possuem deficiências. Daí vem a importância e a necessidade de se ter formações continuadas em serviço, que também foi uma deficiência apresentada pelos coordenadores, de acordo com a frequência de 7 repetições para a unidade de contexto denominada de “necessidade de formação”, apresentada no quadro acima.

É uma demanda urgente e constante, uma vez que grande parte dos

profissionais que trabalham na instituição, especialmente os docentes, não teve, na sua formação inicial e durante a sua vida acadêmica, conhecimentos sobre educação inclusiva, algo já citado anteriormente. Isso é verificado quando, através das respostas dos entrevistados, obtém-se a unidade de contexto de “deficiência na formação docente”, esta que apresentou frequência 3 repetições.

Para Souza e Oliveira (2021), na educação profissional e tecnológica, encontram-se dificuldades bastante significativas dos professores no que se refere ao atendimento das pessoas com necessidades específicas, pois, como é uma modalidade que requer uma capacitação profissional, uma preparação para o mercado de trabalho, a docência exige muito mais dos professores do que a simples transmissão dos conteúdos. Dessa forma, a formação continuada em serviço se torna ainda mais necessária para o trabalho com os estudantes atípicos.

Há também um aspecto que foi citado pela maioria dos entrevistados, quando relatam que a maior das barreiras encontradas dentro da instituição é aquela de caráter atitudinal. Pelas observações feitas através das respostas obtidas, pôde-se observar que o trabalho do Napne está voltado também para criar, nos Campi, uma empatia dos profissionais e do restante dos alunos com os estudantes que possuem deficiência e com a causa da inclusão, uma vez que, quanto mais pessoas se interessarem pela causa, maiores serão os ganhos. Porém, este trabalho, apesar de já ter seus primeiros resultados, não tem sido fácil por conta da resistência encontrada dentro da comunidade acadêmica.

Neste sentido, Rodrigues e França (2020), ainda na revisão bibliográfica, trouxeram a importância do desenvolvimento de habilidades atitudinais nos profissionais que fazem a inclusão dentro das instituições de EPT, desenvolvendo vínculo com os estudantes atípicos, de forma a criar atitudes de empatia e afetividade.

É possível observar algumas falas dos entrevistados sobre a questão das barreiras atitudinais:

Quadro 6- Opinião dos entrevistados sobre as barreiras atitudinais

Entrevistados	Destaques
Entrevistado B	<i>“Ter uma boa relação com todo mundo não é utopia. A maior dificuldade é a atitude e os recursos”.</i>
Entrevistado C	<i>“A gente percebeu algumas quebras de barreiras, né. O nosso maior desafio são as barreiras atitudinais, mas a gente já</i>

	<i>conseguiu quebrar algumas barreiras em relação à inclusão.”</i>
Entrevistado E	<i>“Eu acredito que primeiramente, vou tentar aqui encontrar a palavra, é uma conscientização e sensibilização das pessoas, é aquele lado atitudinal, que é o lado da acessibilidade atitudinal, da inclusão.”</i>

Fonte: Pesquisa direta

A principal barreira atitudinal é aquela que resulta na exclusão das pessoas com deficiência dos diversos contextos sociais.

De acordo com Freire (1996), considera-se como barreira atitudinal a falta de pensar verdadeiro. O autor relaciona atitudes impedoras de acessibilidade atitudinal à falta de empatia, o que durante muito tempo e até nos dias atuais coloca a pessoa com deficiência à margem da sociedade.

As barreiras antagônicas (atitudinais), pelo visto na pesquisa, fere todo o processo de educação na perspectiva da inclusão, elas oferecem as maiores resistências para a consolidação do paradigma da inclusão. Conclui-se que o enfrentamento para a superação dos prejuízos gerados pela presença das barreiras atitudinais remete a uma discussão sobre a acessibilidade atitudinal.

Os entrevistados também trouxeram nessa categoria alguns problemas como a terceirização de profissionais como o intérprete de Libras e o profissional de AEE. Além de sobrecarregar a coordenação com demandas burocráticas que uma terceirização traz, ainda há o risco da contratação de profissionais que apresentam imperícia, ou seja, que não estão capacitados o suficiente para desempenhar tal atribuição com um público tão diverso que é o da EPT. Isso é comprovado nas respostas dos entrevistados ao abstrair as unidades de contexto intituladas de “terceirização de profissionais é um problema” e “AEE despreparado”, com frequência de repetição, respectivamente, 3 e 1.

Os problemas e necessidades apresentados nesta categoria causam não apenas implicações no trabalho desenvolvido pelo Napne, mas provoca o comprometimento significativo no percurso do estudante com deficiência dentro da EPT, pois acontece o chamado “efeito cascata”. O Napne estando impossibilitado de atuar de modo eficiente, o trabalho do professor fica comprometido, o AEE não funciona de modo adequado, as atividades planejadas do núcleo não são executadas e isso recai negativamente na permanência e êxito dos estudantes público-alvo da educação inclusiva dentro da instituição.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional elaborado em função da pesquisa intitulada “Percurso formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas” se materializou através de um guia de orientações para o núcleo de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

Nomeado de Guia de orientações para o Napne: práticas inclusivas dentro da educação profissional e tecnológica, o material tem o objetivo de auxiliar a coordenação do Napne, toda a comissão que compõe o núcleo e os profissionais especializados em educação inclusiva presentes na rede de educação profissional e tecnológica. O guia também é uma ferramenta que pode ser usada como mecanismo de orientação e suporte aos professores das salas de aula comuns, estes que estão em contato diário com os estudantes atípicos.

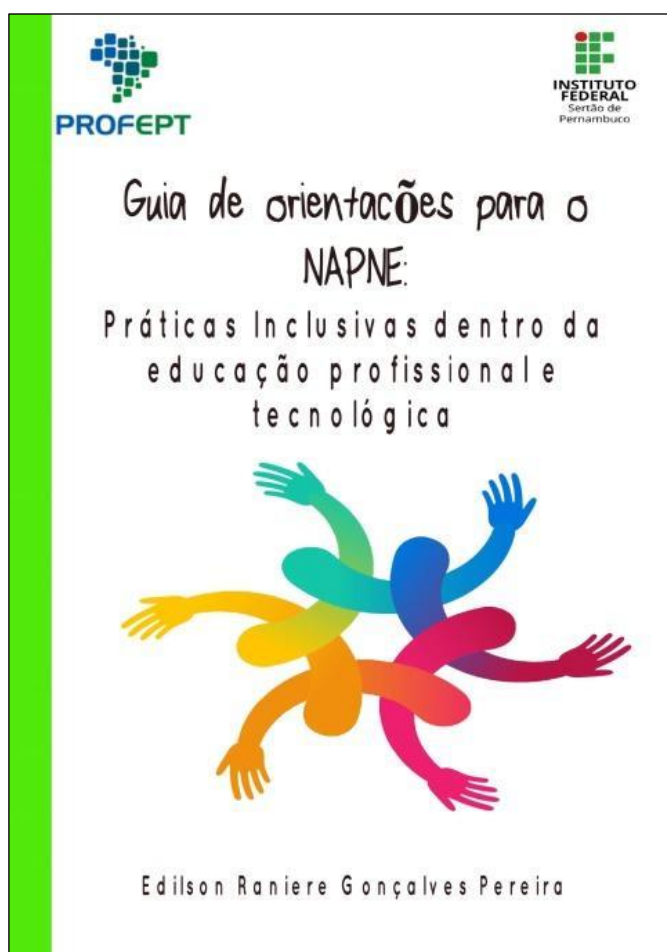
Como exposto no percurso metodológico, o despertar para a elaboração desse recurso foi pela motivação profissional do pesquisador e pela necessidade de recursos para o trabalho com alunos atípicos, identificada na pesquisa com as coordenações dos Napne’s do IFSertãoPE.

Pois bem, diante disso, é necessária a apresentação da materialização deste produto, que traz inúmeras sugestões bastante úteis não apenas para o Napne, mas para toda a comunidade acadêmica que compõe a educação profissional e tecnológica.

6.1 Detalhamento do produto educacional

Para melhor compreensão do guia de orientação, faz-se necessário explicitar de que forma está estruturado o material. Neste sentido, pensou-se numa apresentação gráfica do guia de modo que não tornasse a leitura enfadonha e cansativa, desse modo, utilizou-se os recursos gráficos como um reforçador das ideias presentes no texto.

Para apresentação inicial do produto, o guia traz uma capa com ilustrações bem sugestivas à temática abordada no material. Apresenta-se, a seguir, a capa produzida para o instrumento pedagógico.

Figura 5- Capa do Guia de orientações

Fonte: Pesquisa direta- produto educacional

A capa do guia foi pensada de modo a ser um elemento chamativo e intuitivo, de forma a despertar a curiosidade do público-alvo ao qual se destina. Por isso, foram usadas ilustrações coloridas que fazem alusão ao movimento de inclusão.

O guia de orientações possui uma organização por assuntos, ou seja, existem tópicos que descrevem determinados temas, quais sejam: ações iniciais do Napne; processo reverso; adaptações para estudantes com deficiência física; sala de aula; laboratórios, área externa, corredores, refeitório e auditório; banheiros; biblioteca; deficiência visual; deficiência auditiva; transtorno de aprendizagem intelectual ou deficiência intelectual; sudorose, transtorno do espectro autista; transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, altas habilidades e superdotação e realização de eventos.

Além desses elementos, encontram-se os elementos pré e pós-textuais, quais sejam: apresentação; considerações finais e referências.

Dentro de cada elemento textual, é possível encontrar os textos com diferentes sugestões tanto para organização do Napne quanto para o assessoramento aos professores e à gestão da escola. Nos temas dedicados à abordagem de cada deficiência há um texto inicial de apresentação da atipicidade seguido de dicas e sugestões de adaptações, além de uma figura que é reforçadora da ideia despendida no texto. Como exemplo, é possível observar a figura abaixo.

Figura 6- Disposição dos textos e imagens no guia de orientação



PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL
Sertão de Pernambuco

Segundo o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a deficiência auditiva corresponde à perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. Nestas condições, este tipo de atipicidade é dividido em surdez e deficiência auditiva.

A pessoa é surda quando há perda auditiva total, em que a principal forma de comunicação do indivíduo com o ambiente é através da linguagem visual-espacial, usando, especialmente, a língua brasileira de sinais para se comunicar. Já uma pessoa com deficiência auditiva apresenta resquícios de audição e que consegue, com ou sem ajuda que equipamentos de amplificação, fazer a comunicação por meio do som.

Seguem as adaptações necessárias para os deficientes auditivos dentro da educação profissional e tecnológica.

- ✓ Para o aluno com surdez, faz-se necessário ter placas de sinalização em libras na identificação dos espaços e ambientes que compõem a escola;
- ✓ Necessário ter o tradutor e intérprete de libras para a pessoa com surdez na sala de aula, nos eventos e em qualquer atividade que necessite da tradução ou interpretação da Libras;
- ✓ Se o estudante chegar à instituição sem o domínio da Libras, é necessário dialogar com a família sobre a necessidade. Neste caso, se for da vontade do estudante e da família, deverá ser montado um Plano educacional Individualizado com a coordenação de curso, o Napne, o Núcleo Pedagógico e o profissional de

14

Fonte: Pesquisa direta- produto educacional

Na seção de ações iniciais do Napne, encontram-se sugestões de atividades que devem ser desenvolvidas pelo núcleo quando há a presença de algum estudante com deficiência matriculado, especialmente se for um aluno ingresso. Essas ações visam estruturar o fluxograma de atividades que devem acontecer quando do diagnóstico de algum estudante atípico, independente da deficiência ou neuroatipicidade que possua. Neste tópico são abordadas as relações iniciais entre o Napne e a família do estudante e também a relação do Napne com a coordenação de

curso e com os professores.

Já nas seções seguintes, são abordadas as deficiências, uma a uma, explicando as suas principais características e as adaptações necessárias para o público de alunos. A sequência de apresentação foi pensada de modo simétrico, descrevendo, inicialmente, os quatro tipos de deficiências- deficiência física, visual, auditiva e intelectual. Logo após, foi apresentado o transtorno do espectro autista, o transtorno de atenção e hiperatividade e, por fim, as altas habilidades e superdotação. Seguindo a ordem apresentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Através deste guia, é possível um trabalho mais sistemático e organizado dos Napne's dentro da EPT, o que provoca impacto positivo direto no percurso formativo dos estudantes atípicos matriculados nessas instituições de ensino, uma vez que a atuação eficiente do Napne é um dos fatores que contribui decisivamente para a permanência e êxito dos estudantes público-alvo da educação inclusiva.

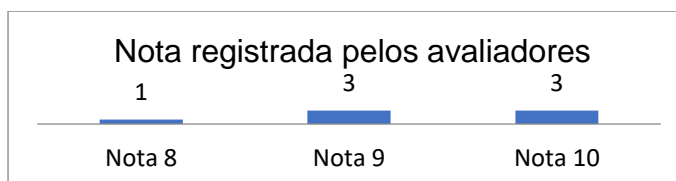
6.2 Avaliação do produto educacional

No intuito de fazer uma avaliação deste produto educacional, algo pertinente e necessário, uma vez que o material será usado por diferentes sujeitos que têm ou terão acesso ao Napne, foi realizada uma consulta às coordenações dos Napne's do IFSertãoPE no intuito de fazer uma avaliação do produto educacional.

Como descrito anteriormente, no percurso metodológico, a avaliação foi enviada aos sujeitos participantes através de e-mail, usando a aplicação *Google Forms* como mecanismo para inserção de perguntas e respostas da avaliação.

Utilizando, pois, a análise de conteúdo temática para a observação dos dados da pesquisa de avaliação, obteve-se um total de sete respostas de participantes, lotados em diferentes Campi do IFSertãoPE. Para apresentação dos dados dessa avaliação, a identidade dos participantes foi preservada, assim como aconteceu na pesquisa de campo com estudantes atípicos e coordenadores. Por isso, os sujeitos que avaliaram o produto educacional receberam o pseudônimo de Avaliador 1(A1), Avaliador 2 (A2), Avaliador 3 (A3), Avaliador 4 (A4), Avaliador 5 (A5), Avaliador 6 (A6) e Avaliador 7 (A7).

Inicialmente, perguntou-se aos entrevistados qual nota, em uma escala de 0 a 10, eles dariam ao material. As respostas estão demonstradas na figura abaixo.

Figura 7- Nota registrada pelos avaliadores

Fonte: Pesquisa direta

Pela análise da figura acima, constata-se que houve uma avaliação positiva de todos os avaliadores, uma vez que, obtiveram-se notas relativamente satisfatórias, considerando algumas observações realizadas pelos sujeitos.

Já nas questões abertas, para a análise dos resultados da pesquisa de avaliação, foram construídas duas categorias: a categoria de aprovação e a categoria de apontamentos. Na primeira categoria, surgem duas unidades de significação denominadas de características e de sentimento pessoal, onde foram agrupadas as unidades de contexto, geradas a partir das respostas dos pesquisados, que fazem referência aos aspectos positivos do guia de orientações, aquilo que os sujeitos da pesquisa consideraram positivo a respeito do material produzido.

Já na categoria de apontamentos, visualiza-se uma unidade de significação denominada de estética, em que as unidades de contextos estão agrupadas. As unidades de contextos geradas nesta categoria, com base nas respostas dos entrevistados, trazem contribuições para o aperfeiçoamento do guia.

Dessa forma, foi possível observar a seguinte frequência de unidades de contexto em cada uma das categorias:

Quadro 7- Quantidades de códigos e seus percentuais em cada categoria

Categoria	Unidade de significação	Quantidade de unidades de contexto (considerando a repetição)	Porcentagem
Aprovação	Características	22	58%
	Sentimento pessoal	3	8%
Apontamentos	Estética	13	34%

Fonte: Pesquisa direta

Pelo quadro apresentado, infere-se que a quantidade de unidades de contexto que traz aspectos positivos relacionados ao guia supera consideravelmente a

quantidade de unidades de contexto que consideraram necessário realizar alguns ajustes. Isso significa que o material teve grande aceitação entre os sujeitos da pesquisa, porém as sugestões de melhoramento não foram descartadas, mas aplicadas ao material, mesmo que tenham aparecido em menor quantidade.

Na unidade de significação intitulada de “características”, observaram-se as seguintes unidades de contexto e sua recorrência, respectivamente: fácil compreensão (4), ótimo *designer* gráfico (1), cria rota mental (1), detalhado (1), prático (2), formal (1), linguagem excelente (1), linguagem agradável (1), didático (1), clareza (2), ajudará ao Napne (4), auxiliará os docentes (2), benefício direto aos estudantes (1).

Do mesmo modo, na unidade de significação denominada sentimento pessoal é possível visualizar as seguintes unidades de contexto: gostou das imagens (1), material valioso (1), indiscutivelmente de grande importância (1).

A unidade de contexto denominada de “fácil compreensão” apareceu de modo considerável na categoria de aprovação. Isso significa que a linguagem do material e os termos usados estão acessíveis aos profissionais que farão uso. Considerando, pois, o objetivo do guia, percebe-se que o recurso é acessível não apenas para os coordenadores atuais, mas para qualquer profissional que assuma esta função. Além disso, pode ser algo expansivo a toda a rede de EPT.

“Simples e didático, facilitando a compreensão e mitigando dúvidas.”(A1)

“Excelente, de fácil compreensão”.(A6)

Outras unidades de contexto de destaque foram aquelas intituladas de “ajudará ao Napne” e “auxiliará aos docentes” que tiveram, respectivamente, um total de quatro e duas recorrências. Novamente, retomando-se o objetivo do guia, é possível inferir que o material obteve a aprovação dos autores principais, afirmando que ajudará efetivamente nas ações do Napne e dos docentes. Este reconhecimento dos pesquisados é fundamental para a eficiência do guia, pois é através do núcleo e da atuação docente que este recurso pedagógico pode se transformar numa ferramenta de inclusão dentro da rede federal. Sem essa aprovação e sem esse reconhecimento, não é possível, sequer, a inserção do guia dentro desses espaços.

“Este material é indiscutivelmente de grande importância para a instituição e terá um impacto positivo nas ações e na rotina dos profissionais envolvidos, tanto diretamente quanto indiretamente, com o tema. Os estudantes com atipicidades serão beneficiados diretamente com a publicação e divulgação do material.” (A7)

Ferreira (2011) enfatiza que pensar em elaborar livros didáticos se torna necessário, pois oferece apoio aos professores nas suas estratégias de ensino, considerando que os livros são instrumentos pedagógicos importantes tanto para professores quanto para alunos.

O guia apresentado não se caracteriza como um livro didático, mas fornece subsídio direto ao Napne para prestar assessoria aos docentes. Dessa forma, o material, mesmo não sendo um livro didático, é um apoio direto à prática docente como bem exposto pelo autor acima.

Por outro lado, uma vez aceito e utilizado, o recurso se transforma, diretamente, numa ferramenta de apoio ao percurso formativo do estudante com deficiência ou atipicidade, aspecto que é potencializado nas respostas dos entrevistados ao observar apontamentos que deram origem à unidade de contexto denominada de benefício direto aos estudantes.

Outras unidades de contexto apareceram de modo mais tímido, mas com a mesma significância e representatividade, a exemplo das unidades intituladas de detalhado, didático, clareza, prático, formal, linguagem agradável, ótimo *designer* gráfico e cria rota mental, que estão presentes na unidade de significação denominada de características, pertencente à categoria de aprovação. Essas são características do produto educacional identificadas nas respostas dos avaliadores que demonstram a aprovação quanto à estrutura geral do guia de orientações, considerando os aspectos textuais, de informações e de conteúdo. Isso mostra que houve uma aceitação considerável ao modo como o material se apresenta.

Também há a presença de unidades de contexto que expressam sentimentos pessoais em relação ao guia como, por exemplo, as unidades denominadas de “gostou das imagens”, “material valioso” e “indiscutivelmente de grande importância”. Através dessas unidades, percebem-se sentimentos pessoais em relação ao recurso pedagógico. Essa pessoalidade é importante para criar uma empatia entre o sujeito que usará o material e o próprio material. Essas impressões criam certa intimidade com a produção, o que é bastante positivo para o desenvolvimento do trabalho de quem, de fato, fará uso do guia de orientações.

O guia de orientações aqui apresentado não tem seu fim no Napne, mas visa melhorar diretamente o bem-estar dos estudantes atípicos, pois, segundo Santos e Belmino (2013), os recursos didático-pedagógicos são instrumentos do ambiente educacional que estimulam os alunos, enriquecendo o processo de ensino-

aprendizagem e seu percurso formativo. Tudo que está dentro do ambiente escolar pode ser usado em benefício desse percurso, desde que utilizado de maneira correta. É nesta perspectiva de contribuição direta, assemelhando-se a materiais didáticos, que o material produzido se apresenta.

Já na categoria de apontamentos, através da unidade de significação intitulada de estética, encontram-se as seguintes unidades de contexto: revisão gráfica (7), revisão ortográfica (3), realizar *check list* (1), fazer fluxograma dos membros (1), acrescentar eventos (1). Escolheu-se o nome da unidade de significação através das opiniões dos entrevistados, uma vez que a maioria destes sugeriu alterações de caráter estético.

Na unidade de contexto denominada revisão gráfica, os avaliadores demonstram a necessidade de melhoramento na estrutura gráfica do texto (troca de imagens, dimensões e proporcionalidade das imagens, alinhamento do texto e de parágrafos). Já no código de revisão ortográfica, os pesquisados relataram problemas ortográficos em algumas palavras do texto. Como é um material didático que será utilizado amplamente, o rigor gráfico e ortográfico deve ser uma premissa a ser seguida, deste modo, as considerações impressas pelos participantes foram consideradas na reformulação do guia de orientações. A revisão ortográfica foi realizada utilizando revisores de texto e a revisão gráfica foi feita com a substituição de imagens, configuração de parágrafos e alinhamento do texto.

“Eu acho que poderia ver as imagens em que ilustrará os textos relacionados a cada tipo de deficiência. Colocar imagens em que mostra o tipo de ação descrito no texto, e não apenas uma foto que remete ao tipo de deficiência.” (A3)

As unidades de contexto nomeadas de “realizar *check list*”, “fazer fluxograma de membros” e “acrescentar eventos” foram intencionalidades sugeridas pelos avaliadores, o que também foi seguido de modo fiel. Considerando as sugestões, em diferentes pontos, os textos foram apresentados em forma de listas para despertar maior atenção e curiosidade do leitor. Também foi inserido, logo no início, um fluxograma dos membros que devem compor o setor, de acordo com uma das respostas dos pesquisados. Por fim, foi acrescentado um tópico específico para orientações quanto à realização de eventos voltados à inclusão.

A avaliação do produto educacional pelos sujeitos que compõem o Napne foi essencial para o aprimoramento do material, pois não apenas mostrou a aprovação pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, mas permitiu inserir impressões de

melhoramento vindas dos profissionais que farão uso, de modo direto, do guia de orientações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando-se o título deste trabalho, o percurso formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas, percebe-se que a construção de todo o material aqui apresentado se deu através de contribuições do coletivo, uma vez que o pesquisador, além de idealizar, objetivar e traçar os métodos e recursos a serem utilizados, também buscou aporte na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo. Isso caracteriza, pois, a pesquisa como uma construção coletiva, porque, sem a impressão de autores bibliográficos e dos sujeitos da pesquisa, não era possível a concretização dos achados.

A revisão bibliográfica apresentada foi um instrumento que trouxe amparo à pesquisa, uma vez que dialogou sobre a educação profissional e tecnológica, ao mesmo tempo, trouxe aspectos intrínsecos a essa modalidade de educação que se relacionam à inclusão de pessoas com atipicidades dentro da EPT. Mais que isso, a revisão permitiu analisar pontos cruciais sobre o processo de inclusão desses alunos dentro das instituições que ofertam educação profissional e tecnológica, a exemplo da importância do profissional de AEE, algo bem recente dentro da rede se comparado às demais redes de ensino. Outros temas de caráter extremamente importante também foram analisados como a formação docente para o trabalho com alunos que possuem deficiências e a atuação do Napne dentro dessas instituições de educação profissional.

Um aspecto que sempre gera atenção é o que diz respeito às barreiras atitudinais, que, através da revisão bibliográfica, constatou-se que a presença dessas barreiras não é um problema de uma instituição, mas percorre todos os níveis e modalidade de educação.

Diante, pois, de inúmeras produções, pode-se entender o funcionamento das escolas que ofertam a EPT, as suas dificuldades, potencialidades e, especialmente, como se dá o processo de inclusão de alunos com deficiências, algo que ainda requer muito investimento e sensibilização não apenas na rede de educação profissional e tecnológica, mas de toda a educação nacional.

Foi possível, ainda, realizar um levantamento de normativos internos e externos ao IFSertãoPE que garantem a educação inclusiva dentro da instituição. Neste sentido, ainda na introdução, constataram-se esses normativos externos

materializados através da garantia de direitos trazidos pela Constituição Federal, pela Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei Brasileira de Inclusão.

Por outro lado, nos resultados e discussões, apresentam-se alguns normativos internos do IFSertãoPE, que trazem a obrigação para a instituição de constituir um núcleo de acessibilidade, além de fornecer diversos serviços que garantam a inclusão do estudante com deficiência dentro do espaço escolar.

Através deste levantamento de legislações e normativos, expõe-se os aspectos legais, neste trabalho, daquilo que se propõe a pesquisar. Os normativos internos e externos expostos nesta pesquisa demonstram que, ao se falar de inclusão de alunos com deficiências dentro da EPT, não se produzem discursos baseados apenas na empatia, na cordialidade ou na compaixão para com essas pessoas, mas se produzem a partir de bases legais sólidas que garantem não apenas a oportunidade desses estudantes desfrutarem do espaço da escola, mas que sejam efetivamente incluídos, seja através de adaptações e dos relacionamentos, seja através dos sentimentos listados acima, de um modo ou de outro, é necessário seguir essa base jurídica que, mesmo tentando, ainda não consegue reparar os prejuízos causados, ao longo dos séculos de sociedade civil, às pessoas que possuem deficiências e outras atipicidades.

Essa garantia legal, que também embasa a pesquisa, é um dos fundamentos que justifica a preocupação que as instituições que ofertam EPT devem ter com o percurso formativo dos estudantes que possuem deficiências, garantido, para esses alunos, as adaptações, recursos e estratégias pedagógicas necessárias à sua permanência e ao seu êxito dentro dessas instituições de ensino.

No mesmo sentido de obter dados e informações que contemplassem o objeto de pesquisa, a realização da pesquisa de campo foi fundamental para o que se propunha investigar, uma vez que, foi através dessa pesquisa de campo, que se obteve, com precisão, as informações de como ocorre o processo de inclusão dentro do IFSertãoPE e quais os fatores que potencializam o sucesso do estudante dentro do seu percurso formativo e quais são as variáveis que atrapalham esse percurso. Retoma-se, como achados importantes na entrevista com estudantes, a necessidade de AEE, a estrutura física considerável às necessidades dos estudantes e a ampliação dos recursos para o trabalho docente.

Quanto à entrevista com os coordenadores dos Napne's, retoma-se a necessidade de recursos para promoção da acessibilidade, nos mais diferentes

aspectos, dentro dos Campi, a necessidade de orçamento próprio para esses núcleos, a quebra de barreiras atitudinais, o bom relacionamento entre docentes e o núcleo e o trabalho de acolhimento com estudantes atípicos. Todos esses pontos elencados e outros não retomados mostram as ações positivas que a instituição possui e as suas vulnerabilidades quando se fala de inclusão. A identificação desses fatores é importante para criar ações que possam potencializar essas ações positivas e mitigar ou eliminar aquelas que se caracterizam como impeditivas ao sucesso do percurso formativo dos estudantes com deficiências.

Importante destacar que, com a conclusão da pesquisa de campo, constatou-se que foi essencial a realização da pesquisa com os dois grupos de sujeitos- alunos com deficiências e coordenadores dos Napne's- pois os dados que, por um motivo ou outro, não foram identificados através de um grupo de sujeitos, foram, imediatamente, identificados por meio da pesquisa com o outro grupo. Desta forma, o questionário e a entrevista foram complementares.

A produção do produto educacional também foi um fator que trouxe maior importância ao estudo, uma vez que a construção de um guia de orientações direcionado ao Napne, setor que impulsiona os processos de inclusão dentro das instituições de EPT, contribui para o aprimoramento do trabalho do núcleo, dos profissionais especializados que estão ligados a este núcleo, dos professores e dos demais profissionais que compõem a escola. Contribuindo de modo positivo com o percurso formativo de estudantes que possuem deficiências.

A elaboração desse material representa uma necessidade de recursos que o Napne tem enquanto núcleo de inclusão, uma vez que carece muito de materiais que auxiliem neste trabalho dentro das escolas de EPT. Tanto a pesquisa quanto o produto educacional foram produzidos na tentativa de diminuir este vazio de conteúdos, de materiais e de recursos direcionados à inclusão dentro dessa modalidade de educação.

Ressalta-se que toda a pesquisa visa fornecer subsídios para a educação profissional e tecnológica quanto à inclusão, colocando o percurso formativo do estudante como prioridade. Entende-se ser de essencial importância que mais pesquisas possam ser produzidas neste campo, não apenas no intuito de diminuir a escassez de trabalhos nesta área, mas, além disso, fornecer estratégias inovadoras para o trabalho com estudantes atípicos dentro da educação profissional e tecnológica, especialmente no que se refere à rede federal.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Cláudio Fernando; TEIXEIRA, Maria Cristina. A educação da pessoa com deficiência no Brasil. **Educação e Linguagem**. v 21, n 2, 101-118, jul-dez. 2018. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/329380628_A_educacao_da_pessoa_com_deficiencia_auditiva_no_Brasil> Acesso em: 10 de fev. 2023.
- ARANHA, Z. L. T. NOGUEIRA, S.S.SANTOS, L. B.; A Formação docente para a educação profissional técnica e tecnológica: problema, solução ou desafio? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 22, n.2, p.1-18, e 13374,out. 2022. ISSN 2447-1801. Disponível em <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13374/3393>> Acesso em: 03 de mar. 2023.
- ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; SANTOS, Dayanna Pereira dos; LACERDA, Simeia Silva Pereira de (org). **Educação profissional e tecnológica: ensino e inclusão**. 1 ed. Jundiaí, Paco Editorial: 2019. 236 p.
- BÁFICA, Ana Paula Souza. Educação inclusiva: uma análise sobre inclusão escolar. **Revista espaço acadêmico**, n. 128, janeiro- 2012. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14518/8515>> Acesso em: 03 de fev. 2023.
- BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Revista indizadaen REDALYC**, SCIELO, vol. 18, n. 2 ,maio-Agosto. 2018.pp. 1-20. Disponível em <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/view/33213>> Acesso em: 01 de fev. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BATISTA, Sueli Soares dos Santos; FREIRE, Emerson (org). **Educação profissional e tecnológica: perspectivas experiências**. Jundiaí, Paco editorial: 2015. 252 p.
- BEZERRA, Marli de Figueiredo; PANTONI, Rodrigo Palucci. Formação docente para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio Integrado Edeutec-**Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus (AM), v. 8,e182622, 2022.ISSN: 2446-774X. Disponível em <<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1826/816>> Acesso em: 1º de mar. 2023.
- BOFF, Ana Paula; ROSA, Patricia; REGIANI, Anelise Maria. Estudos da deficiência na educação profissional e tecnológica. **Revista Teias**, v. 23, n. 68, jan./mar. 2022. Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57797/41476>> acesso em: 05 de mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 07 de fev. 2023.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, jul - dez, 2013,179-191. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>> Acesso em: 02 de jun. 2023.

CHAGAS, Eduardo Francisco Souza das; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): vivências de um coordenador de cursos. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7149/6725> Acesso em: 7 de ago. 2024.

CAPELETTI, Albina, CARVALHO, Roberta Cajaseiras de. Formação docente para lecionar aos alunos público-alvo da educação especial. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 9, n. 1, p. 55-70, Jan.-Jun., 2022. Disponível em <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/12911>> Acesso em: 03 de abr. 2023.

CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**. 2015. Disponível em <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf> Acesso em: 04 de mar. 2023.

DALL'ALBA, Jacira Dall'Alba; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Inclusão no contexto dos institutos federais de educação: contribuições do Napne do IFAM- CMZL**. 2019. Disponível em <<https://proceedings.science/cbee/cbee7/autores/jacira-dall-alba?lang=pt-br>> Acesso em: 10 de ago. 2023.

DIAS, Natalia Caroliny da Silva; SILVA, Rosilene Lima da. Educação profissional inclusiva: panoramas e desafios de um Campus avançado no Instituto Federal do Espírito Santo. **Revista Iniciação & Formação Docente**, v. 7, n. 3-2020, 2020. Disponível em < <https://scholar.archive.org/work/ohsm26czanddbmzj7ovaq7sej4/access/wayback/http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/download/4982/pdf>> Acesso em: 20 de jul. 2024.

FERNANDES, Francisco das Chagas De Mariz. Gestão dos Institutos Federais: o

desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Holos**, v. 2, p. 3-9, 2009. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549226002.pdf>> Acesso em: 30 de jul. 2024.

FERREIRA, Aline Fernanda. Pluralidade cultural e educação física: elaboração de material didático. 2011. **Universidade Estadual Paulista**, Instituto de Biociências - Rio Claro, 2011. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/244d2f11-6ea1-4862-a11a-264ed1136c70/content>> Acesso em: 13 de ago. 2024.

FERREIRA, Rejane Gomes. Educação inclusiva na educação profissional e tecnológica: vislumbrando desafios possíveis. **III CINTED**, 2018. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA9_ID878_12082018120329.pdf> Acesso em: 20 de mar. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. Z. S.; CAVALCANTE, I.F. O estado do conhecimento sobre inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v.1, n.22, p.1–16, e 12865, Maio.2022. ISSN 2447-1801. Disponível em <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12865/3286>> Acesso em: 30 de mar. 2023.

FREITAS, Henrique; JANISSEK, Raquel. **Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos**. Porto Alegre: Sphinx: Editora Sagra Luzzatto, 2000. 176 p.

GAMA, Aline Costalonga et al. Formação docente e inclusão: o aluno surdo e as aulas de Física. **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC ENPEC EM REDES – 27 de setembro a 01 de outubro 2021**. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA102_ID57_25062021132430.pdf> Acesso em: 03 de ago. de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Denise Aparecida Vechani; SILVA, Ana Paula; ALLAIN, Olivier. A inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Profissional. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 64, e286413, 2022. Disponível em <<https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/879>> Acesso em: 03 de abr. 2023.

GUINART, Luiza Ceni. **Alterações nos mecanismos de amparo à pessoa com deficiência e no instituto da capacidade civil a partir do estatuto da pessoa com deficiência**. Curitiba, 2017. 59 p. Monografia (graduação em direito)- Universidade Federal do Paraná. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/57115>> Acesso em: 04 de mar. 2023.

HAAS, Clarissa; MORO, TatieleBolson. O núcleo de acessibilidade como mediador da educação inclusiva em uma instituição pública de educação profissional e tecnológica. **R. Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012908, p. 1-19, 2020. Disponível em <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12908>> Acesso em: 1º de ago. 2023.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INGE, R. F. S.; **Inclusão de estudantes cegos na Pós- Graduação**: relato da experiência vivenciada no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v.2, n.21, p. e 11923, dez. 2021. ISSN 2447-1801. Disponível em <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11923/pdf>> Acesso em: 28 de fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Resolução nº 10 do Conselho Superior, de 04 de março de 2022** . Aprova o Regulamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Petrolina, 2022. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/wpcontent/uploads/2024/01/resolucao_10_2022.pdf > Acesso em: 05 de ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Resolução nº 033 do Conselho Superior, de 03 de novembro de 2016** . Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE. Petrolina, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Conselho-Superior/Resolucoes/2016/Resoluo-n--33.-Aprova-Regimento-NAPNE.pdf> Acesso em: 05 de ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Resolução nº 045 do Conselho Superior, de 11 de outubro de 2022** . Aprova o Regulamento dos Intérpretes de Libras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE. Petrolina, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/images/Consum/2022/Outubro/Resoluo_n_452022-71ae4d22bca948de803232bdb3d47518.pdf> Acesso em: 05 de ago. 2024.

LOPES, Soraya Tatyara Costa et al. **Educação profissional e tecnológica**: a acessibilidade como garantia de inclusão a alunos com deficiência. Revista EIXO, Brasília – DF, v. 5, n. 2, julho-dezembro de 2016. Disponível em <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/323>> Acesso em: 1º de ago. de 2023.

LISBOA, Roselia Rodrigues dos Santos; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; LIMA, Wandillson Alisson Silva. Implementação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas nos institutos federais brasileiros. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, núm. 2, 2019, Julho-, pp. 566-585, Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Disponível em

<<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13074>>

Acesso em: 05 de ago. 2023.

MANICA, Loni Elisete; CALIMAN, Geraldo. A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente. Brasília: Liber Livro, 2015. 280p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed.- São Paulo: Atlas, 2017.

MARIUSSI, Madalene Isabel; GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria. A escola como espaço para a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 443-454, Jul.-Set., 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFXWwtHPshmPwhDbg4bZxtj/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 20 de fev. 2023.

MATTJE, Emerson Tyrone; SANTOS, Everton Rodrigo. A pessoa com deficiência na política pública do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (pronatec/ viver sem limite). **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, a. 15, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1565/2218>> Acesso em: 03 de mar. 2023.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2017. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139>> Acesso em: 09 de ago. 2023.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia-PPgEI/UFRN**, nº 5, jan-jun 2010. ISSN 1983-2435. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2029>> Acesso em: 13 de abr. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MICHELS, Maria Helena. Gestão formação docente e a inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9DKY9WgbVLqNqvyLkpVDZNS/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 31 de jul. 2024.

NERES, Celi Corrêa; CORRÊA, Nesdaete Mesquita. **O trabalho como categoria de análise na educação do deficiente visual**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 149-170, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 04 de mar. 2023.

OLIVEIRA, Sarah Cruz de Souza; FERRÃO, Tassiane dos Santos. Os caminhos da

inclusão das pessoas com deficiência: a evolução até a educação profissional e tecnológica da Rede Federal. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, e504101220702, 2021. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20702>> Acesso em: 05 de mar. de 2023.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v.47 n.165 p.964-981 jul./set. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/VNYB7zVGB4YM33xLLmyG4tv/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 1º de ago. 2023.

PERINI, Sanandrea Terezani. **Do direito à educação**. O núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar nos Ifs. 2017. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas?Page=2>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PERTILE, Eliane Brunetto; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Institutos federais de educação: as discussões sobre a terminalidade específica e a necessidade do atendimento educacional especializado. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n.1, p. 83-95, Janeiro/Abril 2018 – e-ISSN: 2237-8707. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45228>> Acesso em: 10 de ago. 2023.

PLÁCIDO, Reginaldo; JERONYMO, Catia Moreira. O acolhimento nas práticas educacionais inclusivas da EPT. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 81-106, set. / dez 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32903/22075>> Acesso em: 25 de fev. 2023.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 87-106, dez. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/er/a/HXgzbFY4WGCBsKPBrJgww3R/?lang=pt&format=pdf>> . Acesso em: 1º de abr. 2023.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; GOMES, Alfredo Macedo. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 13-31, jan. /abr.2017. Disponível em:< <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/927/790> > Acesso em: 8 de ago. 2024.

ROCHA, Paulo César da Silva (org.). **Educação e profissionalização: leituras e releituras**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2022.

RODRIGUES, Jairo Mazoni. **Formação de professores da educação profissional e tecnológica: a inclusão de pessoas com deficiência**. Dissertação (mestrado em educação profissional e tecnológica)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26851/DIS_PPGEPT_2022_RODRIG

UES_JAIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30 de mar. 2023.

RODRIGUES, Marlene; BERNARDINO, José Lourione Freitas; MOREIRA, Melissa Velanga. Barreiras atitudinais: a exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311-1326, abr./jun. 2022. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15058/13375>>. Acesso em: 8 de ago. 2024.

RODRIGUES, Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7 n. 4, p: 43-57, Dezembro 2020. Disponível em <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/3814/2848>> Acesso em: 8 de ago. 2024.

SANTOS, Jorge Henrique Vieira Santos. **A polidez do discurso da pessoa com deficiência na escola**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Ovídia Kaliandra Costa; BELMINO, José Franscidavid Barbosa. Recursos didáticos: uma melhoria na qualidade da aprendizagem. **Fórum internacional de pedagogia**, v. 5, p. 1-12, 2013. Disponível em <https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/773816/mod_folder/content/0/Artigo%20-%20recursos%20did%C3%A1ticos.pdf> Acesso em: 13 de ago. 2024.

SANTOS, Tatiana dos; BARBOSA, Regiane da Silva. **Educação inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 236p.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. 155 p.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial** | v. 29 | n. 54 | p. 203-214 | jan./abr. 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19152>> Acesso em: 05 de fev. 2023.

SILVA NETO, Adriano Ferreira da. **A formação continuada de professores da educação profissional e tecnológica (ept) brasileira**. Dissertação (mestrado em educação nas ciências)- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2020. Disponível em <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/7144/Adriano%20Ferreira%20da%20Silva%20Neto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02 de abr. 2023.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial** | v. 33 | 2020 –Santa Maria Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/52842>> Acesso em: 08 de ago. 2023.

SOUZA, Sandra Freitas de; OLIVEIRA, Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional inclusiva: uma oportunidade para pessoas com deficiências**. 1. Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

TILLMANN, Luana; ALMEIDA, Judith Mara de Souza. A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. **Metodologias e aprendizados**, v.1, 2020. Disponível em <<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1123/949>> Acesso em: 25 de fev. 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios et al. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 283-307, jan./abr. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/CZy8XDFbQqzrYRjmqsgY8bJ/>> Acesso em: 03 de ago. 2023.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0196, 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/>> Acesso em: 03 de ago. 2024.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS ESTUDANTES

Que tipo de deficiência você possui?

Qual Campus do IFSertãoPE você estuda?

Qual o ano em que você ingressou no IFSertãoPE?

Qual curso você está cursando no IFSertãoPE?

Qual a sua idade?

Qual o tipo de escola você cursou o ensino fundamental?

Questão 01: Você acha que os espaços como laboratórios, sala de aula, biblioteca, refeitório, quadra, banheiros e etc são acessíveis para a deficiência que você tem?

Por quê?

Questão 02: O que você acha que precisa ser melhorado na estrutura física no IFSertãoPE para estudantes do deficiências?

Questão 03- A estrutura física do IFSertãoPE é um fator que atrapalha na sua permanência dentro da instituição? Por quê?

Questão 04- Você acha que o Napne ajuda no seu processo formativo dentro do IFSertãoPE? Por quê?

Questão 05- O Napne já proporcionou eventos de apoio à inclusão do estudante com deficiência dentro do IFSertãoPE? Se sim, explique como se sentiu ao participar desse evento.

Questão 06- O AEE está te ajudado no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE? Por quê?

Questão 07: Você acha que os profissionais que atuam no Napne (coordenador, intérprete de Libras, profissional de AEE, pedagogo, assistente social, psicólogo e etc) tem te ajudado no seu desenvolvimento dentro do IFSertãoPE? Por quê?

Questão 08: Você acha que os professores adaptam atividades, slides, avaliações para o tipo de deficiência que você tem? Por quê?

Questão 09: Você sente muita dificuldade para se adaptar à forma como os professores ensinam? por quê?

Questão 10- Você acha que os professores, nas suas estratégias de ensino, sabem lidar com o tipo de deficiência que você possui? Por quê?

Questão 11- Você acha que o modo de ensinar dos professores faz com que você tenha muitas notas baixas e isso desestimula você a continuar estudando no

IFSertãoPE? Explique.

Questão 12: Você acha que o IFSertãoPE possui muitos recursos de acessibilidade (cadeiras de rodas, softwares leitor de telas, bengalas, computador acessível, teclado colmeia etc) que permitem a continuidade a sua permanência na instituição? Por quê?

Questão 13- Você acha que foi bem acolhido quando chegou no IFSertãoPE para estudar? Por quê?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS COORDENADORES

Nome;

Qual sua unidade de lotação?

Há quanto tempo você é coordenador do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas- Napne?

1- Descreva as atividades que são desenvolvidas por você frente ao Napne.

2- Quais os maiores desafios enfrentados por você frente a coordenação?

3- O que você acha que precisa mudar na instituição para que se torne verdadeiramente inclusiva?

4- Quais os avanços percebidos dentro da instituição com a atuação do Napne?

5- Você acha que a instituição tem recursos e estrutura física necessários para inclusão?

6- Você, enquanto coordenação do Napne, acha que os profissionais estão preparados para lidar com estudantes com deficiências? Justifique.

7- Você acha que o serviço de Atendimento Educacional Especializado tem contribuído para a promoção da inclusão dentro do seu Campus? Justifique.

8- Quais os projetos de inclusão que o Napne tem desenvolvido atualmente?

9- Há uma proximidade entre o Napne e os professores que ministram aulas para os estudantes com deficiências? Justifique.

10- Relate alguns resultados positivos e negativos que advêm da atuação no Napne.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES COMPLETAS DA PESQUISA DE CAMPO

Transcrição do questionário com os estudantes

<https://drive.google.com/file/d/18brdlfAntXErTx1PZMp9kNUO4QEBRIW5/view?usp=sharing>

Transcrição das entrevistas com os coordenadores

<https://drive.google.com/file/d/1KmK2R53qM7JVvggXyv-Uz0yM3Uytu7-H/view?usp=sharing>

Avaliação do produto educacional

<https://drive.google.com/file/d/1ieMhFPuOgaWI711oPJcXTnCangA5qXUZ/view?usp=sharing>

ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA- PROFEPT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Pais e/ou responsáveis)

O (a) Sr. (a) está sendo convidado a autorizar a participação do seu/sua filho (a) na pesquisa intitulada **“Percurso formativo de estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IF Sertão PE: desafios e perspectivas”**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Edilson Raniere Gonçalves Pereira. Residente na Rua Presidente Washington Luís, 175, bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br e está sob a orientação da Prof. Dra Cristiane Ayala de Oliveira, telefone para contato: (87) 981389381, e-mail: cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br.

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte a mim, Edilson Raniere Gonçalves Pereira, que é quem é responsável pelo questionário, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está autorizando. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite a participação do seu/sua filho (a) no estudo, ao final deste documento será apresentado espaço adequado para o/a senhor (a) marcar sim ou não. Em caso de recusa, o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garanto que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento de autorização em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa intitulada **“Percurso formativo de estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas”** tem como objetivo principal analisar os fatores que contribuem para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, fraquezas do processo de inclusão dentro da instituição.

É uma pesquisa a ser realizada em todos os Campi do IFSertãoPE. O público-alvo são alunos com deficiências matriculados nos cursos regulares e presenciais do ensino médio integrado e também os coordenadores dos Núcleos de Atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

As informações da pesquisa serão obtidas por meio de um questionário *online* direcionado aos estudantes com deficiências e uma entrevista que será realizada com os coordenadores do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas de todos os Campi do IFSertãoPE. Tanto o questionário quanto a entrevista serão realizados entre 1º/06/2024 a 20/06/2024. O questionário é estruturado com várias perguntas que são divididas nos seguintes tópicos: dados pessoais e acadêmicos, estrutura física da instituição, Napne e atendimento educacional especializado, atuação docente, instituição e recursos. Já a entrevista, direcionada aos coordenadores dos Napnes, é organizada em dois tópicos, sendo eles: dados pessoais e profissionais e atuação do Napne.

O questionário será enviado por e-mail para a lista de participantes com um texto explicando o conteúdo do e-mail e do que se trata o *link* anexado. Ao abrir o *link*, o participante visualizará este Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento com as informações da pesquisa.

Ao final deste termo, pode ser encontrado o espaço onde o/a senhor (a) vai marcar “sim”, se autoriza que seu/sua filho (a) responda o questionário, ou vai marcar “não” se não autoriza que seu/sua filho (a) não responda o questionário.

Autorizando seu/sua filha a responder a pesquisa, o/a senhor permitirá que os estudantes ajudem o pesquisador a encontrar fatores positivos que contribuem com a trajetória estudantil de estudantes com deficiências dentro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano bem como da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo, assim, para a construção de estratégias e políticas públicas, dentro dessas instituições, que possam fortalecer a permanência e o êxito desse público de alunos. Ainda é possível destacar o fortalecimento dos Núcleos de

Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, de modo a dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo setor, identificando seus pontos fracos e fortes, contribuindo, desse modo, para maior valorização do trabalho desenvolvido pelo setor junto aos estudantes com deficiências, atraindo mais investimentos e mais colaboradores.

Os riscos que o seu/sua filho (a) pode correr é a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo e cansaço ao responder às perguntas e a quebra de anonimato. Porém, para minimizar esses riscos, o pesquisador traçou algumas ações a serem aplicadas: redução da quantidade de perguntas do questionário de modo a não comprometer a qualidade da pesquisa, disponibilização de tempo e espaços flexíveis para o melhor conforto do aluno e diminuição do estresse, apresentação de termo de sigilo de informações, assegurando, assim, a confidencialidade das informações, não uso de termos ou expressões que possam afetar grupos ou comunidades- nos aspectos culturais, religiosos, sociais, econômicos, financeiros- especialmente a comunidade formada por pessoas com deficiências.

Os dados coletados nesta pesquisa, na forma de dados eletrônicos, ficarão armazenados em pastas de arquivo do computador sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço: Edilson Raniere Gonçalves Pereira. Residente na Rua Presidente Washington Luís, 175, bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br, pelo período mínimo de 05 anos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento

dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Edilson Raniere Gonçalves Pereira
Pesquisador

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para autorizar o seu/sua filho (a) a participar da pesquisa. Caso seja necessário, uma cópia deste termo, devidamente assinada pelo pesquisador principal, poderá ser enviada para o seu e-mail.

Ao marcar a opção “Sim” na pergunta abaixo, o (a) senhor (a) concordará com este Termo de Consentimento e permitirá a participação do seu/sua filho (a) na pesquisa, autorizando a publicação dos dados obtidos, mantendo a preservação de sua identidade.

Também ao marcar a opção “Sim”, o(a) senhor(a) confirma que foi devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios, bem como, que foi-lhe assegurada a garantia de retirada do seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Você autoriza a participação do seu/sua filho (a) na pesquisa?

Sim

Não

ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS SERVIDORES E ALUNOS MAIORES DE IDADE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA- PROFEPT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS: servidores e alunos maiores)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **“Percurso formativo de estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IF Sertão PE: desafios e perspectivas”**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Edilson Ranieri Gonçalves Pereira. Residente na Rua Presidente Washington Luís, 175, bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.ranieri@ifsertao-pe.edu.br e está sob a orientação da Prof. Dra Cristiane Ayala de Oliveira, telefone para contato: (87) 981389381, e-mail: cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br.

Quando o/a senhor (a) ler este documento, caso tenha alguma dúvida, pergunte a mim, Edilson Ranieri Gonçalves Pereira (que é quem aplicará o questionário), para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte da pesquisa, ao final deste documento, há um espaço para que o senhor marque sim ou não. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa intitulada **“Percurso formativo de estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas”** tem como objetivo principal analisar os fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, fragilidades do processo de inclusão dentro da instituição.

Trata-se de uma pesquisa a ser realizada em todos os Campi do IFSertãoPE. O público-alvo são alunos com deficiências matriculados nos cursos regulares e presenciais do ensino médio integrado e também os coordenadores dos Núcleos de Atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

As informações da pesquisa serão obtidos por meio de um questionário *online* direcionado aos estudantes com deficiências e uma entrevista que será realizada com os coordenadores do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas de todos os Campi do IFSertãoPE. Tanto o questionário quanto a entrevista serão realizados entre 1º/06/2024 a 20/06/2024. O questionário é estruturado com várias perguntas que são divididas nos seguintes tópicos: dados pessoais e acadêmicos, estrutura física da instituição, Napne e atendimento educacional especializado, atuação docente e instituição e recursos. Já a entrevista, direcionada aos coordenadores dos Napnes, é organizada em dois tópicos, sendo eles: dados pessoais e profissionais e atuação do Napne.

O questionário será enviado por e-mail para a lista de participantes com um texto explicando o conteúdo do e-mail e do que se trata o *link* anexado. Ao abrir o *link*, o participante visualizará este Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento com as informações da pesquisa.

Ao final deste termo, pode ser encontrado o espaço para formalização da participação, por meio de uma pergunta indagando se o servidor ou aluno maior de idade aceita ou não participar da pesquisa, ao responder “sim” o questionário será liberado, ao responder “não” o questionário será encerrado.

Respondendo a pesquisa, o/a senhor ajudará (a) o pesquisador a encontrar fatores positivos que contribuem com a trajetória estudantil de estudantes com deficiências dentro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano bem como da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo, assim, para a

construção de estratégias e políticas públicas, dentro dessas instituições, que possam fortalecer a permanência e o êxito desse público de alunos. Ainda é possível destacar o fortalecimento dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, de modo a dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo setor, identificando seus pontos fracos e fortes, contribuindo, desse modo, para maior valorização do trabalho desenvolvido pelo setor junto aos estudantes com deficiências, atraindo mais investimentos e mais colaboradores.

Os riscos que o/a senhor(a) pode correr é a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo e cansaço ao responder às perguntas e a quebra de anonimato. Porém, para minimizar esses riscos, foram traçadas algumas ações a serem aplicadas: redução da quantidade de perguntas do questionário de modo a não comprometer a qualidade da pesquisa, disponibilização de tempo e espaços flexíveis para o seu melhor conforto e diminuição do estresse, apresentação de termo de sigilo de informações, assegurando, assim, a confidencialidade das informações, não uso de termos ou expressões que possam afetar grupos ou comunidades- nos aspectos culturais, religiosos, sociais, econômicos, financeiros- especialmente a comunidade formada por pessoas com deficiências.

Os dados coletados nesta pesquisa, na forma de dados eletrônicos, ficarão armazenados em pastas de arquivo do computador sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço: Rua Presidente Washington Luís, 175, bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br, pelo período mínimo de 05 anos.

O(a) senhor(a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e

independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Edilson Raniere Gonçalves Pereira
Pesquisador

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Caso seja necessário, uma cópia deste termo, devidamente assinada pelo pesquisador principal, poderá ser enviada para o seu e-mail.

Ao marcar a opção “Sim” na pergunta abaixo, o (a) senhor (a) concordará com este Termo de Consentimento e consentirá a sua participação na pesquisa, autorizando a publicação dos dados obtidos, mantendo a preservação de sua identidade.

Também ao marcar a opção “Sim”, o(a) senhor(a) confirma que foi devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação, bem como, que foi-lhe assegurada a garantia de retirada do seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Você aceita participar da pesquisa?

Sim

Não

ANEXO C- REGISTRO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA- PROFEPT

REGISTRO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES - Resolução No 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS).

O que é assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Convidamos você para participar, como voluntário (a), da pesquisa “Percurso Formativo dos estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Edilson Raniere Gonçalves Pereira. Residente na Rua Presidente Washington Luís, 175, Bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, CEP 56.000-000, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br e está sob a orientação da Prof. Dra Cristiane Ayala de Oliveira, telefone para contato: (87) 981389381, e-mail: cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa intitulada “**Percurso formativo de estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas**” tem como objetivo principal analisar os fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, as vulnerabilidades existentes no processo de inclusão dentro da instituição.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que utilizará a documentação direta, que tem como instrumento de coleta de dados a pesquisa de campo, a ser realizada em

todos os Campi do IFSertãoPE. O público-alvo são alunos com deficiências matriculados nos cursos regulares e presenciais do ensino médio integrado e também os coordenadores dos Núcleos de Atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

Os dados da pesquisa serão obtidos por meio de um questionário *online* direcionado aos estudantes com deficiências e uma entrevista realizada de modo síncrono com os coordenadores dos Napnes de todos os Campi. A coleta via questionário e entrevista será realizada entre 1º/06/2024 a 20/06/2024. O questionário é estruturado em cinco categorias de perguntas definidas da seguinte forma: dados pessoais e acadêmicos, estrutura física da instituição, Napne e atendimento educacional especializado, atuação docente, instituição e recursos. Já a entrevista direcionada aos coordenadores dos Napnes é organizada em duas categorias, sendo elas: dados pessoais e profissionais e atuação do Napne.

O questionário será aplicado via e-mail institucional por meio do Google Forms. Ele será enviado por e-mail para a lista de participantes com um texto explicando a natureza do e-mail e do que se trata o *link* anexado. Ao abrir o *link*, o participante visualizará este Registro de Assentamento Livre e Esclarecido, direcionado aos estudantes menores de idade, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os pais autorizem ou não a participação dos filhos menores na pesquisa, com as informações inerentes à pesquisa e seu aspecto ético.

Ao final deste termo, pode ser encontrado o espaço para formalização da participação, por meio de uma pergunta indagando se o estudante aceita ou não participar da pesquisa, ao responder “sim” o questionário será liberado, ao responder “não” o questionário será encerrado e a negativa registrada automaticamente na planilha de respostas do *Google Forms*.

Como benefício, os participantes ajudarão na identificação de fatores positivos que contribuem com o percurso formativo de estudantes com deficiências dentro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano bem como da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo, assim, para a construção de estratégias e políticas públicas, dentro dessas instituições, que possam fortalecer a permanência e o êxito desse público de alunos. Ainda é possível destacar o fortalecimento dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, de modo a dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo setor, identificando suas vulnerabilidades e potencialidades, contribuindo, desse modo, para uma cultura de

maior valorização do trabalho desenvolvido pelo setor junto aos estudantes com deficiências, atraindo mais investimentos e mais colaboradores, tanto internos quanto externos.

Os possíveis riscos são a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo e cansaço ao responder às perguntas; quebra de anonimato dos participantes da pesquisa. Para minimizar esses riscos postos, foram traçadas algumas estratégias a serem aplicadas: redução da quantidade de perguntas do questionário de modo a não comprometer a qualidade da pesquisa, disponibilização de tempo e espaços flexíveis para melhor conforto e diminuição do estresse dos entrevistados, apresentação de termo de sigilo de informações, assegurando, assim, a confidencialidade das informações, não uso de termos ou expressões que possam denegrir grupos ou comunidades- nos aspectos culturais, religiosos, sociais, econômicos, financeiros- especialmente a comunidade formada por pessoas com deficiências.

Os dados coletados nesta pesquisa, na forma de dados eletrônicos, ficarão armazenados em pastas de arquivo do computador sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço: Edilson Raniere Gonçalves Pereira. Residente na Rua Presidente Washington Luís, 175, bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br, pelo período mínimo de 05 anos.

O voluntário não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa

dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Este Termo de Assentimento poderá conter informações que você não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, seus pais e/ou seu responsável legal para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Você tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários.

Os dados coletados nesta pesquisa, na forma de dados eletrônicos, ficarão armazenados em pasta de arquivo do computador sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço: Rua Presidente Washington Luís, 175, Bairro Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE, CEP 56.000-000, telefone para contato: (87) 98803-5491, e-mail: edilson.raniere@ifsertao-pe.edu.br , pelo período mínimo de 05 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Você aceita participar da pesquisa?

- Sim
- Não

ANEXO D- TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO DO (S) PESQUISADOR (ES)

TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO DO PESQUISADOR

Por este termo, nós, Edilson Ranieri Gonçalves Pereira e Cristiane Ayala de Oliveira, abaixo-assinados, respectivamente, pesquisador principal e membro da equipe da pesquisa intitulada “Percurso Formativo dos Estudantes com deficiências do ensino médio integrado dentro do IFSertãoPE: desafios e perspectivas”, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas das Resoluções nº 466/12 e/ou nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares e pela Resolução nº 51, de 19 de outubro de 2022 do Conselho Superior do IFSertãoPE, a qual institui o Regimento Interno do CEP IFSertãoPE, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes à presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada participante incluído na pesquisa, por um período de 05 (cinco) anos após o término desta; assim como nos comprometemos a anexar os resultados da Pesquisa na Plataforma Brasil.

Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP IFSertãoPE (Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Sertão Pernambucano) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, às Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Edilson
Ranieri
Gonçalves
Pereira

Assinado de forma digital por Edilson Ranieri Gonçalves Pereira
Dados: 2023.11.13 10:28:16 -03'00'

Edilson Ranieri Gonçalves Pereira
Autor da Pesquisa

Ouricuri – PE, 09 de novembro de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTIANE AYALA DE OLIVEIRA
Data: 13/11/2023 10:23:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristiane Ayala de Oliveira
Orientadora

ANEXO E- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ()

Pesquisador: EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78094224.3.0000.8052

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SERTAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.809.280

Apresentação do Projeto:

1.1 O projeto de pesquisa intitulado PERCURSO FORMATIVO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DENTRO DO IFSERTÃOPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, está sob responsabilidade do pesquisador EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA, pedagogo do IFSertãoPE (campus Ouricuri), sob orientação da professora Dr^a Cristiane Ayala de Oliveira, ambos cadastrados na Plataforma Brasil.

1.2 O estudo pretende analisar os fatores que contribuem positivamente no percurso formativo do estudante com deficiência do ensino médio integrado dentro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, contribuindo para o diagnóstico dos aspectos que causam a sua permanência e, como consequência, identificando fatores negativos que desestimulam esse público para a permanência dentro da instituição. Este trabalho pretenderá responder a questões como: Quais fatores encontrados dentro do IFSertão-PE contribuem para a permanência do estudante que possui alguma atipicidade. Em quais aspectos o IFSertãoPE ainda apresenta fragilidades no trato com esse público e que podem ser melhorados? Qual impacto que o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas tem no percurso formativo desses alunos?

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 6.809.280

1.3 Este é o pré-projeto referente ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT.

1.4 O projeto apresenta todos os itens necessários à análise ética (arquivo PB-informações básicas, projeto básico (Brochura), descrição de riscos e benefícios aos participantes da pesquisa e termos de apresentação obrigatória).

1.5 O estudo é caracterizado como uma pesquisa de campo, que utilizará como método de coleta a aplicação de questionário com todos os estudantes com deficiências que estão matriculados no ensino médio integrado nos campi do IFSertãoPE. Também será realizada uma entrevista com todos os coordenadores dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - os Napne's - do IFSertãoPE, exceto com o coordenador lotado na Reitoria. O público de alunos é formado por estudantes numa faixa etária de 15 a 17 anos, correspondendo a cerca de 60 alunos, que serão convidados a responder a um questionário. Para a entrevista com os coordenadores de Napne será feita entrevista com base em um roteiro com questões abertas. A análise dos dados será através de análise de conteúdo (Bardin).

Objetivo da Pesquisa:

2.1 Objetivo Primário:

- Analisar os fatores que impactam para que estudantes com deficiências do ensino médio integrado permaneçam no seu percurso formativo dentro do IFSertãoPE, diagnosticando, conseqüentemente, as vulnerabilidades existentes no processo de inclusão dentro da instituição.

2.2 Objetivos Secundários:

- Investigar documentos e normativas internas e externas ao IFSertãoPE que garantem o direito à educação de modo equânime, com metodologias, currículo e estratégias pedagógicas específicas para pessoas com deficiências;

- Desenvolver pesquisa de campo com alunos com deficiências e coordenadores dos núcleos de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas do IFSertãoPE de cursos/turmas do ensino médio integrado do IFSertãoPE que possuem estudantes com deficiências;

- Descrever, através dos achados, a relação entre os fatores/fragilidades que impactam na permanência no percurso formativo do estudante com deficiência.

2.3 Os objetivos de pesquisa são claros, estão alinhados com a metodologia proposta e são

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 6.809.280

exequíveis dentro do cronograma apresentado, ainda que o prazo para finalização da dissertação seja bem limitado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

3.1 Riscos

Estão assim declarados: "Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; Desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo e cansaço ao responder às perguntas; quebra de anonimato dos participantes da pesquisa. Para minimizar esses riscos postos, foram traçadas algumas estratégias a serem aplicadas: redução da quantidade de perguntas do questionário de modo a não comprometer a qualidade da pesquisa, disponibilização de tempo e espaços flexíveis para melhor conforto e diminuição do estresse dos entrevistados, apresentação de termo de sigilo de informações, assegurando, assim, a confidencialidade das informações, não uso de termos ou expressões que possam denegrir grupos ou comunidades- nos aspectos culturais, religiosos, sociais, econômicos, financeiros-especialmente a comunidade formada por pessoas com deficiências".

3.2 Benefícios

Os benefícios da pesquisa apontados são: "identificação de fatores positivos que contribuem com o percurso formativo de estudantes com deficiências dentro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano bem como da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo, assim, para a construção de estratégias e políticas públicas, dentro dessas instituições, que possam fortalecer a permanência e o êxito desse público de alunos. Ainda é possível destacar o fortalecimento dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com necessidades Educacionais Específicas, de modo a dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo setor, identificando suas vulnerabilidades e potencialidades, contribuindo, desse modo, para uma cultura de maior valorização do trabalho desenvolvido pelo setor junto aos estudantes com deficiências, atraindo mais investimentos e mais colaboradores, tanto internos quanto externos". Em relação aos estudantes com deficiência, portanto, os benefícios são indiretos, mas para os NAPNEs, pode haver algum benefício direto.

3.3 A análise informa possíveis riscos envolvidos neste estudo e estratégias de mitigação destes. Convém ressaltar que a participação de alguns estudantes na pesquisa pode demandar apoio extra, dependendo da deficiência do estudante (auxílio na leitura ou até na elaboração das respostas), algo que pode resultar em uma participação extra na pesquisa, o que pode

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.
Bairro: CENTRO **CEP:** 56.302-100
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-2364 **E-mail:** cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 6.809.280

comprometer o sigilo - algo que deverá ser analisado pelos pesquisadores. No entanto, os profissionais de apoio serão importantes para permitir a inclusão dos alunos na pesquisa, conforme referido pelo pesquisador: “Para os estudantes que necessitarem de ajuda para responder o questionário, serão disponibilizados profissionais de apoio como intérpretes da Libras, profissional do atendimento educacional especializado e contribuição dos coordenadores dos Napnes (PB_Informações básicas). Deve-se crer que, para atuarem eticamente, os referidos profissionais estejam atentos ao sigilo da sua profissão, o que não difere muito da ética na pesquisa e da necessidade de não intervirem nas respostas dos participantes. Porém, caso haja necessidade da atuação de algum profissional de apoio durante a coleta de consentimento, assentimento e/ou participação na pesquisa, o pesquisador deverá solicitar a assinatura de um termo de sigilo e compromisso por este profissional, devendo apresentá-lo a posteriori, por ocasião da submissão do relatório final a este o comitê de ética, sob o risco de infração ética grave.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4. O projeto apresenta os seguintes itens necessários para a análise ética: tema, objeto da pesquisa, relevância social, local de realização da pesquisa, população a ser estudada, método a ser utilizado, critérios de inclusão e exclusão, cronograma e orçamento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5.1 O projeto apresenta os Termos de Apresentação obrigatória: (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Maiores de 18 anos e para Responsáveis pelos menores de 18 anos), Termo de Assentimento (Menores de 18 anos), Termo de Sigilo e Compromisso dos pesquisadores, Autorização de uso de dados (IFSertãoPE campus Ouricuri), Folha de rosto e Carta de Anuência, além de estar em conformidade com os princípios éticos e com as resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do CNS.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

7.1 - No que concerne aos aspectos éticos o projeto foi APROVADO por estar apto e adequado para sua execução.

- O(a) pesquisador(a) deve atentar-se ao prazo para o envio do relatório parcial e/ou final das atividades desenvolvidas (12 meses a partir da data de aprovação do parecer consubstanciado do CEP), quando deverá anexar na Plataforma Brasil um exemplar preenchido digitalizado de cada termo (TCLE, TCLE para Pais/Responsáveis e/ou TALE, conforme o caso), além do Termo

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 6.809.280

de Sigilo e Compromisso do profissional de apoio, caso este tenha participado da coleta de dados;

- O pesquisador deve anexar uma declaração que afirma que todos os termos foram encaminhados. (Ver modelo no site do CEP IF Sertão PE);
- Deve-se informar ao CEP, a qualquer tempo, a existência de mudanças no projeto (metodologia, cronograma, dentre outros aspectos), caso tenha implicação ética em sua execução.
- Recomenda-se procurar o CEP para tirar quaisquer dúvidas em relação aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos ou demais informações que necessite.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2299692.pdf	19/04/2024 14:08:23		Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_SIGILO_DO_PESQUISADOR_ASSINADO.pdf	19/04/2024 14:07:54	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_DE_USO_DADOS_Edilson_Raniere.pdf	19/04/2024 14:07:22	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA.pdf	19/04/2024 14:06:37	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	19/04/2024 14:06:25	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_PAIS_DE_ESTUDANTES.pdf	19/04/2024 14:06:11	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MAIORES_DE_18_ANOS.pdf	19/04/2024 14:06:03	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MENORES_DE_18_ANOS.pdf	19/04/2024 14:05:53	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO**



Continuação do Parecer: 6.809.280

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	19/04/2024 14:05:41	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_SERVIDORES.pdf	19/04/2024 14:05:28	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_ALUNOS.pdf	19/04/2024 14:05:18	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2299692.pdf	18/04/2024 10:17:18		Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_SIGILO_DO_PESQUISADOR_ASSINADO.pdf	18/04/2024 10:16:36	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_DE_USO_DADOS_Edilson_Raniere.pdf	18/04/2024 10:15:34	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	18/04/2024 10:15:05	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA.pdf	18/04/2024 10:14:35	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_PAIS_DE_ESTUDANTES.pdf	18/04/2024 10:13:10	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MAIORES_DE_18_ANOS.pdf	18/04/2024 10:13:04	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MENORES_DE_18_ANOS.pdf	18/04/2024 10:12:50	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DE_ASSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MENORES_DE_18_ANOS.pdf	18/04/2024 10:12:50	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Recusado
Brochura Pesquisa	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_SERVIDORES.pdf	18/04/2024 10:12:36	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_ALUNOS.pdf	18/04/2024 10:12:27	EDILSON RANIERE GONCALVES PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	18/04/2024 10:11:08	EDILSON RANIERE GONCALVES	Aceito

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - IF SERTÃO



Continuação do Parecer: 6.809.280

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	18/04/2024 10:11:08	PEREIRA	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	---------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PETROLINA, 07 de Maio de 2024

Assinado por:
LUIS CARLOS PITA DE ALMEIDA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, 2º andar, sala 46.

Bairro: CENTRO

CEP: 56.302-100

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-2364

E-mail: cep@ifsertao-pe.edu.br